

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

NILTON LOPES DE FARIAS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS DE ACESSO DE QUILOMBOLAS ÀS
UNIVERSIDADES: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal –
Baião – Pará.

BELÉM- PA

2021

NILTON LOPES DE FARIAS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS DE
ACESSO DE QUILOMBOLAS ÀS
UNIVERSIDADES:** o caso da Comunidade
Remanescente de Quilombo de Umarizal – Baião – Pará.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e
Fundação Perseu Abramo, como requisito parcial
para obtenção do título de Magíster en Estado,
Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Selma de Sousa Brito.

BELÉM -PA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

FARIAS, Nilton Lopes de.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS DE ACESSO DE QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal – Baião – Pará / Nilton Lopes da Farias. Belém: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas f.: 137

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Selma de Sousa Brito.

NILTON LOPESDE FARIAS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS
DE ACESSO DE QUILOMBOLAS ÀS
UNIVERSIDADES:** o caso da Comunidade
Remanescente de Quilombo de Umarizal –
Baião – Pará - Brasil

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado Estado, Gobierno Y Políticas
Públicas da Faculdade Latino-Americana de
Ciências Sociais (Flacso), como requisito
parcial para obtenção do título de *Magíster
en Estado, Gobierno y Políticas Públicas*.

Aprovada em: 10/12/2021

Prof.^a Dr.^a Selma de Sousa Brito
Presidente (SEMED – Salvaterra/ FLACSO)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Domingues Lopes
Membro (Universidade Federal do Tocantins -UFT)

Prof. Dr. José Luiz de Moraes Franco
Membro (IFPA - Campus Tucuruí)

Prof.^a Ms. Denilma Santos Figueiredo
Suplente (CMbel)

Às comunidades Remanescentes de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão.

Aos meus meus avós maternos: Perciliano Lopes da Trindade e Inácia Máxima de Farias. (*in memoriam*).

Aos meus avós paternos: Raimundo da Costa Vilhena e Eduvirges Machado e Silva Vilhena. (*in memoriam*).

Ao meu falecido pai, Domingos Machado e Silva Vilhena.

E especialmente ao meu tetravô Sinfrônio Olímpio de Vilhena - o fundador. Viva o nosso Quilombo de Umarizal.

AGRADECIMENTOS

À **Deus** pelo presente da vida, da esperança e beleza dos sonhos.

Às **pessoas especiais** que o Senhor colocou em minha caminhada. Algumas delas me inspiraram, me incentivaram, me ajudaram, me desafiaram e me encorajaram a ser cada vez melhor.

À minha companheira, **Liduína Maria Aarts** de Farias, pelo amor, afeto e carinho, mas principalmente pelo apoio, pela luta inspiradora em defesa do direito da mulher, da democracia e da igualdade de oportunidades dos povos menos favorecidos nesta sociedade apressada e competitiva em que vivemos.

Aos meus filhos, **Nil** e **Nina**, dotados da sabedoria de que o maior legado vem do conhecimento e da persistência sempre na solidariedade e reciprocidade, que é capaz de quebrar barreiras para buscar o improvável. Irmanados neles que sabem muitas coisas, a mim ensinaram e possuem o dom de me fazer sorrir, e buscar energias positivas para me manter firme na luta pelos nossos sonhos de viver em uma sociedade cada vez melhor para todos e todas.

À minha querida mãe, **Lúcia Lopes de Farias**, que sempre me incentivou a estudar com afinco sem perder a humildade e coragem de lutar por dias melhores.

À minha orientadora Profa. **Selma de Souza Brito** por ter aceitado orientar esse trabalho e pelos ensinamentos acadêmicos.

Às lideranças, gestores, e ex-gestores da **Associação da Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão**, pela parceria e colaboração que deram no desenvolvimento dessa pesquisa.

À todos os estudantes, em especial aos **Universitários Cotistas de Umarizal**, que participaram direta e indiretamente desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos por toda gentileza, disponibilidade e reciprocidade no decorrer desse trabalho.

Às comunidades quilombolas, ao **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião**.

Aos professores **Doriedson Lopes Vieira, Gustavo Lopes Arnoud e Helio Souza Vieira** pela colaboração extra neste trabalho investigativo.

Aos **professores e professoras da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais** e **UMA** com dedicação docente conviveram durante o curso de Maestria Estado, Governo Y Política Pública.

Aos Professores **Rita de Cassia Domingues Lopes, José Luiz de Moraes Franco e Denilma Santos Figueiredo** por terem aceitado o convite para compor a banca de qualificação e de defesa, pelas contribuições, sugestões e conselhos.

Por fim, a todos e todas que contribuiriam para superar as muitas dificuldades e a realização desse trabalho. Muito obrigado.

Acredita-se que a educação é o melhor caminho para desenvolvimento de um povo.

Nilton Lopes de Farias

RESUMO

A presente dissertação analisa o ingresso dos quilombolas nas universidades públicas por meio da política de cotas e como esse acesso possibilitou desenvolvimento e sustentabilidade no Quilombo de Umarizal e seu território na zona rural. O estudo discute os processos de formação do quilombo e os aspectos de ocupação territorial no Estado do Pará, bem como o contexto das ações afirmativas no Ensino Superior brasileiro para quilombolas. Desta maneira, foca-se na experiência da política de cotas no quilombo de Umarizal, onde esta política tem sido fortemente demandada desde 2013. Para isso, o estudo apresenta informações detalhadas da comunidade e de seus territórios. Estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: que tipo de avanços ocorreram e como ocorreram, a partir da política de cotas de ingresso de negros quilombolas nas universidades no Quilombo de Umarizal no município de Baião/PA, no período de 2012 a 2020? O objetivo geral consiste em analisar como as Políticas Públicas de Cotas para ingresso de negros-quilombolas nas universidades públicas interferiram no desenvolvimento e sustentabilidade do Quilombo do Umarizal e nos seus territórios na zona rural. Os objetivos específicos foram: compreender como a entrada por meio da política de cotas contribuiu para a organização política e gerencial das associações quilombolas; discutir as questões mais relevantes para a melhor organização do espaço quilombola local; verificar as relações entre cotistas e a associação quilombola; propor sugestões visando a melhoria na organização nos seus territórios, com reflexo na qualidade de vida dessas comunidades. A metodologia da pesquisa consta de revisão bibliográfica sobre a temática e firmamento de uma parceria com a comunidade por meio de sua representatividade, a associação ACORQBU. Para coleta de dados, realizou-se pesquisa de campo na comunidade remanescente de Umarizal Baião/PA, aplicando técnicas como: observação participante, análise de documentos nas dependências da associação, aplicação de questionário, realização de entrevistas com vinte universitários cotistas e vinte lideranças quilombolas, a fim de obter resultados de suas percepções de interferência proativa da política de cotas universitárias para quilombolas no desenvolvimento e sustentabilidade no Quilombo de Umarizal, no período de 2013 a 2020. Os resultados revelam que as cotas universitárias, foram uma grande conquista para o povo quilombola e que no Quilombo de Umarizal, já ocorreram avanços importantes e significativos tais como: o fortalecimento identitário da comunidade quilombola (fortalecimento da ancestralidade da comunidade tradicional) e na melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e meio ambiente, repercutindo na preservação do pescado para segurança alimentar. As cotas universitárias, ao promoverem o fortalecimento da identidade quilombola e as melhorias nas políticas públicas fundamentais, tornam-se instrumento estratégico para fomentar o desenvolvimento e a sustentabilidade local dessas comunidades tradicionais.

Palavras chaves: Ação Afirmativa. Universidade Pública. Comunidade Quilombola. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the entry of quilombolas in public universities through the quota policy and how this access enabled development and sustainability in the Quilombo de Umarizal and its rural territory. The study discusses the processes of formation of the quilombo and the aspects of territorial occupation in the State of Pará, the context of affirmative action in Brazilian higher education for the quilombola. In this way, it focuses on the experience of the quota policy in the context of the Umarizal quilombo, where this policy has been strongly demanded since 2013. For this, the study presents detailed information about the community and its territories. The following research problem was established: what kind of advances occurred and how did they occur, based on the policy of admission quotas for black quilombolas in universities in Quilombo de Umarizal in the municipality of Baião/PA, in the period from 2012 to 2020? The general objective is to analyze how the Public Policies of Quotas for the admission of black-quilombolas in public universities interfered in the development and sustainability of Quilombo do Umarizal and its territories in the rural area. The specific objectives were: to understand how the entry through the quota policy contributed to the political and managerial organization of quilombola associations; discuss the most relevant issues for the best organization of the local quilombola space; verify the relationships between quota holders and the quilombola association; propose suggestions aimed at improving the organization in their territories, with an impact on the quality of life of these communities. This work began with a literature review on the theme and establishment of a partnership with the community through its representative association ACORQBU. To collect sources, a field research was carried out in the remaining community of Umarizal Baião/PA, applying techniques such as: participant observation, analysis of documents in the association's premises, application of the questionnaire, interviews with twenty quota students and twenty leaders quilombolas, in order to obtain results from their perceptions of proactive interference of the university quota policy for quilombolas in the development and sustainability of the Umarizal Quilombo in the period from 2012 to 2020. The results reveal that the university quotas were a great achievement for the quilombola people and that in the Quilombo de Umarizal, important and significant advances have already taken place, such as: the strengthening of the identity of the quilombola community (Strengthening the ancestry of the traditional community) and the improvement of public education, health and environmental services, resulting in the preservation of fish for food safety. By promoting the strengthening of quilombola identity and improvements in fundamental public policies, university quotas have become a strategic instrument to foster the development and local sustainability of these traditional communities.

Keywords: Affirmative Action. Public University. Quilombola Community. Development. Sustainability.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

- FOTOS

Foto 1 – Sede social da Associação quilombola - ACORQB	49
Foto 2 – Salão Comunitário Quilombola - Umarizal - Pará	50
Foto 3 – Mestre Manoel Camilo e crianças aprendizes do Samba de cacete	64

- MAPAS

Mapa 1- Mapa da área da Vila de Umarizal – 2021	6
Mapa 2 - Mapa de localização do quilombo de Umarizal em Baião, Estado do Pará	36
Mapa 3 – Mapa da Vila de Umarizal em perspectiva de planta baixa – 2019	52

- QUADROS

Quadro 1: Os sujeitos da pesquisa	7
Quadro 2: Lideranças comunitárias sujeitos da pesquisa	8
Quadro 3: Estruturas das Moradias e Prédios Públicos da Vila de Umarizal	53
Quadro 4 – Quantitativo de casas com banheiros sociais	53
Quadro 5 – Dos beneficiários dos Programas/PPTR na vila de Umarizal (2021)	58
Quadro 6 – De benzedores e puxadores	60
Quadro 7 – Ingresso em curso superior de estudantes cotistas quilombolas do Quilombo de Umarizal (2013 - 2020)	76
Quadro 8 - Universitários cotistas Quilombolas já Formados do Quilombo de Umarizal (2013 – 2020)	78
Quadro 9 - Principais percepções de avanço/melhorias	81

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ingresso na universidade de estudantes cotistas quilombolas do quilombo de Umarizal (2012-2020)	76
Gráfico 2 - Ingresso na universidade de estudantes cotistas quilombolas do Quilombo de Umarizal (2013-2020), por gênero	77
Gráfico 3 – Estudantes universitários e estudantes formados cotistas do Quilombo de Umarizal (2013-2020)	77

Gráfico 4 - Estudantes Universitários cotistas quilombolas do Quilombo De Umarizal por residência 2013-2020	78
Gráfico 5 - Avanços percebidos por quilombolas de Umarizal, provocados pelas cotas universitárias para quilombolas, no período 2012 a 2020, separados por sexo.	83/84
Gráfico 6 – por faixa etária de 18 a 30 anos	84
Gráfico 7 – Por faixa etária de 31 a 43 anos	84
Gráfico 8 - Por faixa etária de 44 a 56 anos	85
Gráfico 9 - Por faixa etária de 57 a 69 ano	85
Gráfico 10 - Por faixa etária acima de 69 anos	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORQBU	Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Parita-Miri e Florestão.
ACS	Agente comunitário de Saúde
AMPRU	Associação de Mini e Pequenos Produtores de Umarizal
AMPU	Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal
ARQBI	Associação de Remanescentes de Quilombos de Bailique Centro, Bailique Beira, Poção e São Bernado
ARQUIB	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BR	Brasil
CC	Comunidade Cristã
CEU	Conselho Escolar de Umarizal
CMVBA	Câmara Municipal dos Vereadores de Baião
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
EMATER	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
IFPA	Instituto Federal do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MF	Ministério Da Fazenda
ONG	Organização Não-Governamental
PPTR	Políticas Públicas de Transferências de Renda
PSE	Processo Seletivo Especial
SEMED	Secretária Municipal de Educação
SOME	Sistema Modular de Ensino
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFBA	Universidade do Estado da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIVESPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	ENCONTRO COM O OBJETO DE PESQUISA	1
1.2	AS TRILHAS PARA A PESQUISA	3
1.2.1	Abordagem do estudo	4
1.2.2	Pesquisa de campo: o <i>locus</i>	6
1.2.3	Seleção dos Sujeitos da Pesquisa	7
1.2.4	Roteiro de entrevista	8
1.2.5	Entrevistas	9
1.2.6	Observação Participante	9
1.2.7	Análise de Documentos	10
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	11
2	COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO PARÁ: ONTEM E HOJE	12
2.1	ASPECTOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL	13
2.2	O TERRITÓRIO: UM ESPAÇO EM DISPUTA	16
2.3	A PRESENÇA NEGRA NO PARÁ: REDISCUTINDO CATEGORIAS	22
3	O QUILOMBO DE UMARIZAL: HISTÓRIA E CONTEXTO	26
3.1	O QUILOMBO E OS QUILOMBOLAS DE UMARIZAL	26
3.2	A PANORÂMICA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DO QUILOMBO DE UMARIZAL	30
3.2.1	Comunidade Umarizal-Beira	30
3.2.2	Comunidade de Umarizal-Centro	33
3.2.3	Comunidade de Boa Vista	34

3.2.4	Comunidade do Paritá Miri	34
3.2.5	Comunidade de Florestão	35
3.3	TENSÃO E DISPUTAS NO UMARIZAL	36
3.3.1	Tensão na abertura da Transcametá	40
3.4	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA, A GESTORA DO QUILOMBO	43
3.5	GEOGRAFIA SOCIAL E ECONÔMICA DE UMARIZAL	51
3.6	O SAMBA DE CACETE, MANIFESTAÇÃO	62
4	A POLÍTICA DE COTAS NO CONTEXTO DO QUILOMBO DE UMARIZAL	64
4.1	ALGUMAS CONCEPÇÕES DE AÇÕES AFIRMATIVAS	66
4.2	AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA POLÍTICA DE COTAS DE RESERVA DE VAGAS	70
4.3	OS ESTUDANTES COTISTAS DO QUILOMBO DE UMARIZAL	75
5	A POLÍTICA DE COTAS PARA ALÉM DO ACESSO DOS QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE: FOMENTO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE LOCAL NO QUILOMBO DE UMARIZAL	79
5.1	A CONEXÃO DA POLÍTICA DE COTAS COM O DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE LOCAL DOS QUILOMBOS: PERCEPÇÃO, PARTICIPAÇÃO E VIVÊNCIA	80
5.2	DIFICULDADES E PERSPECTIVAS	87

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Conhecimento Livre Esclarecido - TCLE

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas

APÊNDICE D – Questionário

ANEXOS

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C

ANEXO D

ANEXO E

INTRODUÇÃO

1 ENCONTRO COM O OBJETO DE PESQUISA

Na povoação de Umarizal passei minha infância/adolescência ouvindo histórias contadas pelos mais velhos sobre pega-pega, de ataque de indígenas, das bravuras do negro Sinfrônio, dos rituais do Putirum, dentre outras animações que viveram no Quilombo de Paxibal, como samba de cacete, e a liberdade para um grupo, andar a pé ou de canoa para ir longe no mato ou no rio para caçar, pescar, buscar castanha-do-pará e outros frutos silvestres para garantir a sobrevivência da comunidade.

Também vinha dos mais velhos a proibição de comer uma fruta em cima da outra, a exemplo: comer caju e beber açaí, ou ainda comer manga com limão. Assim como dos mais velhos vinha também a proibição de chamar outras pessoas de quilombola ou do quilombo. Podia chamar “parente”, “sumano”, “mano”, “irmão”, menos chamar quilombola, era “palavrão”, motivo de repreensão das crianças e para brigar entre adultos.

Vivenciei diariamente, do meu nascimento em 1961 até 1974, quando tive que sair do Quilombo do Umarizal para estudar na cidade de Baião, a tradição do Quilombo do Umarizal e os costumes do marisco coletivo, cujo resultado era dividir peixe para alimentação de toda comunidade, fazer trabalhos em mutirões “convidados” na roça de mandioca, competir entre os adultos na fabricação da farinha de mandioca mais gostosa do lugar e entre os adolescentes, destacavam-se as disputas sobre quem era “mais claro” ou quem tinha o cabelo “menos seco, ruim”, as terras eram livres para trabalhar para sustentar a família, etc. Vivenciei também a pobreza e o sofrimento, com a total ausência do Estado, sem saúde, sem escola. Em Umarizal imperava o analfabetismo entre os adultos, como destaca Pinto (1999, p. 75): “eram totalmente analfabetos, principalmente as mulheres”. Então a população de Umarizal vem de uma dura realidade de lutas e sofrimentos, realidade parecida com a que ocorre nas outras centenas de comunidades quilombolas excluídas, espalhadas no território brasileiro.

Para Paulo Freire (1997), a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação. No fundo, o nosso sonho. Este estudo alimenta-se nesse pensamento, assim como inspira-se no entendimento de Losekann (2009), de que universidade é instalada também para dar respostas às questões que afligem a sociedade, como por exemplo, a situação de pobreza. Ressalta-se que superar questões como esta não é tarefa fácil, todavia tais questões não podem ser tratadas de modo periférico. O mundo acadêmico deve engajar-se na busca de soluções. Segundo Dias Sobrinho (2005), a

responsabilidade social da Educação Superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só méritos científicos, mas também valor social e formativo. Nesse sentido, a universidade apresenta-se como uma instituição socialmente comprometida com a emancipação social e a busca da cidadania plena.

Assim, a presente Dissertação nasceu do interesse em saber que tipo de avanços ocorreram e como ocorreram, a partir das políticas públicas de cotas para ingresso de negros/quilombolas nas universidades públicas do Quilombo de Umarizal no município de Baião/PA no período de 2012 a 2020. A pesquisa foi despertada também pelos relatos de muitas pessoas de Umarizal que buscavam ajuda na prefeitura municipal de Baião para ir ou mandar o filho, neto ou sobrinho para participar do Processo Seletivo Especial- PSE indígena e quilombola, em edital oferecido pela UFPA, UNIFESSPA e IFPA, em Cametá, Belém, Tucuruí e Marabá. À época, ouvi os relatos quando estava no exercício de meu segundo mandato como prefeito deste município (2013-2016).

O histórico educacional, a forte demanda, a dimensão cultural, política e econômica da comunidade levou a compreender a importância de abordar com mais profundidade as questões relacionadas à política de reserva de cotas para ingresso de quilombolas nas universidades, sobretudo, abordar as interferências e mudanças promovidas por estas políticas na organização do território e na qualidade de vida dos quilombolas de Umarizal. Tal interferência é sentida pelas pessoas que lá convivem e vivem a causa quilombola no seu cotidiano. As mudanças são, como será visto mais adiante neste trabalho, especialmente relacionadas ao reconhecimento da própria identidade de negro quilombola, mas também são as melhorias já ocorridas na saúde, educação, meio ambiente. Percebe-se que o desenvolvimento e sustentabilidade local são preocupações atuais dos habitantes de Umarizal, manifestadas por meio da representatividade e luta de sua associação quilombola que tem buscado meios para enfrentar estas duas questões que tem sido um tanto ausente no debate acadêmico. Isso aprofundou ainda mais o interesse pela temática, uma vez que ao participar do seminário sobre Educação quilombola no polo UFPA em Baião, nos anos 2017 e 2018, pude compreender a importância de estudar questões relacionadas a ações afirmativas como as cotas universitárias e às questões do desenvolvimento e sustentabilidade local. Além disso, segundo os dados da Fundação Palmares, o Estado do Pará é o quarto com a maior população quilombola do país, com 233 comunidades certificadas até julho de 2015. Esses dados ajudam a entender a importância em estudar essa temática, estimulando o avanço da produção científica no Estado do Pará sobre políticas educacionais nos diversos níveis de ensino para as comunidades quilombolas, com foco no seu desenvolvimento e nas sustentabilidades locais.

Já existem alguns estudos interessantes sobre a política pública de cotas na universidade, trazendo significativas contribuições teóricas para a compreensão do assunto em pauta, tal como a obra intitulada *Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – Campus Belém*, da pesquisadora brasileira Laís Rodrigues Campos (2016) e que trata da permanência dos estudantes quilombolas na universidade, só para citar um destes trabalhos. Tais estudos tangenciam o que é o central nesta pesquisa, que é investigar políticas de acesso de quilombolas à universidade, aqui especificamente, por meio de cotas e como isso se reflete no desenvolvimento e sustentabilidade local nos territórios quilombolas.

Diante do exposto, decidiu-se enfrentar o desafio de contribuir com os estudos referentes ao cenário quilombola para maior aproximação desse tema entre a universidade e a sociedade, no sentido de demonstrar a importância de internalizar no espaço educacional a discussão sobre o desenvolvimento e sustentabilidade desses grupos sociais tradicionais. Para tanto, estabeleceu-se a formulação do seguinte problema de pesquisa: que tipo de avanços ocorreram e como ocorreram, a partir da política de cotas de ingresso de negros quilombolas nas universidades no Quilombo de Umarizal no município de Baião/PA, no período de 2012 a 2020? O objetivo geral consiste em analisar como as Políticas Públicas de Cotas para ingresso de negros-quilombolas nas universidades públicas interferiram no desenvolvimento e sustentabilidade do Quilombo do Umarizal e nos seus territórios na zona rural. Os objetivos específicos foram: compreender como a entrada por meio da política de cotas contribuiu para a organização política e gerencial das associações quilombolas; discutir as questões mais relevantes para a melhor organização do espaço quilombola local; verificar as relações entre cotistas e a associação quilombola; propor sugestões visando a melhoria na organização nos seus territórios, com reflexo na qualidade de vida dessas comunidades.

1.2 AS TRILHAS PARA A PESQUISA

A produção do conhecimento científico passa pela atitude científica do pesquisador e todas as fases e procedimentos investigativos sobre o objeto investigado. Para Oliveira (2003, p.35), a "ciência quer dizer conhecimento e implica racionalidade, objetividade, sistematização de ideias e possibilidades de verificação e apresentação através das informações obtidas no processo de estudo e/ou pesquisa, independente do ponto de vista do pesquisador".

Segundo Richardson *et al.* (1999), o método qualitativo geralmente é empregado nas investigações que tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Isso implica em que num estudo que pretende descrever a complexidade de determinado problema,

analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, é imprescindível. Rioech (1999) explica que uma forma de apresentar a pesquisa qualitativa é descrevê-la como uma metodologia alternativa à quantitativa, é uma abordagem que permite ao pesquisador captar a perspectiva dos pesquisados, sem partir de um modelo pré-estabelecido. Diante da complexidade em que se encontra o problema da pesquisa, considerou-se que os procedimentos metodológicos qualitativos são as ferramentas mais adequadas para alcançar os objetivos da mesma. Para tanto, a estratégia utilizada no decorrer das investigações foi o estudo de caso, por que dentre as metodologias de investigação científicas o estudo de caso tem sido estratégia bastante usada nessas situações.

Portanto, os procedimentos investigativos escolhidos contribuirão para elucidar a discussão sobre as políticas públicas especiais de acesso de quilombolas às universidades: caso da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal.

1.2.1 Abordagem do estudo

Conforme planejado no projeto de pesquisa, a abordagem desse estudo possui uma natureza e caracterização qualitativa sobre as questões que envolvem a interferências das reservas de cotas universitárias para quilombolas no desenvolvimento e na sustentabilidade local no quilombo de Umarizal. Nesse tipo de abordagem é fundamental a aproximação do sujeito com o objeto investigado, buscando análise sobre a realidade mediante o método e as técnicas de investigação, até porque, como diz Minayo (*apud* Campos, 2016, p.38.), esse tipo de abordagem parte do princípio de que há um elo interativo entre o mundo real e o sujeito, uma indissociabilidade entre o objeto e sujeito.

Sobre este tipo de abordagem, Campos (2016, p. 38) afirma que há quatro características básicas: “ambiente natural como fonte de dados, o pesquisador como instrumento fundamental, caráter descritivo significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida que deve ser uma preocupação do pesquisador e enfoque indutivo”. Convém lembrar que nesse tipo de estudo é preciso delimitar o tempo e espaço estabelecido por um corte epistemológico para o pesquisador sistematizar apenas os dados desprendidos do objeto, uma vez que o papel do pesquisador na pesquisa qualitativa “é ser um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais.” (CHIZZOTT, 2013, p.80). Afirma também o autor que “o sujeito observador é integrante do processo e o objeto está carregado de significados e relações que os sujeitos concretos criam em suas ações”. Assim sendo, revela-se o caráter exploratório desse tipo de abordagem investigativa que, segundo Severino (2007, p. 123), permite “levantar

informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.”

Minayo (2012, p.20-21) faz entender que é nessa fase do estudo que se organizam todos os procedimentos a respeito da preparação do pesquisador em campo, escolher e desenvolver os instrumentos de operacionalização da pesquisa, de realizar instrumentos exploratórios para a escolha do espaço onde vai se desenvolver o estudo e da amostra qualitativa da pesquisa. Desta maneira, segundo Gil (2002, p.41) é nessa etapa do estudo que o pesquisador se familiariza com o problema, tornando este mais claro, busca aprimorar as ideias para formular as hipóteses para o lampejo nas suas criações em campo.

Nesta pesquisa, observado os postulados acima discutidos, o primeiro momento foi fazer o levantamento bibliográfico reunindo fontes de embasamento teórico que auxiliaram no processo investigativo, como livros, dissertações e teses. Não é demais afirmar que essa fase é vista como tarefa fundamental no processo da pesquisa.

O segundo momento foi buscar parceria de colaboração com a comunidade a ser pesquisada, através de reunião com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão - ACORQBU, onde apresentou-se detalhadamente o projeto de pesquisa e seus procedimentos a serem adotados, envolvendo não só toda estrutura predial e documental da associação, como também as pessoas, lideranças da referida associação, que prontamente aceitaram colaborar, sem as quais, seria impossível o desenvolvimento dessa pesquisa. A associação ACORQBU colaborou desde o início, organizando um evento cerimonial de lançamento da pesquisa na praça da vila de Umarizal o que facilitou para que as pessoas da comunidade tomassem conhecimento do estudo, se dispusessem a participar e a suscitar o debate sobre o assunto da pesquisa no quilombo de Umarizal. Esclarece-se que suscitar a discussão sobre o assunto sempre foi uma das pretensões deste trabalho.

Nesse cenário, os demais momentos serão apresentados de forma sucinta a seguir: Sintetizando os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, objetivou-se analisar como as políticas públicas de cotas para negros quilombolas nas universidades interferem no desenvolvimento e sustentabilidade do Quilombo do Umarizal e nos seus territórios na zona rural. Para tanto, adotou-se como principal método qualitativo e quantitativo como seu auxiliar. Utilizou-se do estudo de caso a principal estratégia de investigação, que foi efetivado por meio de análise de documento, observação participante e entrevista semiestruturadas com vinte universitários cotistas e vinte lideranças quilombolas, no total quarenta pessoas da comunidade envolvidas no processo de investigação. Portanto os dados foram coletados através das técnicas

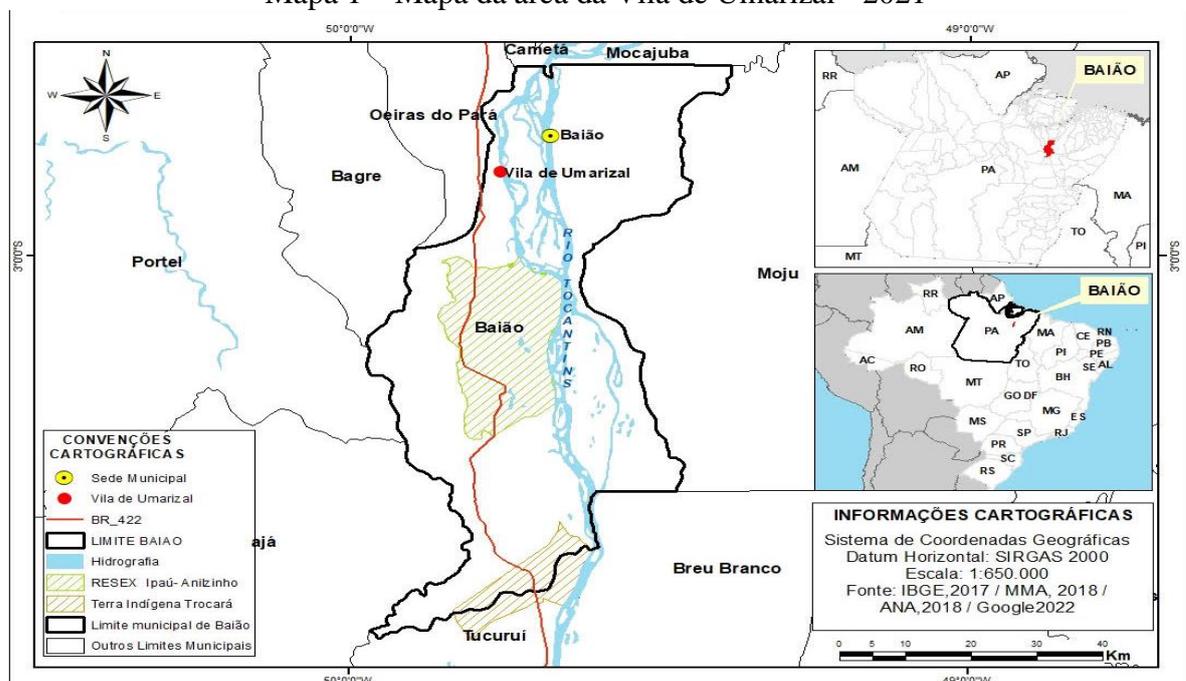
de análise de documentos, sintetizando entrevistas e por meio da participação do pesquisador no universo do cotidiano da comunidade estudada.

Ainda, com intuito de reforçar a qualidade nos resultados e como forma de complementos às demais técnicas, foram elaborados e distribuídos questionários com os avanços relatados pelos entrevistados. Os questionários foram aplicados de forma aleatória para cada um representante das cento e dez famílias, das quais os dados coletados são apresentados em gráficos ao longo deste trabalho. Ressalta-se que como auxiliar apresentou-se também alguns dados quantitativos através de quadros, tabelas e gráficos, referentes à questões das cotas universitárias no Quilombo do Umarizal, mas somente como suporte para os resultados qualitativos na linha que traz Flick (*apud* Campos, 2016, p.39), “que uma pesquisa pode possuir um plano de trabalho com coletas recorrentes em dados quantitativos e acompanhados de pesquisa de campo de caráter qualitativos”.

1.2.2 Pesquisa de campo: o *locus*

Em concordância com Flick (2004, p.43), parte-se do pressuposto de que na abordagem qualitativa, a observação de campo deve ser feita no local do estudo e assim, o espaço de investigação desta pesquisa é o quilombo de Umarizal. É uma comunidade remanescente de Umarizal Beira, localizada na margem esquerda do rio Tocantins, no município de Baião, microrregião de Cametá no Estado do Pará, na Região Norte do Brasil, conforme mapa 1:

Mapa 1 – Mapa da área da Vila de Umarizal - 2021



Fonte: IBGE (Montagem do pesquisador e Nil Aarts de Farias).

Certificada pela Fundação Cultural Palmares, em outubro do ano 2000, a comunidade de Umarizal é hoje polo dinâmico das cinco comunidades remanescentes (Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão), as quais compõem o território de Quilombo do Umarizal. É nesse espaço/campo que o estudo foi desenvolvido por meio de entrevistas com os sujeitos da pesquisa, no intuito de captar as informações e explicações a respeito de seu contexto, bem como visitas para a observação participante e as análises de documentos da sede da associação ACORQBU, na escola polo de Umarizal, unidade básica de saúde - UBS Tiazinha, e na agência distrital da vila. Na escolha pela pesquisa de campo, concorda-se com Minayo (2012) que em uma pesquisa qualitativa, o recorte espacial representa o caráter empírico do recorte teórico correspondente ao objeto investigado.

1.2.3 Seleção dos Sujeitos da Pesquisa

No que concerne aos sujeitos da pesquisa, foram selecionadas 40 informantes (quadro 1 e 2), dentre estudantes cotistas de Umarizal, gestores, ex-gestores, lideranças da associação quilombola ACORQBU e AMPU, todos presentes na vivência diária e engajados na luta por políticas públicas que melhorem a qualidade de vida no Quilombo de Umarizal.

Quadro 1 – Os sujeitos da pesquisa

NOME DOS ENTREVISTADOS	IDADE	FUNÇÃO NA COMUNIDADE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Adilis Rodrigues N. D. Silva	32 anos	Estudante de Geografia	UFPA
Adanilce De Farias Vilhena	22 anos	Estudante de Letras – Português	UNIFESSPA
Alessandra Leite	23 anos	Estudante de Saúde Coletiva	UNIFESSPA
Assis Dos Santos Meireles	37 anos	Estudante de Engenharia da Computação.	UFPA
Daniele Farias Cruz	23 anos	Graduada em Psicologia	UFPA
Diomara Da Silva Da Costa	26 anos	Estudante de Letras Língua Portuguesa	UFPA
Fabrcio De Farias Viana	27 anos	Estudante de Geografia	UNIFESSPA
Fernando Farias Da Silva	24 anos	Estudante de Artes Visuais	UNIFESSPA
Idê Vieira	32 anos	Estudante de Farmácia	UFPA
Jhemenson Da Silva Da Costa	29 anos	Estudante de Engenharia Biomédica	UFPA
José Fábio Farias De Souza	31 anos	Estudante de História	UFPA
Kairo Lisboa Vieira	24 anos	Estudante de Engenharia Elétrica	UNIFESSPA
Manoel Dos Santos Farias Filho	24 anos	Estudante de Administração	UNIFESSPA
Mateus Da Silva Da Costa	23 anos	Estudante de História	UFPA
Matheus Victor Vilhena Rodrigues	19 anos	Estudante de Arquitetura e Urbanismo	UFPA
Matheus Victor Vilhena Rodrigues	19 anos	Estudante de Arquitetura e Urbanismo	UFPA
Maykon Alves Cruz	28 anos	Estudante de Ciências Contábeis	UNIFESSPA
Natália Dutra Nunes	23 anos	Estudante de Engenharia Elétrica	UNIFESSPA
Paula De Menezes Baia	29 anos	Formada em Direito	UNIFESSPA
Raissa Oliveira Dos Santos	33 anos	Estudante de Serviço sociais	UFPA
Sandoval Dias Lameira	46 anos	Estudante de História	UFPA

Fonte: Elaboração do autor.

Quadro 2 – Lideranças comunitárias sujeitos da pesquisa

NOME DOS ENTREVISTADOS	IDADE	FUNÇÃO NA COMUNIDADE	INSTITUIÇÃO
Alcindo Vieira Cruz	60 anos	Ex-Diretor da Associação	ACORQBU
Amadeu Vieira Cruz	69 anos	Ex-Presidente da Associação	ACORQBU
Assunção Azevedo Dos Santos	64 anos	Presidente da Associação	ACORQBU
Calisto Renivaldo Azevedo Dos Santos	66 anos	Ex-Presidente da Associação	ACORQBU
Cizisnando Arnaud	59 anos	Tesoureiro da Associação	ACORQBU
Daléia Lopes Da Trindade	48 anos	Coordenadora do Samba de Cacete	ACORQBU
Deumetila De Farias Da Silva Vilhena	64 anos	Ex-Presidente da Associação	AMPU
Deuzalina Lopes Da Trindade	65 anos	Ex-Presidente da Associação	AMPU
Divaldo Vieira	52 anos	Ex-Secretário da Associação	ACORQBU
Doriedson Lopes Vieira	51 anos	Mestre do Samba e Ex-Diretor da Associação	ACORQBU
Dorvanice Farias Da Cruz	40 anos	Ex-Diretora da Associação	ACORQBU
Ermiriraci Lopes Da Silva	54 anos	Ex-Diretora da Associação	ACORQBU
Eulália Serrão Cruz	66 anos	Ex-Membro da Coordenação da Associação	ACORQBU
Firmino Vieira	78 anos	Ex-Diretor da Associação	ACORQBU
Hélio Souza Vieira	47 anos	Secretário da Associação	ACORQBU
Honorina Farias de Sousa	58 anos	Ex-Diretora da Associação	ACORQBU
Joana Jonete Farias Cruz	57 anos	Delegada Sindical e Ex-Diretora da Associação	STTR ACORQBU
José Maria Santos	59 anos	Ex-Diretor da Associação	ACORQBU
Jusivanda Serrão De Farias Lopes Arnoud	52 anos	Ex-Diretora da Associação	ACORQBU
Maria Trindade Lopes	42 anos	Ex-Diretora da Associação	ACORQBU

Fonte: Elaboração do autor.

1.2.4 Roteiro de entrevista

No que se refere às entrevistas realizadas, foram elaborados dois roteiros, considerando os dois tipos de sujeito da pesquisa: estudantes cotistas e lideranças quilombolas. No entanto, ambos roteiros não se desviam do objeto da pesquisa, e foram organizados da seguinte forma:

- a) Roteiro para estudantes: envolve questões relacionadas ao percurso até à universidade, bem como o apoio recebido e a relação com a associação ACORQBU na preparação e habilitação para os processos seletivos de ingresso. Há ainda questões relacionadas às próprias atitudes dos estudantes quanto ao desenvolvimento e sustentabilidade local e se percebem avanços a partir do momento de ingresso nas universidades como estudantes de cotas quilombolas de Umarizal. Buscou-se também, averiguar a preocupação com o futuro das cotas quilombolas e do quilombo do Umarizal.
- b) Roteiro para as lideranças quilombolas: neste roteiro estão questões relacionadas à vivência na comunidade, sobre o conhecimento da política de cotas universitárias e dos estudantes cotistas de Umarizal. Há também questões de relacionamentos, interatividades entre associação quilombola e os estudantes cotistas relacionados ao desenvolvimento/ sustentabilidade local. Indaga-se ainda: quais os avanços percebidos por eles, a partir do momento que ingressaram nas universidades enquanto estudantes de Umarizal, através das cotas universitárias quilombolas? E qual o futuro das cotas universitárias quilombolas e do quilombo de Umarizal?

1.2.5 Entrevistas

Como dito anteriormente, quarenta (40) quilombolas foram selecionados, como sujeitos da entrevista, sendo vinte lideranças (gestores e ex-gestores da associação ACORQBU e da AMPU) e vinte universitários cotistas (estudantes e formados, que acessaram as universidades através de cotas e reservas quilombolas). Optou-se em realizar entrevistas para a coleta de dados, por razão de ser uma estratégia em campo que permite colher várias informações e explicações acerca do problema formulado.

Após o projeto de pesquisa ser aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA), durante as entrevistas foram tomados os cuidados como, manter-se na escuta atenta a todas as informações ditas pelo entrevistado, interferir só quando necessário e de maneira discreta. Além de adotar todos os procedimentos de prevenção ao SARS-CoV-2 preconizado pela Organização Mundial da Saúde OMS.

As entrevistas foram agendas e colhidas pelo próprio pesquisador. No primeiro momento foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em seguida, iniciou-se a coleta de material por meio de gravações ocorridas nas casas dos entrevistados e na sede da associação. Ressalta-se que, inicialmente, se planejou realizar as entrevistas com os sujeitos estudantes no ambiente universitário, porém devido a pandemia da SARS-CoV-2 as aulas passaram a ser remotas e os estudantes tiveram que voltar para suas casas, o que alterou o plano inicial. Após esta etapa, as entrevistas foram transcritas, os dados foram sistematizados e apresentados no quadro 3, discutido no último capítulo desta Dissertação.

1.2.6 Observação Participante

Segundo Malinowski (1984), a técnica da observação participante é desenvolvida por meio da convivência e participação direta do pesquisador no universo do cotidiano da comunidade estudada. Como já mencionado aqui, este pesquisador nasceu e viveu a infância, bem como parte da adolescência no Quilombo de Umarizal. Não obstante ter saído para dar continuidade nos estudos na cidade (1974 – 1980), permaneceu a ligação com a comunidade, sendo que a cada intervalo escolar, estava presente na labuta e dia-a-dia do quilombola pela sobrevivência em Umarizal. Assim, ao retornar em 1981, já formado técnico em Agropecuária, houve a oportunidade de trabalhar na Prelazia de Cametá, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuando diretamente nas Comunidades Cristãs (CC), o que permitiu a convivência militante no movimento quilombola da região do Baixo-Tocantins, em especial no Quilombo de Umarizal.

Isso possibilitou muitas observações, as quais foram anotadas nas inseparáveis agenda/caderno dos agentes de pastorais da CPT e que hoje têm grande serventia neste trabalho.

Tais anotações somaram-se às realizadas nesta pesquisa, na qual a observação participante foi desenvolvida por meio das visitas, com anotação diária, e em alguns momentos do trabalho, surgiram outras atividades de campo. As quinze visitas realizadas foram feitas no período de janeiro a outubro de 2021. Destaca-se que a observação também se fez por outras atividades, como a participação em mutirões de trabalho do grupo de samba de cacete, composição na comissão do festival quilombola de Umarizal, reunião da comissão de preservação do pescado, e ainda, presença no “aulão” pré-vestibular, nas rodas de conversas que ocorrem diariamente no trapiche, no mercadinho, no banquinho da rua Josefa Miranda (quando se fala de tudo em Umarizal). O desafio foi filtrar e anotar os pontos relevantes para essa pesquisa, sendo que, às vezes, foi preciso acompanhar o informante, após desfazer a rodada de conversa para aprofundar o assunto por ele levantado durante a roda de conversa. Desta maneira, foi possível apresentar informações mais objetivas nesse trabalho.

1.2.7 Análise de Documentos

Nessa etapa, a princípio foi feita uma análise nos documentos arquivados na sede da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal-beira, Umarizal-centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão ACORQBU. Trata-se de documentos constitutivos institucionais, tais como o estatuto social, atas, livros registro de sócios, resoluções, Código Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ, certidão de reconhecimento de comunidade remanescente de Quilombo, etc. Estes documentos são obrigatórios para manter a associação atualizada legalmente, uma vez que a ela compete a emissão da declaração de pertencimento¹, documento fundamental para habilitação dos interessados nos processos seletivos especiais para indígenas e quilombolas nas universidades.

Destaca-se que no decorrer da pesquisa tornou-se interessante analisar também, outros documentos como: relatórios de atividades, ficha de inscrição, documentos de processo judicial relacionado aos conflitos agrários, processo de requerimento dos territórios junto ao ITERPA, ofício para autoridades, cartas e requerimentos de estudantes. Assim, a análise dos citados documentos possibilitou interpretar melhor a realidade dos sujeitos, levando a uma compreensão de mundo e à interpretação sobre o contexto analisado.

¹ A Declaração de Pertencimento é um documento expedido aos indivíduos quilombolas para comprovar ser sócio ou ter vínculo de parentesco com um dos sócios da ACORQBU, até terceiro grau.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Até aqui, buscou-se fazer uma descrição do contexto que resultou na presente pesquisa, passando-se pelo encontro com objeto da pesquisa, as motivações para o estudo, os aspectos metodológicos, bem como a realização do levantamento teórico, aproximando assim o tema até a formulação do problema proposto e dos objetivos pretendidos.

A partir disto, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: na primeira seção é apresentado amplo debate sobre os aspectos conceituais teóricos da categoria quilombo no Brasil e no Pará, na amplitude histórica, política sobre os aspectos de ocupação territorial desta, rediscutindo a presença negra neste processo e o significado do território quilombola; a segunda seção contextualiza o quilombo de Umarizal, sua origem e sua história. Apresenta-se a visão panorâmica das comunidades remanescentes que juntas ocupam e lutam pela propriedade coletiva do território unificado e unidas constituíram a associação ACORQBU, tão importante para a continuação da cultura, da luta, da gestão e representatividade no quilombo e seu território. Apresentam-se, ainda, as tensões e disputas no território, mapa e a geografia social e econômica da vila de Umarizal, trazendo também uma descrição detalhada sobre os aspectos socioculturais como o samba de cacete, os mutirões de solidariedade e outras manifestações deixadas pelos seus ancestrais afrodescendentes; A seção quatro faz a contextualização da política de cotas universitárias no âmbito do quilombo do Umarizal, apresentando algumas concepções e fundamentações teóricas das ações afirmativas, discorre-se sobre o processo de luta, a importância do movimento negro na conquista do acesso ao Ensino Superior, bem como a política de cota de reserva de vagas nas universidades para negros quilombolas. São apresentados também nesta seção dados quantitativos dos ingressantes nas universidades através das cotas, com gráficos estatísticos da demanda, repercutindo o perfil dos estudantes, o interesse pelas cotas no âmbito do Quilombo de Umarizal.

Por fim, a seção cinco apresenta quadros com relatos dos sujeitos participantes, discutindo os resultados obtidos em questionários sobre o objeto investigado, os quais verificam a percepção de avanços já ocorridos a partir das cotas universitárias. São discutidos também as dificuldades, desafios e as perspectivas para o futuro da política de cotas universitárias e do quilombo de Umarizal.

2 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO PARÁ: ONTEM E HOJE

Geograficamente falando, o campo da pesquisa está localizado no nordeste paraense, mais precisamente na Região do Baixo Tocantins, no município de Baião. Partindo do contexto histórico e socioeconômico da comunidade quilombola de Umarizal, que fica na margem esquerda do Rio Tocantins no município supracitado, busca-se discutir sobre a constituição da comunidade quilombola de Umarizal, seus significados e significações, sua história e memória, e ainda, a relação dos sujeitos no contexto educacional como sujeitos sociais.

De forma ampla, ao se discutir a formação das comunidades quilombolas no Estado do Pará, faz-se necessário retornar ao debate correspondente ao período da colonização escravocrata ocorrido no Brasil, no qual, por mais de 300 anos explorou-se a mão de obra escrava dos africanos e afro-brasileiros. Sabe-se que no Brasil a exploração do negro deu-se desde a colonização, e mesmo com os avanços e conquistas quilombolas, ainda é comum observar essa exploração, sendo que, segundo Rocha (2018, p. 51), “o povo que descende de escravo enfrenta um processo de marginalização e discriminação enraizada em uma herança colonial capitalista,” o que, ainda de acordo com o citado autor, parece ser uma “herança maldita”. Evidentemente, muitas mudanças neste cenário podem ser percebidas, contudo, quando se trata de questões políticas, econômicas e sociais no território brasileiro, ainda são comuns atos e atitudes preconceituosas e racistas nos diferentes estratos sociais, caracterizando-se como racismo institucional.

Este cenário de permanência de desigualdades torna mais necessário o estudo sobre as comunidades quilombolas, as quais, historicamente, surgiram no Brasil por volta dos anos 1625. A origem dos quilombos remonta à exploração da mão de obra escrava, bem como, do crescimento do tráfico negreiro para a colônia brasileira, provocando, desta forma, uma história de luta por liberdade dos negros escravizados, que foram arrancados de suas famílias e de seu território. A história de luta por liberdade dos negros africanos também foi o início do fim do Império no Brasil. Para Ribeiro, (2015, p.166) o “fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno. Sua abolição, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do império e da proclamação da República”.

Observa-se com isso, que a luta dos negros se mistura à história da sociedade brasileira desde os primórdios de sua colonização, o que fundamenta e caracteriza o surgimento das primeiras organizações sociais afro-brasileiras, consideradas o berço das comunidades quilombolas em todo território brasileiro. Sobre isto, assevera Rocha (2018, p. 51) que:

Encontra-se em todo território nacional, ainda, reflexos da cultura e costumes do povo afrodescendente, com traços fortes e determinantes na miscigenação cultural. Nesse sentido, pensar a história afrodescendente no Brasil faz-se necessário estar atenta à complexidade que essa manifestação cultural representa na sociedade, bem como a descaracterização que ela vem sofrendo com simples mudanças e interferências históricas e sociais.

Vale ressaltar que ao tratar do período escravocrata, ocorrido no território brasileiro e no mundo, verifica-se que o Brasil foi o país americano a escravizar o maior número de negros africanos, sem contar que, como citado anteriormente, foi último país cristão a abolir a escravidão, que veio ocorrer apenas no ano de 1888. (FERREIRA, 2009). Maia (2012, p. 21) corrobora com o exposto ao afirmar que:

A história mostra que a escravidão no Brasil extrapolou em todos os aspectos quando comparada com outros países, pois aqui teve vida longa, desde o início da colonização até fins do século XIX. Se em muitas colônias do Novo Mundo a independência nacional veio junto com a abolição, aqui se destacou como último país a implementá-la. Ao contrário dos Estados Unidos, por exemplo, onde a escravidão perdurou em algumas regiões, aqui abrangeu todo o território nacional, chegando a abarcar metade da população.

De acordo com os estudiosos citados, é possível afirmar que a miscigenação do povo brasileiro, bem como o povoamento do seu território, se deu na sua grande maioria pelo povo negro, escravizado, fugido ou não, e desta forma, a presença do negro concebido como população deve ser reconhecida em todo o território brasileiro. Neste sentido, a subseção a seguir traz ponderações sobre a ocupação territorial do Brasil, considerando a importância do povo negro neste contexto.

2.1 ASPECTOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Todo o processo de ocupação do território brasileiro, não passou de uma grande invasão dos brancos europeus, que expulsaram os nativos de suas áreas e tal com os povos originários do Brasil, os indígenas, os negros também foram arrancados de suas terras, enviados aos mais diferentes pontos do Globo, chegando à terra Tupiniquim. Aqui, os negros, fugindo da escravidão em busca da liberdade se aquilombavam² mata adentro. As densas matas e florestas das diferentes regiões brasileiras, além de serem solos férteis para agricultura, atividade bastante dominada pelos nativos e também pelos negros africanos, facilitavam a sobrevivência

² O ato de aquilombar- se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema de opressivo passa a ser, nos dias atuais, o meio de dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos (LOSEKANN, 2009, p.16).

nas brenhas das matas e florestas. Isto porque, o difícil acesso às matas fechadas dificultava que os refúgios, também chamados de quilombos ou mocambos, fossem descobertos. Pode-se dizer, portanto, que a técnica de agricultura garantia a manutenção e a sobrevivência dos negros fugidos que se aquilombavam, pois buscavam áreas densas como forma de esconderijos, contra o temido caçador de escravos fugidos – o Capitão do Mato, assim como dos capangas dos senhores das fazendas. (ROCHA, 2018 p.52). O estudioso Gomes (1997, p. 51) acrescenta que:

A população escrava negra nos anos setecentos estava, de fato, espalhada na Amazônia. Podia estar nas lavouras – onde trabalhava junto com os índios – ou a encontrarmos na coleta das “drogas” no transporte das canoas e nas obras de fortificações militares que pontilhavam o Grão-Pará, em função dos temores de invasões estrangeiras. A floresta já estava enegrecida.

Neste contexto amazônico está inserido o território paraense, o qual pertence o município de Baião, e onde se abriga hoje um grande número de comunidades quilombolas, dentre elas a comunidade quilombola de Umarizal, objeto desta pesquisa. O município de Baião em 1779 fazia divisa com a atual cidade de Cametá, antes mesmo do desmembramento do território do município de Mocajuba. O Município de Cametá já concentrava algumas fazendas de onde os negros fugiam, aproveitando o curso do rio para fuga e posterior aquilombamento, nas áreas de Baião. Ainda segundo Gomes (1997, p.65):

Uma outra área com muitos quilombos era aquela banhada pelo extenso rio Tocantins principalmente as localidades de Cametá, Baião e Mocajuba. Em 1766, autoridades reclamavam de fugas de negros e índios em Cametá. Um morador de Baião denunciou, em 1774, que se aproveitando dos rios, no caso o Tocantins e seus afluentes estavam fugindo negros e vários índios —seus escravos com suas famílias por este mesmo rio acima com o pensamento de subirem para as minas de Goiás.

Desta forma, entende-se que a identidade das comunidades quilombolas existentes atualmente, possui uma grande e profunda ligação relacionada às questões étnicas, culturais, políticas e organizacionais de seus territórios, definindo-as como uma verdadeira ocupação singular do ponto de vista das pessoas, mas que ao mesmo tempo engloba valores políticos, sociais, históricos e culturais. A definição do termo quilombo remete diretamente ao continente africano, que é raiz da origem do povo negro e o berço das civilizações, principalmente às civilizações egípcias surgidas nas margens do Rio Nilo, de onde deriva as civilizações greco-romanas. A expressão quilombo originou-se exatamente no continente africano na região de Angola. Rocha (2018, p. 45) assim define quilombo:

É uma palavra de origem angolana na África ocidental, que de acordo com a etnografia a palavra — quilombol deriva de “kilombo” (quimbundo) e “ochilombo” (Umbundo). Quilombo significa Acampamento no mato onde se refugiavam os escravos.

Trazendo este conceito para a realidade da sociedade brasileira do século XVIII, recorre-se a Turatti (2003, p.6) que ao analisar uma carta enviada ao rei de Portugal, por volta de 1740, encontra a seguinte definição de quilombo, feita pelo Conselho Ultramarino: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.” Para o autor, esta é, provavelmente, a primeira definição de quilombo em território brasileiro. (ROCHA, 2018, p. 46).

Os estudos atuais sobre as questões relacionadas às comunidades quilombolas buscam em sua essência a valorização das peculiaridades locais, de forma a considerar as experiências e vivências de cada território, que se ergueu ao longo da história do Brasil. Na comunidade quilombola de Umarizal não é diferente, pois a associação legalmente constituída, inclusive com carta de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, de acordo com o estabelecido no § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887/03, demonstra o intuito de valorizar e manter as tradições destes espaços de luta – os quilombos. O acesso à terra onde hoje está assentada a Vila de Umarizal, consta de uma história repassada por gerações, que incluem fugas de escravos e “confronto com índios” e grileiros, pela ocupação das terras que na época eram livres ou devolutas, as quais hoje constituem uma herança coletiva aos remanescentes de quilombos de Umarizal. Neste ponto, Ramos (2020, p. 45) argumenta em sua tese de doutorado o seguinte:

a luta do povo quilombola vem acontecendo diuturnamente, não mais uma luta por liberdade, mas a luta pela posse da terra, pela titulação definitiva de seus territórios, hoje as comunidades estão organizadas em associações de remanescentes de quilombo, e contam com apoio da Fundação Palmares e órgãos governamentais como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e no Estado do Pará a COPIR – Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, outras comunidades ainda lutam pelo seu reconhecimento como quilombolas, atendimentos a saúde, educação, saneamento e demais políticas públicas que garantam seus direitos valorizando suas especificidades étnico-culturais.

Também vale destacar uma outra questão relacionada à forma de ocupação do território quilombola da vila de Umarizal, que está relacionado à organização e construção das casas na vila. Interessante observar que ocorreu por meio da relação familiar, ou seja, os filhos iam casando, formando novas famílias e as casas iam sendo construídas nos arredores dos pais, formando assim os clãs familiares. Assim, com o crescimento populacional da comunidade, a cada período são demarcadas novas áreas de loteamento, as quais são ocupadas por novos moradores, filhos dos antigos e que não possuem mais espaço próximo da casa dos pais para construção de suas casas.

Quanto à questão territorial das comunidades remanescentes de quilombo, é importante destacar que a Constituição Federal do Brasil de 1988, estabelece a legalidade do direito do povo negro às terras, de acordo com suas formas de ocupação e organização. Normatiza

também, o respeito e a valorização do costumes, tradições culturais e suas linguagens dos povos habitantes dos quilombos. Para além disso, garante o direito à Educação e à Saúde, de forma diferenciada. Sobre isto, Rocha (2018, p. 49) ressalta que ao conceito de quilombo:

ainda se pode versar o que preceitua a Constituição Federal (CF) de 1988, que em seus Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, garante e reconhece como propriedade as terras ocupadas por remanescente de quilombo. Notifica-se a redação dada pelo Art. 68. (CF) — Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos. A garantia e o reconhecimento estabelecido pelo referido artigo mobilizaram as organizações sociais quilombolas e moradores de várias comunidades remanescentes rurais, a ampliarem a luta em prol do direito de reconhecimento e titulação de suas terras que agora por lei já lhes pertence.

Apesar de todo o reconhecimento, as terras que hoje pertencem às comunidades remanescentes de quilombo, as quais foram em sua maioria deixadas como herança, por aqueles que há muito já haviam se estabelecido nelas, ainda geram conflitos de posse, tanto no sentido da documentação de posse de área coletiva para as associações, como no sentido da titularização, por parte de alguns que preferem ter seu próprio documento, o qual é chamado de individual. É possível observar uma certa disputa interna na comunidade, ocasionada por alguns moradores que discordam do processo de organização da comunidade, pois são oriundos de outras regiões e, em sua maioria, adquiriram as terras por compra ou posse, não reconhecendo assim, suas terras como áreas coletivas, ou mesmo não se auto reconhecendo como descendentes de quilombo.

2.2 O TERRITÓRIO: UM ESPAÇO EM DISPUTA

Os territórios dos espaços quilombolas são marcados por conflitos e lutas, desde as suas origens, quando os negros buscavam terras para estabelecer seus quilombos e por várias vezes conflitaram com nativos, fazendeiros e outros posseiros na mesma área já estabelecidos. Destaca-se ainda, que após a escravidão muitos foram os conflitos pela terra e mesmo pela moradia, pois os negros “libertos” pela Lei Aurea em 1888, não podiam estar em lugar nenhum, pois todas as terras já eram de propriedades dos senhores e cada vez que acampavam em algum espaço territorial, definido ou não como propriedade, logo eram acionadas a força policial, para expulsá-los daquela área, considerando que toda terra estava de certa forma possuída pelos senhores brancos. (RIBEIRO, 2015).

Os movimentos sociais abolicionistas no Brasil apresentam uma grande expressão presencial dos negros, que ocorre em toda a história de exploração e desenvolvimento do território brasileiro. Entretanto, destaca-se que até 1888, ano que foi assinada a Lei Aurea, que

aboliu a escravidão no país, esses movimentos que envolviam os grupos negros, atuavam em sua maioria na clandestinidade, segundo o olhar eurocêntrico do período, com pautas bastante específicas, voltada para abolição e libertação dos escravos. Todos os escravos eram tratados como objetos e de propriedade pessoal dos colonizadores brancos e as fugas e formação dos quilombos do período, ocasionavam prejuízos aos proprietários, se tornando uma ameaça à ordem política, já que fortalecia os movimentos sociais e lutas. Muitas dessas lutas estavam relacionadas à questão das invasões das senzalas, para libertação dos irmãos negros que viviam cativos, e que sempre eram recebidos com confrontos violentos e repressivos.

Assim, a permanência dos descendentes de quilombolas em suas terras sempre foi marcada por lutas e conflitos, e todas essas lutas e conflitos existentes em nosso território brasileiro. Logo pode-se afirmar que as famílias das comunidades quilombolas, como as da Vila de Umarizal estão inseridas nessa grande disputa pela posse da terra e sua permanência nos territórios, pois a sua economia está baseada no cultivo da terra, na produção oriunda da agricultura familiar de subsistência, assim como na caça, na pesca e no extrativismo vegetal, que garante a sobrevivência do grupo. Neste quilombo, mesmo sabendo que nesses conflitos nenhuma vida foi ceifada, há relatos de famílias que abandonaram suas terras, com medo e ameaças à sua própria vida. Sobre o exposto, Rocha (2018, p. 27) nos aponta que:

Devido sua forma de sobrevivência, de certa forma isolada em suas comunidades, os quilombolas ainda sobrevivem, em sua maioria da agricultura familiar de subsistência, sempre buscando superar a prática dessa agricultura de subsistência, acreditando na possibilidade de sobreviver respeitando seus legados, culturas e costumes do passado, acrescentando-lhes valores à herança de seus antepassados, procurando estratégias de desenvolvimento sustentável, na perspectiva de garantia de vida digna.

Sobre isso, Santos (2005) faz reflexão importante sobre certas diferenças estabelecidas nessas disputas por terra e o poder que a posse dela proporciona. Para o estudioso, estas disputas mostram que, de certa forma, permanece o domínio da cultura branca sobre a cultura dos negros, tudo por que na nossa cultura estão enraizados princípios de que se trata de uma cultura organizacional e política no plano da inferioridade. O citado autor afirma que:

não é possível ignorar que, no dia-a-dia, as comunidades continuam a ver a si mesmas e às demais como estruturadas em torno de diferenças que vão do aspecto estético aos valores culturais. Tais diferenças são entendidas como sendo de ordem racial. Ademais, as diferenças desempenham papel preponderante na disputa pelo poder na sociedade e no acesso a bens materiais (meios de produção, salários, condições de saúde, transporte e moradia) e simbólicos (sistema de ensino, cultura e lazer), o que tem levado ao racismo. (SANTOS, 2005, p. 183).

Vale destacar que apesar do reconhecimento do direito à posse das terras ao povo das comunidades remanescentes de quilombos, disposto na Constituição Federal, e com o adendo do Decreto 4.887/03 (BRASIL, 2003) de Regulamentação Fundiária, muitas batalhas judiciais

foram travadas, em função da ADIN 3239 – Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida junto ao Superior Tribunal Federal pelo qual a Ministra Rosa Weber destaca em seu pedido de vista, apresentado por Leite (2010, p. 25):

O Decreto 4.887 é inovador porque recupera para o mundo letrado, um conjunto de situações que estão fora dele, e cuja condição jurídica subalterna de uma das partes, no caso a dos quilombos, quando não considerada, acentua e adia a resolução dos conflitos. Ao contrário do que afirmam os opositores do Decreto, ele é um dispositivo que propicia a instauração de processos de regularização das terras ao mesmo tempo em que traz para a ordem jurídica a parte até então tida como inexistente. Ao reconhecer novos sujeitos até então alijados da lei universal, o dispositivo propicia aos insurgentes a possibilidade, não propriamente a garantia, mas a possibilidade, de entrada na ordem jurídica que os excluiu ou ignorou. É importante considerar que isto não acontece por uma dádiva do poder público, mas para atender às forças sociais em movimento, por uma insurgência persistente, que extrapola e alarga a concepção de direito, desde suas bordas.

Logo, garantir aos descendentes de quilombo o direito de posse de suas terras, não se trata apenas de lhes assegurar um local de moradia, mas também lhes garante a sobrevivência, a manutenção de sua cultura e costumes peculiares. Desta forma, levando em conta a organização social de luta, essas terras quilombolas devem ser um espaço de uso coletivo, com sua exploração exercida em comum acordo entre todos e todas. Logo, afirma-se que as terras ou territórios quilombolas, não podem ser resumidas apenas à lotes de moradias individuais, pois as comunidades remanescentes de quilombos, tem em sua característica essencial o uso coletivo da terra, na agricultura, na pesca, no extrativismo, todos como um patrimônio de uso comum, com regras pré-estabelecidas pelas famílias que compõem as comunidades e que apresentam suas afinidades e solidariedade. Entende-se que as terras quilombolas não constituem um bem isolado, ou mesmo uma mercadoria a ser comercializada, pois nela está inserida uma história, uma luta de liberdade e conquista, ela representa a nossa identidade social e cultural, uma herança dos quilombolas do passado para os atuais descendentes.

A seguir, apresenta-se um debate conceitual mais atualizado sobre quilombos, iniciando-se no exposto em Munanga (1996), que advoga que a palavra quilombo advém do aportuguesamento de *kilombo*, um vocábulo oriundo dos povos de língua *Bantu*, que vivem nos territórios situados na região Centro-oeste do Continente africano, na chamada África subsaariana. Sua presença e sobretudo, o seu significado no Brasil estão relacionados a alguns segmentos destes povos, que foram trazidos e escravizados no território brasileiro. No processo histórico brasileiro têm sido inúmeros os conceitos oferecidos ao termo quilombo, expressando os mais diversos sentidos, dependendo do ângulo, do momento e do interesse do observador. Importante frisar que as primeiras definições oficiais de quilombo serviram para tipificar a fuga

de escravos como um crime contra a ordem vigente na época, colonial e imperial. Foram conceitos de serventia unicamente repressiva.

Almeida (1996, p. 12-13) enfoca que quilombo, a princípio, significava agrupamentos de negros fugitivos durante o período da escravidão no Brasil e que se encontravam fora da *Plantation* baseada na monocultura agroexportadora. Nesta definição colonial e Imperial, os quilombos estariam ainda à margem do mercado, sobrevivendo por meio de atividades econômicas de produção simples e também dos alegados saques que promoviam junto às fazendas. Segundo o autor, o termo quilombo tinha lugar na legislação e em documentos oficiais e era utilizado com finalidade exclusivamente repressiva, uma vez que o quilombo era tido como coletividade de escravos rebeldes, sendo por isso ilegal e ameaçador da ordem vigente, bem como excluído do mundo do trabalho instituído.

Ainda conforme tal definição, o quilombo se situaria geograficamente em locais ermos dominados pela natureza, como florestas e sertões, em oposição aos lugares em que houve uma política colonial deliberada de povoamento e estabelecimento de unidade produtiva ao ato de fuga dos escravos para constituição dos quilombos seguida estabelecimento de ranchos, moradias temporárias e a utilização de pilões para o beneficiamento de produtos agrícolas, reforçando a recusa aos mecanismos coercitivos da mão de obra escrava e ao domínio da grande propriedade monocultora (ANDRADE NETO, 2009, p.13).

Não é demais dizer que os primeiros conceitos elaborados de quilombos envelheceram, caducaram, tanto pelo ato da primeira fase da abolição da escravatura – a assinatura da Lei Áurea–, mais sobretudo pelo ato complementar abolicionista, no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988, que traz o inovador artigo 68 do (ADCT/CF-88) que inverteu o conteúdo do termo quilombo, obrigando adjetivá-lo. Estudos realizados por Arruti (2008) já comprovaram que os conceitos históricos não dão conta de oferecer, mesmo que minimamente, a compreensão do que é ser quilombola nos dias de hoje. Como bem explica o autor citado:

Não é possível falar deles [os quilombos] sem adjetivá-los. Seja por meio da fórmula legal que lança mão de ‘remanescentes,’ ou das tentativas de ajuste desta, por meio de ‘contemporâneos.’ Seja ainda por que são necessárias distinções entre estes, quando se usa ‘urbanos’ ou ‘rurais’. Ou, quando se quer tipificá-los, por meio de ‘agrícola,’ ‘extrativista,’ ‘nômide’ etc. Ou, finalmente, quando se fala em ‘históricos,’ de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em ‘quilombos históricos’ tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os ‘quilombos contemporâneos.’ (ARRUTI, 2008, p. 1. Grifo nosso).

Ainda segundo o estudioso, para atualizar o termo quilombo, não basta apenas adjetivá-los, é preciso delimitar o conteúdo de cada um dos adjetivos aplicados, visto que se trata de objeto ainda em disputa, em processo de aberto de construção. Assim como autor explica que:

Depois adjetivá-los, porém, é ainda necessário definir qual o conteúdo que cabe a cada adjetivo, já que se trata de uma categoria em disputa. Não apenas em função de seu caráter polissêmico, aberto, com grandes variações empíricas e ocorrência no tempo e no espaço. Mas uma disputa em torno de como o plano analítico se conecta com os planos político e narrativo. Uma disputa travada entre antropólogos e historiadores, mas também entre estes; travada na imprensa, no parlamento e nas decisões judiciais. Tais disputas, que continuam em aberto, fazem com que este texto, que deveria oferecer uma visão sintética do tema e mesmo uma definição de quilombo, tenha que ser construído como a introdução a uma problemática, um texto cuja o objeto não ‘é’, mas sim ‘está em curso.’ (ARRUTI, 2008, p. 1).

Conforme se observa então, o cerne do conceito do termo quilombo está relacionado com a largueza, ou seja, do quanto de realidade social o conceito abarca. Somente assim, é possível uma concepção que permite atualizar o termo quilombo, passivo de interpretação atualizada, aos múltiplos casos empíricos de ocorrência em todo país. Arruti (2008) nos lembra ainda, que o documento trazido do extinto grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), traz os fundamentos para o ajuste estratégico à contemporaneidade do termo. Segundo o autor, a partir deste documento o termo quilombo vem sendo ressemantizado pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalham junto aos segmentos negros em diferentes contextos no Brasil, entre quais, as muitas associações quilombolas espalhadas em todo território Nacional. Assim:

O documento propõe que os quilombos sejam tomados como ‘grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar’, cuja identidade se define por ‘uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.’ Nesse sentido, eles constituiriam ‘grupos étnicos,’ isto é, ‘um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar a filiação ou exclusão,’ segundo a definição de Frederick Barth (ABA, 1994). Apesar desta escolha teórica, eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo a sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras ‘caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.’ (ARRUTI, 2008, p. 2. Grifo nosso).

Para Almeida (*apud* Andrade Neto, 1996), da intensa capacidade de mobilização de segmentos camponeses pelo reconhecimento formal do sistema de apossamento das terras que ocupam, habitam e cultivam, há muitas décadas, surge uma nova visão, que nega a noção de Quilombo colonial e Imperial, e por conseguinte desapossa o sujeito do conceito de "remanescentes das Comunidades dos quilombos," da obrigação de caráter residual. Assim:

Esta concepção, quilombo deixa de representar uma classificação jurídica criminal congelada em função da herança semântica dos períodos colonial e Imperial e ao mesmo tempo ultrapasse os limites do Estado atual das pesquisas historiográficas e arqueológicas sobre o assunto, restritas ao entendimento deste como núcleo de negros fugidos durante a escravidão. Temos então que Alfredo Wagner denominou como processo de ressemantização, no qual a palavra Quilombo se transforma em uma categoria de autodefinição relacionada à reparação de danos históricos sofrido por grupos sociais específicos. (ANDRADE NETO, 2009, p. 12. Grifo aditado).

De fato, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que deu legitimidade às “comunidades remanescentes de quilombos,” é ver os quilombos hoje de forma despojada da tradicional conceituação de quilombo fornecida (1740) pelo Conselho Ultramarino a Sua Majestade, Rei de Portugal. Nesta ultrapassada conceituação, o quilombo representava a fuga, uma quantidade mínima de fugitivos, que se abrigavam em locais marcados pelo isolamento geográfico, e que tinham o rancho armado e o pilão como símbolo da capacidade de se alimentar e reproduzir. Almeida (1996) sustenta com argumentos pertinentes, de que há a necessidade de se relativizar esses conceitos, fugindo da frigidificação, mediante a libertação da definição arqueológica, deixando assim, livre de crime o termo quilombo para significar o que exatamente hoje representa no Brasil: a possibilidade de acesso ao direito à cidadania.

Andrade Neto (2009) também observa a mesma contradição que Almeida, para ambos o texto constitucional apresenta o termo remanescentes no corpo do artigo 68, motivado por razões objetivas da história das etnias, ou seja, os processos de afirmação étnica historicamente só ocorrem por meio daquilo que os grupos sociais efetivamente são na atualidade, seja pela sua identidade tornada pública, seja por meio do mecanismo da autodefinição.” Conforme segue:

Conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixada num único lugar geograficamente definido, historicamente documentado e arqueologicamente escavado. Ele designa um processo de trabalho autônomo circula livre da submissão dos grandes das Grandes propriedades. Nesse sentido, não importa o está isolado ou próximo das Casa Grande alguma transição econômica do escravo ao camponês livre que só indiretamente passa pelo quilombo no caso do Frechal (ALMEIDA, p.14, 1996. Grifo nosso)

Trazer esta discussão aqui, talvez pareça redundância, porém é um reforço para alcançar a objetividade contemporânea do termo dos atuais quilombos. As explicações de Andrade (2009) interpretadas dos documentos do Grupo de Trabalho sobre as Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia – ABA (1996), podem ser tomadas como base no processo de ressemantização explicitado por Almeida (1996) e é proposta como a substituição do uso do conceito jurídico e remanescentes das Comunidades de Quilombo pela utilização do conceito antropológico das comunidades remanescentes de Quilombos. Tal inversão implica, de maneira acessória, no caráter de coletividade do sujeito de direito em

detrimento de uma possibilidade de interpretação voltada a indivíduos isolados. Todavia, sugere principalmente a afirmação da atualidade dos grupos sociais autodefinidos como quilombolas em oposição à centralidade conferida ao termo remanescente no corpo do artigo 68 (2009, p. 15). É o que se pode comprovar no excerto do documento abaixo:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistências na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termo de lotes individuais, predominando o seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalização das atividades, seja agrícola, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema que tomam por base laços de parentescos e vizinhança assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (ABA, 1996, p.12).

Pois bem, os conceitos de quilombos, quilombolas e comunidades remanescentes de quilombos utilizados neste trabalho partem da fundamentação explicitada acima e serão utilizados no âmbito do estudo de caso desenvolvido no espaço investigado na perspectiva de compreender problema da pesquisa no contexto do quilombo do Umarizal.

2.3 A PRESENÇA NEGRA NO PARÁ: REDISCUTINDO CATEGORIAS

Já no século XVIII, o fenômeno de criação de novos quilombos ganhava tamanha dimensão na província do Grão-Pará, ao ponto de abalar a estrutura produtiva vigente, em um nível de perda significativa de provocar uma reação oficialmente repressiva do governo da época. Oliveira, J. (2013) explica que por volta de 1788, a intensa formação de quilombos levou o governo paraense a tomar medidas para desestruturar as nucleações quilombolas e assim, voltar a instaurar a ordem da sociedade colonial. Para ela, as maiores e mais precisas informações sobre os quilombos no Estado datam desta época, quando Mendonça Furtado governava o Pará e pedia reforço de tropas para destruir os quilombos, descrevendo a localização no Igarapé do Una, nas Vertentes do Rio Maguari e no Rio Anajás (na Ilha do Marajó). Lembra ainda a autora, que Vicente Salles (1971) já afirmava que, a organização social e o número de habitantes não foram o fator de maior destaque dos quilombos paraenses, mas sim o número de nucleações que relativamente ficavam próximas umas das outras (para fácil comunicação em caso de ataque) e mesmo com as ameaças e medidas vindas do governo provincial, a formação de quilombos crescia cada vez mais. As fugas dos negros tornavam-se mais numerosas incontrolláveis com as agitações políticas criadas pela propaganda da

Independência do Brasil que incluía mudanças radicais no sistema político, social e econômico (OLIVEIRA, Jucilene, 2013, p. 46).

Isso justifica a existência e o espalhamento de centenas de comunidades quilombolas no território paraense, em especial na região do município de Baião, onde já havia dezenas de comunidades nessa condição, que apesar de invisíveis, sempre aparecem às claras, nas estatísticas das comunidades mais pobres, mais sofridas, mais desprovidas do país. Destaca-se, como dito anteriormente que, a partir de 1988 com a nova Constituição Federal o Estado brasileiro é que se passou a reconhecer oficialmente as comunidades remanescentes de quilombo, por meio do Art. 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT). Legalidade fortalecida em 2003, com o Decreto 4.887 que definiu os critérios de uso e documentação.

A dívida social do povo brasileiro com os afrodescendentes, volta ao cenário nacional a partir da redação dada pela Constituição Federal quando descreve “o remanescente das comunidades de quilombos,” que amplia a discussão dentro dos movimentos negros em todo Território Nacional, que vai desde o direito à posse de suas terras até às questões antirraciais. Assim, toda redação contida no artigo 68 da Constituição Federal brasileira serve de marco para os debates de vários Estados, dentre eles o Estado do Pará, que também passou a utilizar em sua Constituição Estadual. Assim, foi o primeiro Estado brasileiro a reconhecer em sua legislação o direito à terra já ocupada pelos remanescentes de quilombo, conforme se observa no artigo n. 322, da Constituição do Estado:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta constituição. (Brasil, 1989).

Ao retratar a espacialização das comunidades quilombolas no Estado do Pará, o município de Baião destaca-se como o segundo município do Estado com maior número de comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombolas, sendo registradas atualmente a presença de comunidades quilombolas em ambas as margens do Rio Tocantins, que divide o município de Baião em duas partes, dentre as quais situam-se, na margem direita do rio as comunidades de Engenho, Santa Fé, Santo Antônio, Vila Dutra, Calados e Cardoso; na margem esquerda do referido rio as comunidades de Baixinha, Araquembaua, Taperuçu, Varginha, Pampelonia, Bailique Beira, Bailique São Bernardo, Igarapé Preto, Cupu, França, Teófilo, Igarapézinho, Florestão, Campelo, Boa Vista, Paritá Miri e Umarizal, sendo essa última o lócus da pesquisa. Deste modo, totalizam hoje no município de Baião 23 (vinte e três) comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares. Rocha (2018) corrobora com o exposto ao

afirmar que a presença de tais comunidades, sendo que em sua grande maioria, as comunidades localizadas à margem esquerda do rio Tocantins, surgiram a partir do quilombo de Paxibal.

Desta forma, percebe-se que as comunidades quilombolas do Estado do Pará foram surgindo ao longo da história e do longo processo escravista existente no Brasil, dando origem aos locais de resistência cultural e social, que vão além daqueles da pós-abolição, diante da invisibilidade dessas comunidades perante o Estado, que lhes negou direito à terra, à cidadania, à dignidade, etc., dificultando desta forma a construção do seu processo identitário. Sendo assim, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreu o processo de “emergência étnica” dos grupos de negros quilombolas, na linha de organização e criação de associações quilombolas, as emergências surgem no campo político e social, considerando que tais grupos nunca desapareceram, mas sim tiveram suas identidades silenciadas e negadas pelo sistema eurocêntrico dominante, o que constitui de forma clara um processo de total exclusão social a que foram submetidos. Neste sentido, Lima; Guillen (2007, p. 49) destaca que:

Entendemos que é necessário criar alternativa a curto prazo, que possibilite aos descendentes de africanos criar e produzir sua sobrevivência cultural. São alternativas que minimizem o grau de marginalização e desrespeito determinado pelos mecanismos de exclusão social, e que leve toda a sociedade a fazer uma tomada de consciência a respeito da valorização da cultura negra no Brasil.

Ressalta-se assim, que antes da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas se destacavam por meio da sua expressão cultural, nas festividades de santos padroeiros e outras manifestações culturais apresentadas nas comunidades e vilas, e pós-Constituição, além da permanência das manifestações culturais, também se destacaram na organização social e na busca incessante da regularização das suas terras. Vale relatar que cada Comunidade Quilombola tem seu Santo ou Santa católico, como padroeiro (a) da comunidade, como por exemplo na Baixinha e Calados, Santa Maria, Engenho, São Bento, em Igarapé Preto que tem São Sebastião, e Umarizal e Araquembaua, que tem a Santíssima Trindade.

Cada comunidade faz suas festividades alusivas aos seus padroeiros em datas e meses diferentes, mas todas apresentam características parecidas, numa mistura cultural de místico e profano. Além das festas religiosas, ainda é possível encontrar em todas as comunidades quilombolas do município de Baião, atividades culturais como o samba de cacete, cordões de pássaros, quadrilhas juninas, o Boi-Bumbá, carnaval de rua, com a presença do bloco os pretinhos, e os serviços de convidados, que se referem ao trabalho coletivo para atividades da agricultura - roçagem, derriba, plantio e até colheita, sendo que estes trabalhos são muito importantes na reprodução cultural e coletiva das comunidades quilombolas.

Percebe-se que muitas tradições desenvolvidas nas comunidades quilombolas eram manifestações populares, as quais misturavam tanto a religiosidade da cultura afro, como de festividades santificadas da religião Católica. Entretanto, a mudança nos dogmas do catolicismo acabou alterando as práticas sociais das comunidades, a partir do momento que a Igreja Católica tomou para si a responsabilidade de organização das festividades religiosas, e logo retiraram o lado profano das manifestações, abrindo caminho para o surgimento dos festivais quilombolas, separadamente das questões religiosas, mas de certa forma interligados. Isto porque os festivais quilombolas, em sua maioria, sempre ocorrem na semana ou dia seguinte a festividade da padroeira local. Assim:

Dando prosseguimento à discussão sobre o trabalho com as questões étnico-raciais na comunidade quilombola de Igarapé Preto, as lideranças locais informam em seus relatos que a respeito das tradições da cultura quilombola que são festejadas pela escola ou pela associação quilombola na comunidade, destacam-se dois festejos importantes realizadas na comunidade que são o *festival quilombola*, e a feira cultural, e dentro desses festejos está presente o “*Samba de Cacete*,” como a maior força de expressão da cultura quilombola. grifo nosso. (RAMOS, 2020, p. 199).

Estudos revelam que até os anos de 1980, a grande maioria das comunidades quilombolas existentes no Estado do Pará, não possuíam unidade ou postos de saúde para atendimento dos moradores, e que seus atendimentos eram feitos por populares que detinham algum conhecimento a respeito da cura e/ou uso das ervas medicinais. Segundo as tradições quilombolas, os homens se destacavam pelo domínio e organização de rezas e de benzeções, as mulheres, por sua vez, faziam o papel de rezadeiras e parteiras tradicionais, assim como é comum a presença dos terreiros de candomblé, que de certa forma auxiliam no atendimento à saúde dos quilombolas, por meio do uso de ervas medicinais.

Neste sentido, convém recorrer a Lopes (2009, p. 110), quando relata que “todo o conhecimento acerca do uso de plantas com finalidade terapêutica, [...] práticas de benzeção para curar doenças como arca caída, espinhela caída, erisipela, mau-olhado, parar sangue, engasgo, quebranto, sol, cobreiro e vento,” são atividades que ainda são presenciadas e vivenciadas nas comunidades quilombolas, pois são os saberes populares e culturais dos afrodescendentes, sendo repassados de geração a geração por meio da oralidade e das experiências vivenciadas pelos próprios quilombolas.

Também é sabido e aceito por parte do povo quilombola que as práticas das benzedadeiras, e pajelança sinalizam os sentimentos de pertencimento identitário dos afrodescendentes, por que se trata de cura, crença, transmissão de conhecimento e partilha de saberes construídos ao longo do tempo, retransmitidos entre gerações. Entretanto, se torna visível a ausência do Estado

que resulta no modo de vida precário em que as comunidades quilombolas estão expostas, especialmente no que diz respeito ao atendimento ao serviço de saúde pública, e a falta de renda para acessar medicamentos farmacêuticos, o que leva à utilização dos conhecimentos e tratamentos a partir do uso de ervas medicinais, uma forma de prosseguir, resistir e reproduzir o modo de vida dos quilombolas.

3 O QUILOMBO DE UMARIZAL: HISTÓRIA E CONTEXTO

Segundo Oliveira (2003), a zona Guajarina e o Baixo Tocantins foram as áreas com maior incidência de fugas de escravos, de desertores e de indígenas que formavam os quilombos. Sua proximidade com Belém facilitava a nucleação dos escravos e a organização da fuga para os quilombos. Para Pinto (1999), dessa forma, já no século XIX a população negra na Amazônia atinge uma cota bastante considerável, sendo que estava distribuída na própria capital da província do Grão-Pará, nas áreas circunvizinhas a Belém e também em localidades mais afastadas. Nos preâmbulos do alvorecer da Abolição havia um grande número de negros escravizados e libertos, que estavam localizados, além da capital paraense, em localidades no interior do Pará como Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião. É neste contexto que surge o Quilombo de Paxibal que deu origem à Comunidade de Umarizal e outras Comunidades remanescentes de quilombos na região do município de Baião, no Estado do Pará, na região Norte do Brasil.

3.1 O QUILOMBO E OS QUILOMBOLAS DE UMARIZAL

Falar sobre o quilombo de Umarizal, torna-se uma tarefa difícil e prazerosa de fazer, especialmente por ser nascido e criado nesta terra da Santíssima Trindade dos Inocentes, parente de linhagem direta de Sinfrônio, o negro/escravo alforriado por prêmio, depois de ser mandado, como um castigo a mais, para lutar na guerra do Paraguai. Para Pinto (1999), o negro Sinfrônio, reconhecido líder fundador do antigo quilombo de Paxibal, deu origem à povoação de Umarizal.

Na convivência familiar, por diversas vezes foi possível ver e ouvir histórias de pessoas como “nha vó” Virgilina, “nha mãe Ermina”, mulheres mais longevas que este pesquisador conheceu lúcidas, e que participaram da “grande família” no quilombo de Paxibal. Assim como testemunha dos seus sucessores, pessoas como Manoel Silvério Lobato - Duca Pinto; Perciliano Lopes da Trindade - Pidico, (o meu avô materno); Cantidiano Lopes - Cantidio; Raimundo Vilhena - Dico, o meu avô paterno; Francisca Farias - Tia Chiquinha; e Domingos Machado Vilhena - Domingo Vilhena, meu pai, homens e mulheres, sujeitos informantes na pesquisa, e

líderes que se destacaram nas últimas décadas, no processo de construção do quilombo de Umarizal. (PINTO, 1999, p.47 - 65).

Na região do Baixo Tocantins, no Nordeste paraense do antigo Grão-Pará, a expansão da escravidão e o tráfico de negros se deu ainda no século XVIII, junto com o crescimento do sistema de colonização em toda região Amazônica. Aqui, por interesses conflitantes daqueles que queriam manter os indígenas também como escravos, adotou-se um difícil e lento processo de substituição da mão de obra escrava dos nativos indígenas por homens e mulheres negras africanos, trazidos da África ou de outras regiões do país. Neste sentido, Pinto (1999, p. 27) documenta que:

Em toda a região amazônica, a escravidão e o tráfico de negros ganham expansividade no século XVIII, com o crescimento do processo de colonização. As ditas “peças africanas”, homens e mulheres escravizados, eram destinados à lavoura de exportação, como cana de açúcar, tabaco, arroz, algodão e Cacau "não foi fácil realizar a substituição do índio pelo negro. Na Amazônia o escravismo assumiu proporções gigantescas e aí muita gente grande tinha interesse comprometidos também na escravidão do gentio.

Ainda segundo Pinto (1999, p.28), já no século XIX, a população negra na Amazônia atingiu uma cota bastante considerável, ficando distribuída na própria capital da província do Grão-Pará, nas áreas circunvizinhas a Belém e também em localidades mais afastadas. Nos preâmbulos do alvorecer da abolição havia um grande número de negros escravizados e libertos. Esses estavam localizados além da capital paraense, em localidades do interior do Estado do Pará como Igarapé Miri, Cametá, Moju, Mocajuba e Baião.

No Grão-Pará, segundo Salles (1971), as fugas de escravos passaram a ser incontroláveis, a região do Baixo-Tocantins, tornou-se o itinerário de grande “sedução” das fugas dos negros escravos, sobretudo a localidade de Cametá, onde já brotavam movimentos de ideais libertários e de oposição ao sistema de escravidão vigente. Ainda sobre esta região, Pinto (1999, p. 31) vislumbra que:

Fruto de fugas de negros escravos, de localidades circunvizinhas e até das vilas da região do Baixo Tocantins, estudos da historiografia paraense tem encontrado indícios da formação de vários Quilombos no Tocantins. Alguns foram destruídos, outros jamais foram descobertos. Os quilombolas, quando ameaçados tanto pela reescravidão como pela sobrevivência, adentravam matas, Rios Igarapés e no interior da Floresta reproduziam novos mocambos, como ocorreu no distrito do Juaba - Cametá, Mocajuba e Baião. No distrito de Juaba às margens do Igarapé Itapocu, foi formado, na segunda metade do século XVIII, o quilombo do Mola, um dos mais importantes focos de resistência nesta região do Tocantins. No município de Mocajuba formou-se o quilombo de Icatu e Putiri; e, no município de Baião negros libertos e fugidos se uniram na formação demais um quilombo - O Paxibal. Sobre o qual me deterei mais no prosseguimento do presente trabalho.

Baião é um município localizado no nordeste do Estado do Pará, com uma população estimada de 47.000 habitantes, possui uma área de 4.428 km². Sua sede é a cidade de Baião, situa-se à margem direita do Rio Tocantins, que divide as terras desse município e é distante de Belém, a capital do Estado do Pará, 109 km em linha reta. Por muito tempo a via fluvial foi o único meio de transporte, sendo que atualmente seu principal meio de transporte é o rodoviário pela PA-151, por meio do qual a cidade se liga à capital do Estado e demais localidades vizinhas. As principais fontes de economia são a pimenta-do-reino, cacau, cuja plantação ressurgiu em grande proporção em todo município, bem como madeira, farinha de mandioca, pesca e uma pecuária bovina desenvolvida principalmente no Sul do município. O município de Baião limita-se ao norte com o município de Mocajuba; ao sul com o município de Tucuruí; a Leste com o município de Moju; e, ao Oeste município de Oeiras do Pará e Pacajá. Seus principais marcos geográficos são as Ilhas: Andirobal, Jutaí, Bacuri e os rios: Açaizal, Açu, Ipaú, Moju, Tambaí Açu, Trocará, Taupari, Igarapé do Limão e o Rio Tocantins, o maior deles.

As terras que hoje pertencem ao município de Baião faziam parte da capitania de Cameté (hoje município de Cameté) de propriedade de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão Geral do Maranhão e Pará, que por não ter condições de povoar e fazer progredir tão vasta Capitania acabou por dividi-la em várias sesmarias. No ano de 1694, o português Antônio Baião recebeu uma dessas sesmarias com a responsabilidade de fundar uma vila e construir uma casa decente e grande. A escolha do local para a constituição da Vila ficou a cargo do novo donatário. Assim, Antônio Baião localizou sua concessão nas proximidades do Rio Tocantins, em local alto e, segundo seus habitantes, aplausível, o mesmo que hoje assenta a sede do município baionense.

Segundo Ramos (1979, p.10), Antônio Baião após edificar a casa que a concessão exigia, explorou os terrenos vizinhos deixando vestígios do seu nome nestas paragens. Tempos depois, Manoel Carlos da Silva, diretor de índios, do Capitão geral Fernando da Costa Ataíde Teive, deu o nome de Baião a um povoado constituído por 30 índios fundado no local da atual sede do município, em 30 de outubro de 1779. Este município é constituído pelos distritos de Baião, sede do município; Joana Peres, sede do segundo distrito; São Joaquim de Itaquara, sede do terceiro distrito, e Umarizal, sede do 4º distrito. O distrito de Umarizal foi criado no dia 23 de abril de 1993 com aprovação do Projeto de Lei n. 001/93 e, de acordo com esse projeto em seu artigo primeiro, dispõe o seguinte:

fica criado o Distrito de Umarizal no município de Baião, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Estadual nº 5.584 de 18 de janeiro de 1990. Parágrafo único - O distrito a que se refere o artigo primeiro terá sede na localidade de Umarizal à margem esquerda do Rio Tocantins, que por força desta lei terá a categoria de Vila. Após a instalação do Distrito de Umarizal seus limites ficaram assim demarcados: ao norte, o município de Mocajuba; a leste a cidade de Baião e a ilha do Bacuri; a oeste, os limites do município de Baião com município de Oeiras do Pará; ao sul com a calha do Igarapé Paritá. (BAIÃO, 1993).

Este 4º Distrito se caracteriza pela presença de inúmeras comunidades quilombolas, originárias do antigo Quilombo de Paxibal, que em função do crescimento populacional, da busca da sobrevivência e defesa, ao longo do tempo, foram formando miniquilombos³. Atualmente se organizaram em 03 territórios quilombolas vizinhos: O Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha, que reúne 11 comunidades (Baixinha, Araquembáua, Taperuçu, Varginha, Pampelonia, Campelo, França, Cupú, Igarapézinho, Teófilo e Carará), representado pela Associação Remanescente de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha (ARQIB); o Quilombo do Bailique que agrupa 04 comunidades (Bailique Centro, Bailique Beira, São Bernardo e Poção) juntadas pela Associação de Remanescentes de Quilombos de Bailique Centro, Bailique Beira, Poção e São Bernardo (ARQBI); e o Quilombo de Umarizal, que engloba 05 comunidades (Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá e Florestão), representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá-miri e Florestão (ACORQBU). Este último é o quilombo objeto de aprofundamento de estudo neste trabalho. Sobre isso, Pinto (1999, p. 32) se reporta que:

Nas regiões onde se formaram redutos de escravos fugidos no Brasil como também em outras partes da América (Jamaica e Suriname), a localização geográfica eram um importante fator de garantia de sobrevivência e autonomia. Tal importância estava relacionada à Constituição da economia dos quilombos e à proteção deste contra os permanentes ataques das expedições repressoras. Desta forma, a maioria das Comunidades de fugitivos, sempre que possível se estabeleceram em regiões não totalmente isoladas das áreas de cultivos, fosse elas de exportação ou não, e dos pequenos Centro de Comércio e entrepostos mercantil circunvizinhos. Está a proximidade funcionava como estratégia econômica, uma vez que permitia a possibilidade de realização das pequenas trocas mercantis entre quilombolas, escravos e taberneiros locais, práticas comuns em toda a América durante o período escravagista. Fatores como defesa e crescimento demográfico acabaram ocasionando a formação de outros redutos de quilombolas. Tanto o quilombo do Mola, como os quilombos de Icatú e Paxibal serviram como referencial para a formação de outros minis Quilombos na região Tocantina. Com o acréscimo, cada vez maior de integrantes nos quilombos a produção desta era insuficiente para suprir as necessidades de seus habitantes. Sua precária autonomia era assegurada pelo extrativismo vegetal, caça, pesca e agricultura de subsistência através do cultivo da mandioca, do arroz e do milho. A ameaça da escravidão era um outro fator de dispersão dos Quilombolas pois viviam constantemente sobressaltados com medo,

³ Eram pequenos povoados, uma espécie de filial nas proximidades do Quilombo de Paxibal, formados a partir de deslocamento de pessoas membros parentes da grande família de Paxibal, que continuavam mantendo forte ligação com o Quilombo de Paxibal: a casa de farinha, os festejos, etc, inclusive a própria identidade de seus indivíduos.

que as autoridades legais viessem persegui-los e conseqüentemente destruir seus redutos.

Desta forma, se constituiu toda essa panorâmica de ocupação do espaço das comunidades quilombolas nesta região, avançando além dos limites do Distrito de Umarizal e do próprio município de Baião, expandindo-se sobre vasta área no território de jurisdição do município do Oeiras do Pará e Bagre.

3.2 A PANORÂMICA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DO QUILOMBO DE UMARIZAL

No caso do quilombo de Umarizal, as cinco comunidades remanescentes vizinhas: Umarizal beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá miri e Florestão, se uniram para formar o seu território quilombola. Pois bem, para melhor compreensão do leitor, faz-se a seguir uma curta exposição de cada uma dessas comunidades.

3.2.1 Comunidade Umarizal-Beira

O nome Umarizal se originou devido existir no local, do novo povoado que estava se formando, floresta com grande quantidade de uma árvore de grande porte nativa das várzeas da região, chamada de umarizeiro ou marizeiro (*Geoffroea Spinosa Jacq.*) - uma espécie frutífera da família das Fabaceae cuja fruta é muito apreciada na região Norte do Brasil devido ao seu sabor exótico. A Vila de Umarizal é a maior comunidade rural quilombola da região e localiza-se a uma latitude de 0637913 e a uma longitude de 9284932 (coordenada UTM-GPS), à margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Baião no Estado do Pará, região Norte do Brasil. Trata-se de um povoado negro, originário do antigo-quilombo do Paxibal, um reduto de negros livres e escravos fugidos que, refugiados na mata adentro no entorno do igarapé do mesmo nome, na época da escravidão, sob a liderança do Negro Sinfrônio, se estabeleceram em meados do século XIX. A povoação de Umarizal teve seu início entre os anos de 1930 e 1935, com a chegada dos negros quilombolas descendentes do negro Sinfrônio Olímpio de Vilhena, que vieram fugindo dos ataques dos indígenas Assurini e Gaveão, ao Quilombo do Paxibal, o que levou à sua degradação. Como explica Pinto (1999, p. 53):

Os ataques indígenas significaram a desestruturação do povoado de Paxibal e a desagregação da grande família que ali habitava. Paxibal foi abandonado definitivamente por volta de 1930 a 1940, quando os índios atacaram com requintes de muita violência, ocasionando mortes em localidades vizinhas, como, Joana Peres e Piritá, forçando seus habitantes a se estabelecerem nas terras que hoje pertence ao Umarizal.

O povoado de Umarizal, segundo Pinto (1999), foi constituído em uma área em que já havia 06 (seis) terrenos documentados. Estes proprietários não se opuseram aos refugiados quilombolas que vieram do Quilombo de Paxibal, os imigrantes por sua vez, foram aos poucos ocupando o espaço e estruturando com novas famílias que chegavam à povoação de Umarizal, reproduzindo na margem do rio Tocantins, o mesmo estilo de Paxibal. Tal estilo, na descrição da autora, tinha um formato semicircular, constituído de casa de moradia, casa de farinha, barracão de festa, a igreja católica e um arraial - o centro livre da povoação chamado Largo da Trindade, que se localizava a cem metros ao norte da praça nova, que hoje recebe esse nome em Umarizal. As primeiras casas feitas de “pau a pique,” foram cobertas com palha de uma palmeira chamada de “ubim,” o chão de terra batida ou assoalhada de varas, lascas de paxiubeiras e as paredes eram feitas de palhas mopicadas de injazeiros,⁴ lascas de paxibeira, tábuas de miriti ou ainda casca de pau.

Ao mesmo tempo, a situação geográfica de Umarizal na beira do rio Tocantins, a principal via de transporte, permitiu maior comunicação e troca comercial entre esta e as outras comunidades vizinhas e dessas com centros urbanos mais dinâmicos como Baião, Mocajuba e Cametá, ainda mais que ficou próximo uma família portuguesa (Raimundo Miranda) dono de uma casa grande chamada “fortaleza,” onde já existia um taberneiro⁵ que facilitou uma intensa relação mercantil de troca entre este e os quilombolas imigrantes de Paxibal para Umarizal.

Ainda sobre a localização do povoado de Umarizal em uma península entre duas pontas de floresta ricas em árvores de castanheiras e seringueiras, árvores de espécies nativas conhecidas pelo seu valor econômico na década 1930, floresta do castanhalzinho e a do Castanhal de baixo que permitiu aos quilombolas se dedicarem à coleta de castanha-do-Pará e à extração do látex da seringueira, produtos bem cobiçados de valor comercial. Sendo que o castanhal de baixo, com dispersas árvores de castanheiras e mais densa de seringueiras, era área livre de uso comunitário, já a floresta do castanhalzinho mais densa de castanheiras e escassa de árvores de seringueiras, da totalidade dos produtos obtidos pelos quilombolas, apenas 70% era de seu direito de uso e 30% deveria ser repassado para o comerciante arrendatário da área do Estado. Essa situação perdurou até o ano de 1980, quando a grande enchente do Rio Tocantins invadiu a povoação, inundou as casas na povoação de Umarizal, forçando os seus

⁴ Palhas tecidas novas e arrumadas uma sobre as outras durante 2 a 3 dias até murchar e formar uma panagem de palha, usada para fechar paredes e cobertura de casas rústica na região.

⁵ Aquele que possui uma mercearia que vende mercadoria de primeira necessidade (sal, açúcar, etc.), fracionadas em pequenas porções para as famílias, geralmente trocadas por farinha de mandioca, sementes de castanha do Pará e outros produtos trazidos da produção familiar local.

moradores a avançarem com suas moradias para a parte mais alta do terreno sobre a floresta do castanhalzinho, restando apenas uma reserva legal desta floresta.

A população de Umarizal cresceu nos anos 1970 e sofreu grandes transformações. Seu formato semicircular se desmanchou em três ruas, em linhas paralelas quase retas acompanhando o curso do Rio Tocantins. Na parte central foi recriado o novo Arraial - o Largo da Trindade, constituído pelo paço público - a praça, o salão comunitário, a Igreja Católica, o mercadinho público e o porto da Arraial, onde fica o trapiche comunitário de embarque e desembarque da vila. As casas de pau-a-pique cobertas de palha foram, a cada boa safra de arroz das famílias, substituídas por “casa de madeira de lei” coberta de telhas de cerâmica, piso suspenso, assoalhadas de tábua de madeira também de lei. Umarizal, nesta época de 1974, também ganhou a primeira escola, um pequeno moto-gerador de energia elétrica e um sistema de bica para abastecimento de água, a partir de duas bombas manuais acopladas ao poço artesiano: uma bica na primeira rua e outra na terceira rua, destas bicas água destinada principalmente para beber, já que o banho e outras utilidades como lavagem de roupa e louça continuavam sendo diretamente no Rio Tocantins. (PINTO,1999, p. 71 - 81).

Atualmente, a povoação de Umarizal tornou-se a sede do 4º distrito do município de Baião, através do Projeto de Lei n. 0001/93, aprovado em 23 de abril de 1993 pela Câmara Municipal de Vereadores de Baião, pelo qual foi elevada à categoria de Vila de Umarizal. Com uma população de 3.000 habitantes, Umarizal Beira é constituída por seis “bairros” (Trindade, Josefa Miranda, Matinha, Bairro Novo, Terra Firme e Castanhal) e possui 13 ruas, duas praças: uma o “Largo da Trindade,” na parte antiga, e a outra, o “Complexo Esportivo” no bairro castanhal. (Agência Distrital, 2021)

Fazem parte também do perímetro urbano de Umarizal, a reserva do Castanhal e a Lagoa refúgio dos Quilombolas, ambos de uso comunitário. A Vila de Umarizal é a comunidade polo, a referência regional do polígono das Comunidades remanescentes do antigo quilombo do Paxibal. É nela que funcionam os serviços públicos de Educação, estruturados em uma escola Polo, onde funciona o Ensino Fundamental pelo município, e o Ensino Médio pelo Estado, através do sistema modular SOME. Os alunos das comunidades vizinhas são atendidos por transporte de ônibus escolar, via os ramais e estradas de chão batido, recentemente abertas (em 2014) para interligar essas comunidades. Existem também as lanchas escolares para atender os alunos ribeirinhos das comunidades da Boa Vista e Paritá- miri. Umarizal possui também o serviço público de saúde, contando com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que oferece alguns serviços como: consultas médicas, vacinação e outros atendimentos básicos também às comunidades da região.

Na Vila de Umarizal há serviço de telefonia fixa e móvel, apesar da frágil cobertura de internet, bem como variados tipos de comércio, ligação por estrada com a BR 422, a transcametá e um pequeno mercado público de carne e peixe. Na Vila de Umarizal localiza-se também o serviço de cartório civil, a delegacia sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadora Rurais de Baião (STTR), a Coordenadoria de base da Colônia dos Pescadores Z 34, a sede da Associação dos Quilombolas, o cemitério e o salão comunitário quilombola, onde são realizados os eventos maiores de formação, tais como seminários, assembleias gerais da associação, etc. É também neste salão comunitário que acontece o festival quilombola e as memoráveis jornadas de samba de cacete, a mais entusiasmada manifestação cultural do povo quilombola umarizaense⁶.

3.2.2 Comunidade de Umarizal-Centro

O nome Umarizal centro advém pela sua localização nas proximidades de um pequeno Igarapé chamado de Marizal, sendo que o qualitativo “centro” vem do contraponto à beira da margem do rio Tocantins. Situado na latitude 0634167 e longitude 9684211, coordenada geográfica em UTM- GPS (pesquisa *in loco*) às margens da Rodovia BR 422 a comunidade remanescente de Umarizal centro, dista a 4 Km da Vila de Umarizal ligada entre si através de uma estrada vicinal o “caminho de marizal.”

Apesar dos moradores relatarem que no passado, por volta de 1930, logo após os ataques dos indígenas ao Quilombo de Paxibal, foram construídas algumas casas rústicas de moradias temporárias, não se considera este fato com a origem da comunidade. Umarizal centro, como comunidade, surgiu somente nos anos de 1970, quando da abertura da antiga Rodovia PA-156 Transcametá, hoje BR-422, momento em que um grupo de famílias que residiam na Comunidade de Umarizal Beira, foi designada pela comunidade para morar no local, como forma de defesa contra invasores na onda de grilagem de terras que ocorreu na região após a inauguração da estrada. A terra continua coletiva, mas a responsabilidade de domínio foi fracionada em lotes agrícolas de 25 hectares e cada família tornou-se posseira de um lote para edificar a casa de moradia e praticar agricultura familiar para o seu sustento, sendo que o plantio e os tratos culturais continuam sendo feitos em mutirão de trabalho (ACORQBU, 2021).

⁶ Relativo a Vila de Umarizal, Baião/PA ou o que é seu natural ou habitante.

3.2.3 Comunidade de Boa Vista

Essa comunidade chama-se Boa Vista pela sua posição geográfica na parte de maior altitude (30 m) do território do Quilombo de Umarizal, localiza-se na latitude 0637062 e longitude 9680243 (coordenada geográfica UTM-GPS), à margem esquerda do Rio Tocantins a 2 Km ao sul da Vila de Umarizal beira, sendo que é interligada por uma estrada chamada “ramal da Boa Vista” e por água pelo Rio Tocantins. (SEMAF, 2021).

O povoado de Boa Vista surgiu logo após os ataques mais violentos dos indígenas Assurini à região do Quilombo de Paxibal, que forçou a fuga de seus moradores, primeiramente para a Ilha do outro lado do Rio Tocantins em frente à Vila, e em seguida fixaram-se no Umarizal beira, local onde um dos netos do negro Sinfrônio, ao constituir família, saiu para erguer moradia no lugar mais afastado em um torrão bem alto, acima da “Fortaleza.” Surgiu assim, a povoação da Boa Vista, que possui 30 casas distribuídas ao longo de dois quilômetros, todas beneficiadas com a energia elétrica do programa Luz Para Todos, do Governo Federal em 2009. A comunidade do Boa Vista é considerada uma comunidade organizada de pescadores e pescadoras que têm como referências os serviços públicos de educação, saúde, comercial, sindical e outros na Vila de Umarizal. (ACORQBU, 2020).

3.2.4 Comunidade do Paritá Miri

O nome Paritá advém dos Igarapés Paritá Miri e Paritá Açú, e da floresta rica em árvores de castanheiras e seringueiras, também chamada de floresta do Paritá. Essa floresta, desde os primórdios do quilombo de Paxibal foi de enorme valia para a sobrevivência dos quilombolas da região, que dela tiram sustento de vida através da coleta de castanha; extração do látex (balata) de seringueiras, maçarandubeiras e maparajubeiras, da caça e da pesca. Nestas atividades, os quilombolas, na condição de trabalhadores autorizados, mantinham relação no sistema de aviamento com os comerciantes arrendatários que arrendavam do Estado do Pará, as posses para explorar os castanhais e seringais, atividades extrativistas que até década 1980 eram altamente lucrativas na região (PINTO, 1999, p. 69 - 71).

Situada entre a latitude 0637155 e a longitude 9679185, na margem esquerda do Rio Tocantins, no segmento sul da já conhecida comunidade da Boa Vista, a povoação do Paritá Miri surgiu nos anos de 1980, simultaneamente ao surgimento da comunidade de Florestão, ambas criadas pelos quilombolas de Umarizal como estratégia de defesa do território quilombola diante da chegada de compradores, invasores e de grileiros de terras, numa segunda onda de grilagem de terra na região. Os quilombolas na época, além de cortarem os picos demarcando a sua área mínima de uso, deslocaram dois grupos de famílias para fixarem

residência e firmar resistência na luta pela terra no limite sul do seu território, sendo que na margem da beira do rio Tocantins originou a comunidade de Paritá Miri, e pelo centro, nas margens da rodovia BR 422 se ergueu a comunidade de Florestão. Evitando assim, que as posses dos descendentes do “negro Sinfrônio” fossem encolhidas ainda mais do que já haviam sido, apesar de serem território legítimo que historicamente fora ocupado pelos seus ancestrais do Quilombo do Paxibal, para garantia da sua sobrevivência. Ressalta-se que esta área ainda é motivo de grande tensão e conflitos violentos com fazendeiros e madeireiros, o que mereceu uma atenção especial na seção mais adiante sobre conflitos territoriais.

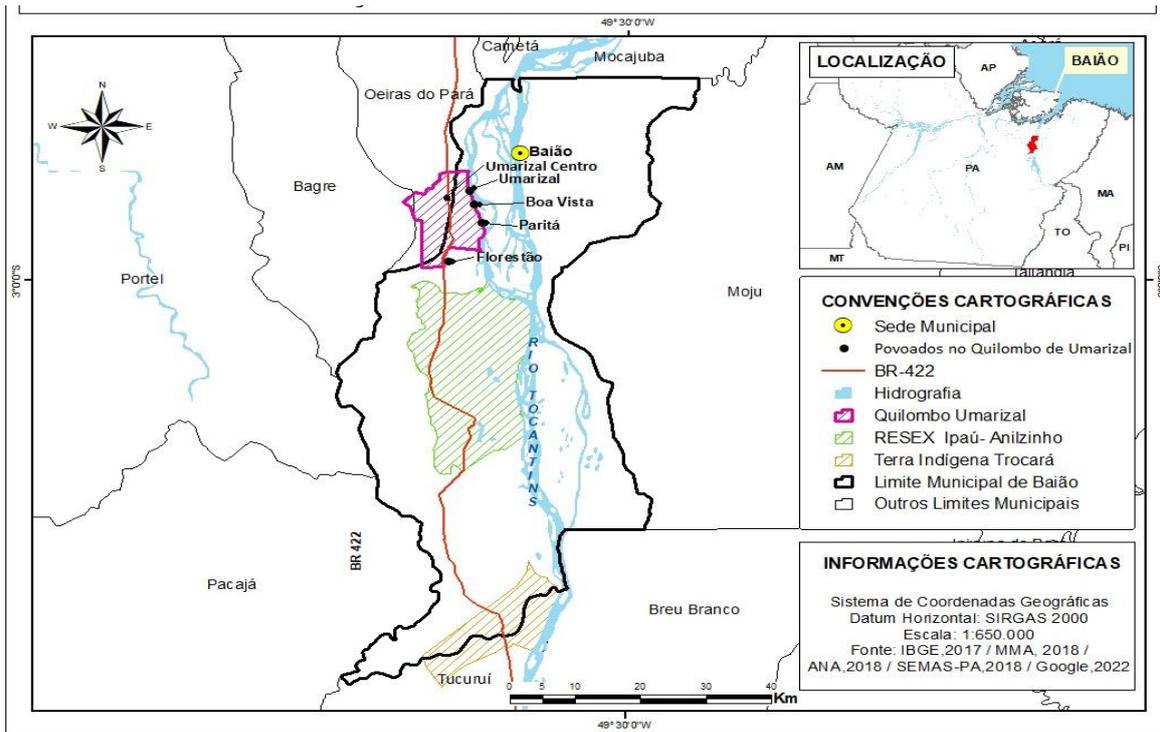
3.2.5 Comunidade de Florestão

O nome Florestão vem da característica da primeira floresta que existia no lugar, uma extensa área de mata virgem rica em árvores de grande porte como castanheiras, massarandubeiras, samaumeiras, maparajubeiras, angelineiros, timboraneiras e muitas outras árvores de espécies nativas, típicas da floresta amazônica.

A origem do povoado já discorrido no item anterior, deslocaram-se de Umarizal Beira dezenas de famílias para lá, segundo alguns informantes, na estratégia dos quilombolas de ocupação do espaço na margem da estrada Transcametá para, com a presença de moradores, tirar a visão de terra virgem abandonada e impor resistência de defesa na fronteira sudoeste dos já reduzidos territórios legítimos dos povos quilombolas de Umarizal. A Comunidade de Florestão situa-se na latitude 0634631 e na longitude 9678790, nas margens da rodovia BR 422, antiga estrada estadual que liga Cametá à Tucuruí, rodovia PA 156, conhecida como transcametá, a 4 Km da tapera do antigo quilombo de Paxibal e a 10 km da Vila de Umarizal, onde seus habitantes tem como referência para os serviços públicos de educação, saúde, comercial sindical, entre outros serviços (ACORQBU, 2021).

Sobre o exposto quanto ao aspecto geográfico e para melhor visualização de como se organiza a região e as comunidades quilombolas, segue o mapa da localização de Umarizal (figura 2):

Mapa 2 – Mapa de localização do quilombo de Umarizal em Baião, Estado do Pará



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. (Montagem do pesquisador e Nil Aarts de Farias).

3.3 TENSÃO E DISPUTAS NO UMARIZAL

Tensões e disputas fazem parte do processo originário da povoação e quilombo do Umarizal. Estas tensões são resultado da reação dos indígenas Assurini e Gavião aos avanços da civilização do homem branco sobre terras, lagos, igarapés e suas moradias, provocando os ataques dos indígenas na região, nos povoados vizinhos como Joana Peres e Paritá Açú. Nestes, localizavam as casas-grandes,⁷ estruturadas com paiol para armazenamento de sementes de castanha do Pará, bem como a moradia e a taberna do arrendatário dos castanhais locais, espalhando forte ameaça sobre os quilombos que se tornaram tão apavorantes, culminando com a desagregação do antigo Quilombo do Paxibal, dando assim origem à povoação do Umarizal. Sobre isso, Pinto (1999, p. 53) acrescenta que:

⁷ Casa forte para moradia durante a safra da castanha do Pará (janeiro a maio). Construída de madeira de lei, com assoalho alto, coberta de telha de barro e parede todas bem fechadas para proteger contra qualquer ataque de flecha lançado pelos indígenas. Em cada lateral da casa tinha um ou mais furos na parede por onde os donos da casa e seus comandados podiam alvejar e abater a tiro de espingarda, homens e mulheres indígenas que lá aparecesse.

teve início por volta 1920, a saga da grande família do Paxibal contra índios ou ‘cabocos.’ Os constantes ataques de índios, principalmente dos Assurini deixaram em alerta os habitantes de Paxibal, que a todo tempo estavam sobressaltados com contínuos ataques de índios em localidades vizinhas de Paxibal. Os ataques indignos significaram a desestruturação do povoado de Paxibal e a desagregação da grande família que ali habitava. Paxibal foi abandonado definitivamente por volta de 1930 a 1940, quando os índios atacaram com requintes de muita violência, ocasionando mortes em localidades vizinhas, como, Joana Peres e Paritá, forçando seus habitantes a ser estabelecerem nas terras que hoje pertence ao Umarizal.

De fato, foram décadas de tensão com os indígenas, levando os ex-habitantes do quilombo de Paxibal a uma vida “desassossegada,” fugindo da ameaça dos ataques dos povos originários, sendo que, primeiramente, refugiavam-se na ilha em frente ao Umarizal e com o passar do tempo já não mais atravessavam o rio Tocantins. Assim, erguiam suas barracas e moradias provisórias na margem do rio Tocantins no exato local onde hoje é a Vila de Umarizal. Tais barracas serviam como dormitório, sobretudo para os quilombolas adultos que durante o dia tinham que voltar ao Paxibal para cuidar de suas roças, caçar e outras atividades para sua sobrevivência, inclusive a defesa e proteção aos seus pertences e benfeitorias já bem estruturadas. Pinto (1999, p. 56) destaca ainda que:

os ataques indígenas tiveram maior intensidade em 1935 e 1938. A partir daí foram ficando menos violentos. Na década de 50, os ataques dos “cabocos” eram tristes lembranças, bem vivas na memória dos ex-habitantes de Paxibal. “Foi um triste sobressalto, onde morreram muitas pessoas”. Houve várias formas de diálogo para acalmar os índios, mas poucos resultados surgiram.

O citado autor acrescenta que os ataques cessaram, mas a harmonia só se estabeleceu entre indígenas e ex-habitantes de Paxibal na década de 1940, quando o quilombola chamado Valdemar, conhecido na região como “Volta Seca,” um negro alto e oriundo do Quilombo do Mola, no município de Cametá, que era benzedor e profundo conhecedor das matas da região, juntou-se a uma mulher Assurini, estabelecendo, a partir de então, uma relação amigável entre a aldeia e os negros de Umarizal. Nesse sentido, Pinto (1999 p. 57-58) afirma que:

dessa forma, houve uma certa conciliação entre os ex-habitantes de Paxibal e Índio. Os Assurini e os Gavião até hoje brigam com governo para recuperar suas terras e seus direitos, enquanto o antigo quilombo de Paxibal é apenas uma tapera cortada ao meio pela rodovia pela PA 156-Transcametá-Tucuruí, foi definitivamente abandonado na década de quarenta, quando seus habitantes foram forçados a se estabelecerem no Umarizal. Lá ainda, há grande quantidade de açazeiros, árvores frutíferas, ruínas de casas e as ‘mesuras de visagens,’ como dizem meus informantes. Mas, é na tapera do Paxibal que ainda vive a lembrança dos antigos. As revisitadas memórias dos descendentes de quilombolas do Paxibal têm na oralidade uma única aliada para transmissão de sua história.

Sobre os ataques dos indígenas, não se encontram evidências materiais e nem relatos de ataques diretos ao Quilombo de Paxibal, e nem aos quilombolas de lá, que mesmo nos

momentos de refugiados na ilha em frente a Umarizal nas ameaças de ataques, os quilombolas adultos tinham que voltar a Paxibal todos os dias para trabalhar na roça de mandioca, caçar, pescar, coletar frutas e outros afazeres durante o dia no Quilombo, retornando só a noite para o esconderijo na ilha. Daí vem a seguinte indagação: porque os povos Assurini e Gavião não atacavam aquele povo quilombola, nem as suas casas e nem o seu local de moradia, o Quilombo? Seria porque os indígenas atacavam seletivamente, reagindo somente contra seus agressores, aqueles comerciantes que arrendavam do Estado do Pará as florestas de castanhais, na região do Baixo-Tocantins? Arrendatários estes, vale dizer, que se diziam donos das terras que avançavam mata adentro sobre o território indígena até muito próximo da aldeia Assurini e Gavião. Esses arrendatários eram também chefes políticos regionais, conhecidos como bons atiradores de espingardas/cartucheira, matadores de “índios” e repressores de qualquer pessoa que fosse encontrado nas matas que julgavam ser de seu domínio.

A exemplo disto, ressalta-se que muitos indivíduos quilombolas foram levados presos, amarrados para cadeia na cidade de Baião, somente porque foram encontrados trabalhando na coleta de castanha, caçando, pescando, etc, nas brenhas das matas, sem autorização prévia dos que se intitulavam donos das terras. Esses arrendatários nem residiam na localidade, apenas fixavam moradia de janeiro a maio, durante a safra da castanha-do-Pará nas localidades vizinhas de Joana Peres e Parita Açu, onde ocorreram de fato os ataques dos indígenas.

Será que os povos Assurini e Gavião já tinham a consciência que os povos quilombolas não eram os seus inimigos em potencial na disputa do território, na relação e uso da terra e na tratativa do meio ambiente? Até porque, os quilombolas sempre defenderam o uso coletivo das terras, e segundo Pinto (1999, p.55), também aqueles habitantes de Paxibal “aprenderam a viver em ‘Harmonia’ e respeitar a natureza com o ‘negro Sinfrônio,’ um misto de líder, curador ou experiente, como preferem seus descendentes, que o reverenciavam porque sabia extrair as ervas com as quais fazia beberagens e defumações que curavam as doenças do seu povo.”

As evidências observadas nos estudos da historiadora Pinto (1999), apontam que as informações sobre ataques indígenas na região chegavam ao Quilombo do Paxibal sempre através dos regatões e a mando de um ou mais arrendatários. Isto significa que os arrendatários também se colocavam como a intermediação com os indígenas, já que eram eles que avisavam no Paxibal que “os índios apavorantes” estavam por perto, eram eles também que construía as narrativas a seu favor, sobre os “ataques de índios” nos povoados vizinhos. Tais narrativas eram, assim, divulgadas no Quilombo de Paxibal, sem o devido contraditório dos indígenas, ou seja, acabaram se incorporando ao imaginário popular, tornando-se prevalecentes.

Quando Valdemar (Volta Seca), o primeiro quilombola a estabelecer contato e diálogo direto com aldeia Assurini na década de 1940, logrou êxito em estabelecer a paz, a harmonia e o respeito mútuo entre povos quilombolas e aqueles povos originários, observaram-se visitas frequentes à Vila de Umarizal, onde os ex-habitantes do Quilombo de Paxibal passaram a morar, fugindo com medo de “ataque de índios”. Pinto (1999, p.57) transcreve a descrição deste negro tão importante na história dos quilombos, por meio de dados fornecidos pela parteira, já falecida, Custódia Vieira:

O Volta Seca era um negrão alto, forte, parece um gigante. Dizem que era daí do rumo de Cametá. Ele e sua *mulhê* índia foram domesticando outros índios, dizendo que isso era maldade, que um não podia mata o outro, que tinha que se *ajudá*. Dizem que o governo auxiliou eles, deu terra e marcou o pico. E eles tão lá e nós aqui. De primeiro eles vinham *poraqui* toma pinga, *vendê* flecha. Agora eles já são manso.” [Custódia Vieira, 73 anos, - Umarizal].

Observa-se então, que esse processo de paz que se estabeleceu entre índios e negros só foi possível por convencimento, ameaçado pelos arrendatários. Assim, os arrendatários dos castanhais do Paritá Açu que se apresentavam como aliados dos quilombolas de Paxibal naqueles episódios de ameaças de confrontos com os indígenas, acabaram revelando as suas verdadeiras intenções de grilagem daquelas terras para vender uma extensa área de terras públicas, inclusive, incluída nela, parte do território que historicamente foi ocupado pelos povos quilombolas pertencente ao Quilombo de Paxibal, promovendo o maior conflito de terra da região enfrentado pelas comunidades quilombolas da região do Baixo-Tocantins, que tem dificultado e atrasado, a tão necessária emissão do título de propriedade coletivo do território legítimo pertencente ao Quilombo de Umarizal.

Esses apontamentos servem para sustentar que não foram os conflitos entre os povos originários e os povos quilombolas que promoveram a ruína do antigo Quilombo de Paxibal, servem também para reflexão da necessidade de uma revisão histórica do discurso maniqueísta prevalecente, sobre os ataques indígenas de resistência e defesa contra seus inimigos na região. Depreende-se que os povos tradicionais, tanto os indígenas como os quilombolas são defensores de causas similares e convergentes, e ambos foram no passado, e continuam sendo agora, vítimas da política fundiária perversa e do agronegócio exportador, baseados no grande latifúndio que tem imperado neste país.

Segundo Pinto (1999), quando os ex-habitantes do Paxibal chegaram, as terras de Umarizal já tinham donos, que eram pelos menos seis proprietários brancos, sobre as quais se estabeleceram os negros imigrantes egressos do quilombo de Paxibal. Ainda nesse enfoque a autora frisa que:

Através de relatos orais, como este, emergem evidências de que o local onde se localiza a povoação do Umarizal, era uma área de terra de propriedade de terceiros. Pesquisando livros de declaração de posse de terras, no arquivo público da Prefeitura de Baião, entre os anos de 1992 a 1993, encontramos 6 declarações de posses referentes às terras de Umarizal ou Marizal. Entre as quais, quatro estão em nomes de mulheres, um em nome de um homem e uma mulher, e uma declaração em nome de um homem. As declarações se referem além da área de terra, a casa, benfeitorias, e árvores frutíferas, como por exemplo: casa coberta com palhas, pés de cacauzeiros, seringueira, castanheiros, roças de mandioca, milho e arroz: além de frutíferas como: goiabeiras, cajueiro, bananeiras, etc. Percebe-se, portanto, que antes da chegada dos ex-quilombolas da povoação de Paxibal em Umarizal, já havia ali habitantes. (PINTO, 1999, p. 58-59).

Observa-se com isso, que apesar de a ocupação espacial das terras no Umarizal ter ocorrido por meio de um processo pacífico, a chegada dos negros em Umarizal trouxe para aquela localidade a disputa e a tensão características do racismo estrutural que ocorre em todo o país. Os antigos proprietários brancos se colocavam como seres superiores, não pela antiguidade ou pela legalidade da posse do terreno, mas sim pela cor da pele e pela origem dos imigrantes que emigraram do quilombo, pois:

Não tinha gente preta nu Marizá, nós do Paxibá fumos os primeiros pretos que chegamo. Essa terra aqui tinha dono, mas nós cheguemo, não houve briga nem nada, e fiquemo murando aqui. Até huje quem quê fazê sua casa faz e pronto É assim! Lá do Paxibá veio junto com a gente o Samba de Cacete. Quando nós moravamos no Paxibá que era animado mesmo. Quarquê cuisa a gente reunia para fazê aquele Samba (LOBATO *apud* PINTO, 1999, p. 58).

Os antigos proprietários não se opuseram à ocupação de suas terras, porém os brancos não aceitaram aquilo que se tornou o Umarizal - uma terra de pretos. Por outro lado, os negros em avessos, repeliam a condição de inferioridade e nem era aceitável ser chamado de quilombola, no sentido de “indivíduo criminoso.” Este pesquisador pôde verificar isso na infância até a chegada das políticas afirmativas, sobretudo de cotas universitárias.

3.3.1 Tensão na abertura da Transcametá

Na metade da década de 1976, foi inaugurada a Rodovia PA-156 (hoje BR-422), que ligou a cidade de Cametá a cidade de Tucuruí, atravessando os municípios de Oeiras do Pará e o município de Baião, passando no meio dos territórios quilombolas Igarapé Preto, Bailique, Umarizal. Essa estrada trouxe mudanças profundas na geografia regional, sobretudo na relação fundiária, ao despertar enorme cobiça de inúmeros fazendeiros e empresários do Sul e Centro Oeste do País, pelas terras em torno da rodovia. Estas terras, cobertas de árvores de madeira de “lei,” na maioria não documentadas, foram secularmente ocupadas por posseiros e quilombolas que nelas já trabalhavam de forma coletiva, para garantir a sua sobrevivência, seja nas atividades de diversas formas extrativistas, vegetal e animal, ou na atividade de cultivo de

pequena agricultura de subsistência referenciada pela roça de mandioca e de fruteiras, como bem apontam Mocbel; Farias (1992, p.17-18):

A partir dos anos 70, com abertura da Transcametá o mapa fundiário se modificou profundamente desempenham duas linhas paralelas contraditória da posse da terra: A dos latifundiários, constituída pelas terras documentadas que foram vendidas pelos grandes fazendeiros geralmente oriundos de outros Estados do Brasil (Goiás, etc.), que os olhos especulativos compraram do Estado (através do Instituto de Terra do Pará-ITERPA), a custo baixíssimos. Parte das áreas vizinhas ditas devolutas, mesmo já ocupadas por posseiros, e causa direta de violentos conflitos pela posse da terra entre fazendeiros e lavradores [.....].As dos lotes de lavoura: as sobras das terras devolutas griladas que antes eram posse coletivas foram divididas em pequenos lotes agrícolas que variam de 6 a 25 ha. De superfície e demarcadas pelos próprios lavradores nativos de comum acordo. Cada família adquire apenas um lote que, muito raramente, consegue documentar (protocolar junto ao órgão do ITERPA).

A construção dessa rodovia promoveu sérias transformações, primeiro porque deslocou o eixo da circulação do Rio Tocantins para a estrada, o que fez com que várias comunidades surgissem, como é o caso das comunidades Umarizal Centro, Florestão e etc. E segundo porque fez com que outras comunidades ganhassem uma nova dinâmica, como por exemplo, Umarizal Beira, que passou a ser o porto de entrada de embarque e desembarque de madeiras das fazendas vizinhas às terras quilombolas. Essa comunidade passou a ser também um ponto de recepção migratória e fornecedora de mão de obra braçal para as fazendas.

Nesse compasso, observa-se que a construção da rodovia também provocou conflitos continuados pela posse da terra. Com a estrada vieram os grileiros, fazendeiros, madeireiros, especuladores imobiliários e também chegaram os projetos de monocultura, e com eles, os conflitos. Assim, Mocbel; Farias discorrem (1992, p. 18):

Essas terras dos antigos seringueiros, já documentadas, mais as griladas, foram demarcadas judicialmente em ângulos retilíneos formando valorosos imóveis rurais de figura plana, com milhares de hectares de superfície, comprimindo ainda mais o espaço da lavoura nativa. Observa-se que apenas partes desses imóveis são transformados em fazendas para gados bovinos, que se identificam muitos mais com um cemitério de árvores com tapetes verde de gramíneas intercaladas de erva daninhas, rodeados de toras de madeiras nobres.

Corroborando com o exposto, Amaral; Silva (AMARAL; SILVA, 2006, p.86) afirmam que “os camponeses [...] no interior de uma sociedade capitalista como a nossa, com frequência se veem ameaçados por ‘grileiros’ que possuem títulos falsos de propriedade; pela chegada de uma estrada que ‘valoriza’ as suas terras. Assim, o território do quilombo do Umarizal, que historicamente se tratava de uma área de posse e uso coletivo, passou a sofrer um processo de fracionamento, com demarcação em pequenos lotes familiares, causando tensão interna. Portanto, na década de 1976, iniciava-se também um processo de individualização do espaço do território quilombola. Agora, o que se observa é a organização espacial oferecida pelas

políticas territoriais do Governo Federal e Estadual no processo de ocupação, que se consolida por meio da fragmentação de toda área em pequenas unidades/ lotes agrícolas individual padrão, ficando 25 hectares para cada família, o que acaba provocando uma interação conflituosa entre a orientação produzida pelas políticas territoriais oficiais e a organização espacial pré- existente. Isso, segundo Amaral; Silva (2006), promove tensão interna no território, entre os quilombolas que defendem lotes individuais e os que defendem a propriedade coletiva das terras.

3.3.2 Disputa pela demarcação e titulação do território

Os primeiros passos logo após a constituição formal da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão- ACORQBU, foram levantar, através de mutirões de trabalho, os picos demarcatórios para delinear a área de terra coletiva do território unificado de posse das cinco comunidades acima destacadas. Como passo seguinte (2000), a ACORQBU protocolou junto ao ITERPA, requerimento solicitando demarcação oficial e a titulação de propriedade coletiva desta área de terra de sua posse, ancorando no que preceitua o artigo n. 68 da Constituição Federal, a saber: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Na mesma direção, a Constituição do Estado do Pará, constitucionaliza o direito aos quilombolas, como descrito no artigo 322, *in verbis*: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta Constituição.

Nesse cenário, abriu-se uma nova frente de luta para os quilombolas do Umarizal, desta vez a legalização das terras junto ao Estado do Pará, no processo administrativo que ainda está em tramitação. O Estado, depois de mais de 20 anos, ainda não emitiu o título de propriedade coletiva com os 53 mil hectares de terras contínuas, como requerido pela associação ACORQBU. Os informantes atestam que o ITERPA até redigiu um título de propriedade coletiva da área, mas com apenas dezessete mil hectares, o que não foi aceito pelos quilombolas de Umarizal, pelo fato de ser bastante inferior ao tamanho da área requerida inicialmente. Desta maneira, preferiram continuar na luta administrativa no ITERPA e, judicial, na Vara Agrária de Castanhal, pela documentação das terras que tradicionalmente lhes são legítimas.

Diante disso, o Estado passou a regulamentar as terras das grandes empresas interessadas (Martinslândia, Fazenda Garcia, entre outras), à frente do requerimento da associação quilombola que já havia protocolado pedido de regulamentação. Tal oficialização das terras para empresas particulares gerou uma grande revolta junto à comunidade, no sentido

de que a comunidade não aceitava a forma de demarcação promovida pelo Estado. Nessa senda, Becker (*apud* Amaral; Silva, 2006, p. 89) verificam que:

no espaço paraense, naquele momento, iniciava-se um processo de fracionamento do espaço, resultado da interação conflituosa entre a organização espacial produzida pelas políticas territoriais do Governo Federal e a organização espacial pré-existente, constituída por formas de apropriação tradicionais da natureza e pelas ações políticas dos grupos sociais que definiram seus territórios na Amazônia, cujas ações podiam se dar como resistência, grupo de pressão ou, ao contrário, como manipulação políticas. O espaço preexistente tendeu a ser redefinido, formando novos espaços nas regiões de maior conflito.

De acordo com o exposto, compreende-se que é razão pela qual perdura por longo tempo o requerimento, deixando a área aberta e a comunidade ameaçada no seu direito à terra para sua sustentabilidade, em uma luta de resistência contínua. Por outro lado, o Estado permanece com suas políticas territoriais tendenciosas, que apenas favorecem os latifúndios.

3.4 ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA, A GESTORA DO QUILOMBO

O quilombo de Umarizal é representado de fato e juridicamente pela Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão (ACORQBU). Essa associação representativa foi criada em 1999 por intermédio da Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal (AMPU) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião (STTR), que segundo o informante Professor Doriedson Lopes Vieira, tiveram a iniciativa de chamar uma reunião de moradores de onde saiu uma comissão de cinco representantes, um por comunidade presente, para organizar a primeira Assembleia Geral de constituição desta associação quilombola.

Também contribuíram na criação da ACORQBU, a Organização Não Governamental Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Solidariedade (IDEAS) e o Programa Raízes, do Governo do Estado do Pará, durante a gestão do Governador Almir Gabriel, que auxiliaram os moradores das Comunidades de Umarizal beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá e Balieiro na Compra dos livros de ata, livro de cadastro de sócio e no registro jurídico em cartório associação, prestando informações valiosas para a formalização jurídica do que chamavam de comunidade. Destacamos, porém, que esses agrupamentos tradicionais pré-existent não formalizados na região, passaram a partir do final da década de 1969 até o início dos anos 2000, por um intenso processo organizativo muito importante chamado Comunidade Cristã (CC). Como Manoel Dilton Rocha, o ex-animador da CC e atual Vice-Presidente do STTR de Baião, verbaliza:

No finalzinho dos 60, 1969 por aí, a Prelazia de Cametá iniciou a criar as Comunidades Cristã, através dos Padres Lazaristas holandeses, aqui em Baião, era o Padre Tiago e o Padre Geraldão [...] que visitavam as localidades de Umarizal, Bailique, Araquembáua, etc...nestas visitas reunião o povo do lugar para formarem a Comunidade Cristã a sua CC. Depois de formadas as CCs realizavam os encontros (intercomunitários) para trocar experiências sobre os problemas da vida e tudo mais (Manoel Dilton Rocha – 2021).

Como bem se observa, antes da formalização essas comunidades que constituíram associação ACORQBU já existiam como um núcleo organizativo chamado de Comunidade Cristã (CC), que era ligado à igreja católica representada pela Prelazia de Cametá até 2014 e hoje pela Diocese de Cametá. Nelas se movimentavam além das tradicionais pastorais como a da catequese, também as pastorais sociais, como a da terra, Pastoral da Saúde e a Pastoral da Pesca, que promoviam entre si os encontros regionais, chamados de intercomunitários e nos quais as pessoas se reuniam em uma das comunidades, com a participação de representantes dessas comunidades para trocar experiências, inclusive na defesa e uso da Terra. Não raras vezes, no encerramento desses eventos ocorriam de uma a duas formações de samba cacete.

Outras formas organizativas que antecederam ACORQBU foram: Associação de Mini Pequenos Produtores de Umarizal, Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal e Associação dos Jovens de Umarizal para o Desenvolvimento Sustentável (AJUDES), sendo que foi da iniciativa da Associação das mulheres produtoras de Umarizal (AMPU) o requerimento da certificação da condição quilombola para aquelas comunidades que compõem a referida associação quilombola, o que mostra a tendência e a capacidade organizativa dos povos quilombolas dessa região em buscar, solução coletiva para os seus problemas coletivos. Segundo Pinto (1999) tal capacidade foi “herdada da Grande Família do antigo quilombo de Paxibal”.

Já nos anos de 1980 houve grande movimento promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos trabalhadores rurais de Baião (STTR), envolvendo as comunidades rurais pela criação da chamada “Colônia Reunidas do Segundo Distrito” que pretendia formalizar uma Colônia Agrícola nas áreas da margem esquerda do Rio Tocantins, aos moldes da colônia agrícola Magalhães Barata já existente na margem direita do rio Tocantins, no município de Baião. Arranjo jurídico que não se completou por falta de vontade política de fazê-lo, criado pelo governo do Estado do Pará, a fim de possibilitar ao Estado a emissão de títulos definitivos de propriedades da terra individual aos moradores dessa região, habitada pelos povos remanescentes do Quilombo de Paxibal (STTR, Relatório 1984).

Em 1995 ocorreu o primeiro Encontro Estadual de Quilombolas do Pará, realizado em Belém e que contou com a participação de representantes das Comunidades originárias do

antigo Quilombo de Paxibal: Umarizal beira (03 participantes); Umarizal centro (02 participantes); Boa Vista (02 participantes); Paritá miri (02 participantes); Comunidades de Igarapé Preto (03 participantes); Comunidade de Baixinha (02 participantes) e Comunidade Balieiro (01 participante). Buscava-se naquele momento conhecer as experiências exitosas dos Quilombolas do município de Oximiná, no sentido da materialização e operacionalização do direito estabelecido no artigo n. 68 da Constituição Federal de 1988. Esse compartilhamento foi de suma importância para o Quilombo de Umarizal, pois o referido artigo e as experiências de outras comunidades quilombolas que tratavam da formalização das Comunidades em Associação jurídica representativas dos povos quilombolas, serviram de incentivo a busca por emitir o título definitivo de propriedade das terras coletivas do sujeito de direito “comunidades remanescentes de quilombos.”

A partir de então, o movimento pela “Colônia Reunidas do Segundo Distrito” se redirecionou para a formalização das Comunidades remanescentes em associação, na busca do reconhecimento e a titularização Coletiva dos seus territórios. A grande área da pretensa “Colônia Agrícola” reunida do segundo distrito foi fracionada em três territórios quilombolas: 1) O Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha, que agrega as comunidades da Baixinha, Arequembáua, Itaperucu, Varginha, Pampelonia, Capelo, França, Paxiubal, Igarapézinho, Teófilo e Igarapé-Preto, perfazendo uma área de 17.000 hectares na jurisdição dos municípios de Baião e Oeiras do Pará. Este quilombo situado ao norte da referida área, é representado pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha (ARQUIB), criado em 17 de outubro de 1999; 2) O Quilombo de Bailique que agrega as comunidades vizinhas de Bailique centro, Bailique beira, Poção e São Bernardo. Estas comunidades remanescentes de quilombos criaram em 1999 a Associação de Remanescentes de Quilombos de Bailique Centro, Bailique Beira, Poção e São Bernardo (ARQBI), que corresponde um território de 11.000 hectares na jurisdição dos municípios de Baião e Oeiras do Pará, situado ao centro entre o Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha e o Quilombo de Umarizal; 3) Comunidades remanescentes do Tocantins, também chamado de Quilombo do Umarizal que agrega as comunidades Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão. Este Quilombo constituiu como associação representativa a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá miri e Florestão (ACORQBU). Esse Quilombo de Umarizal, portanto representado pela ACORQBU que é a referência desse trabalho.

A ACORQBU foi criada na manhã do dia 12 de outubro de 1999, com a presença de 129 delegados representantes das referidas Comunidades no salão comunitário da Santíssima

Trindade na Vila do Umarizal Beira. A princípio a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Umarizal beira, Umarizal centro, Boa vista, Paritá miri e Balieiro. Atualmente renomeada Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão - ACORQBU, inscrita no (MF) CNPJ N° 03.696.752/0001-27. Assim definida no artigo primeiro do seus Estatutos:

Art. 1º [...] É uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, não fazendo distinção da condição social, credo religioso e partidos políticos, com sede estabelecida na área remanescentes de quilombo na Vila de Umarizal Beira, a rua Beira Rio S/N, Bairro Castanhal, Município de Baião, Estado do Pará, com foro na Comarca do Município de Baião e prazo indeterminado de duração, regendo-se pelo presente estatuto, pelo regimento interno e pelas disposições legais pertinentes. (ACORQBU, 2015, p. 02).

A ACORQBU se autodeclara proprietária das terras em todo território historicamente ocupado para a sobrevivência pelos posseiros moradores das comunidades que voluntariamente a constituíram, como revela o artigo 2º do seu Estatuto:

Artigo 2º - A associação é proprietária das terras ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, localizadas na margem esquerda do Rio Tocantins, na BR 422, Município de Baião, Estado do Pará, denominada Área Remanescente de Quilombo Tocantins (ACORQBU, 2015, p. 02).

Nesta condição de legítima dona do território, a ACORQBU estabeleceu e definiu à época seus objetivos iniciais permanentes, assim fixado no Ato constitutivo:

Artigo 3º - A ACORQBU tem como objetivos permanentes: a) Administrar as terras de propriedade das comunidades remanescentes de quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro; b) Representar os interesses das Comunidades; c) Incentivar o desenvolvimento das comunidades remanescentes de Quilombo Tocantins; e d) Outros objetivos que não conflitem com o presente Estatuto (ACORQBU, 1999, p. 03).

Dezesseis anos depois, já com a participação de alguns estudantes universitários quilombolas cotistas, ocorreu a reformulação dos estatutos, sendo que a ACORQBU teve seus objetivos permanentes ampliados, como consignado no artigo 3º do estatuto:

[...] a ACORQBU tem como objetivos permanentes: I – Administrar as terras de propriedade das comunidades [...] IV – A celebração de convênios e parcerias contratos, projetos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômico de outras entidades, de empresas privadas, pessoas físicas, de autarquias e de todos os órgão esperas do governo, para aplicação em seus objetivos, em especial no que desrespeito a melhoria da qualidade de vida da população: saúde, educação, moradia, arte, cultura, assistência social, meio ambiente, saneamento básico, infraestrutura, agricultura, piscicultura e outras ações de interesse comunitário; V- A celebração dos financiamentos e empréstimos poderão ser individuais para cada associado ou de forma coletiva em nome da associação em benefícios dos associados; VI- A celebração do cumprimento das regras do regimento interno da presente associação; VII- A defesa e gestão ambiental e social dos recursos naturais renováveis e não renováveis dentro do território das comunidades

remanescentes de quilombo Tocantins com a promoção, busca implantação de projetos de desenvolvimento sustentável refluorescente, mineral, bem como do meio ambiente. (ACORQBU, 2015, P. 03).

Nesta reta existencial, a ACORQBU traz em relevo no seu Estatuto os princípios característicos que são peculiares aos quilombos, tais como a defesa intransigente da propriedade coletiva da terra, enfatizando que “as terras de propriedade da ACORQBU não podem ser vendidas, arrendadas ou loteadas.” A função das terras está comprometida com a sustentabilidade da comunidade, terra se utiliza para trabalhar e nela garantir a sobrevivência da família, respeitando o meio ambiente e “as terras de propriedade da ACORQBU deverão ser utilizadas pelos associados para sua subsistência de forma autossustentável garantindo-se a preservação do meio ambiente”. Assim, pauta-se a relação interpessoal e intercomunitária, sempre baseadas na solidariedade e na reciprocidade, já que “as terras de propriedade da ACORQBU poderão ser utilizadas por remanescentes de quilombos de outras comunidades desde que autorizados pela Associação e que respeitem o presente estatuto” (ACORQBU, 1999, p. 03). Nos termos do Estatuto atualizados consta que são associados da ACORQBU os indivíduos que integram e/ou vivem nas comunidades remanescentes de quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, e que vierem se associar junto à associação, sendo garantida a entrada de sócios maiores de 14 (catorze) anos (ACORQBU, 2015, p. 04).

No que tange à estrutura administrativa, a ACORQBU envereda o caminho da autogestão, cuja composição possui os seguintes Órgãos: Assembleia Geral - Poder soberano; Coordenação - Gestor e Conselho Fiscal – Fiscalizador, conforme se observa a seguir:

Art. 14 – A Assembleia Geral, composta por todos os associados que estiverem quites com suas obrigações, é o órgão máximo de deliberação e soberano em suas decisões que não contrariem o presente estatuto [...] Art. 20 – A Coordenação da ACORQBU será constituída por 11 (onze) membros efetivos e 11 suplentes [...] Art. 24 – O Conselho Fiscal será eleito pela Assembleia Geral juntamente com a Diretoria e terá mandato consciente com o desta, sendo composto por 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) membros suplentes (ACORQBU, 2015, p. 07 - 09).

Após concluídos os atos constitutivos formais, as primeiras decisões da ACORQBU foram no sentido da continuidade das ações comunitárias de planejamento de resistência e defesa do seu território. Desta forma, associados homens e mulheres empregaram-se em mutirões para abertura de picos demarcatórios da área quilombola. Um “pico” demarcando o limite Norte junto com a Comunidade de Bailique e outro “pico” demarcando o limite sul do terreno junto à comunidade de Joana Peres, no local chamado Marajó. Sendo que ambas linhas demarcatórias têm seu início a partir da margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Baião e se projetam até o Rio Jacundá já no município de Bagre. Ressalta-se que os limites

sul/sudoeste constituem uma área em disputa, tanto com a comunidade de Joana Peres na reserva extrativista Ipau-Anilzinho – Resex, como com os fazendeiros e madeireiros da fazenda Paritá, e ainda existe o conflito no limite oeste com a empresa Martins⁸ (ACORQBU, 2000).

Destaca-se que as certificações dadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) às comunidades que compõem a Associação, reconhecendo-as como remanescentes das comunidades dos quilombos, fato ocorrido oficialmente nas datas: Comunidade de Umarizal em 03 de outubro de 2006; Comunidade de Boa Vista em 03 de dezembro de 2006 e Comunidade de Paritá Miri em 20 de fevereiro de 2007, acabaram organizando e acelerando o processo de legitimação da representatividade da ACORQBU, como gestora do quilombo de Umarizal (FCP, 2006-2007).

Ressalta-se que as Comunidades Cristãs nesta região se tornaram cada vez mais organizações de caráter religioso de confissão católica, sendo que muitas as atividades que antes eram atribuições da “comunidade Cristã – CC,” passaram a ser assumidas e representadas pela ACORQBU, sobretudo aquelas relacionadas ao território, ao social, econômico, ambiental e cultural. Exemplo disso é o famoso festejo da “Padroeira Santíssima Trindade,” o grande evento cultural híbrido que misturava as atividades religiosas católicas com forradas de samba de cacete, festa dançante e outras expressões culturais populares não confessionais, que se mobilizam por 10 dias, atraindo milhares de pessoas para celebrar e festejar em Umarizal. Esse evento foi reformulado e a parte religiosa continua sendo promovida pela Comunidade Cristã e a outra parte, a cultural, conduzida pela ACORQBU e tornou-se o Festival Quilombola de Umarizal, um grande evento, de 4 dias com apresentações diversas, manifestações culturais no salão quilombola, sendo que a abertura deste festival é sempre sob a responsabilidade dos Evangélicos do território quilombola. (ROCHA, 2018, p. 41).

De fato, a ACORQBU passou a representar legitimamente os interesses dos moradores sobre as terras do território do Quilombo de Umarizal, até o poder público assim o reconhece, apesar dessa faixa de terra pública ser de domínio jurisdicional do Estado do Pará, para edificar uma obra na área precisa antes requerer a concessão junto à associação. Como faz provar o documento, certidão de cessão de posse do terreno para escola Polo e quadra de desporto. Como confirma o documento de “Escritura Pública de Cessão de Direitos Possessórios” (CARTÓRIO ÚNICO OFICIO, livro 04, Fl. V. 85 e 86, Traslado 01).

⁸ Empresa Martins - É um grande projeto agropecuário e exploração de madeira que se instalou desde a década de 1976 na região.

Conforme visto anteriormente, na busca pela regulamentação de sua área, do título definitivo da propriedade coletiva de suas terras, a ACORQBU protocolou requerimento junto ao Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), protocolo 2000/43824, solicitando a demarcação e titulação do seu território, gerando processo nº 2009.1000.740-7 - ITERPA-PA, cuja tramitação tem sido dificultada pela pressão de fazendeiros e grileiros de terra que reivindicam parte considerável das terras desse território quilombola por eles já invadidas, no exato trecho de floresta de castanhais e de outras árvores de grande potencial madeireiro, a reserva florestal de utilidade extrativista e de valor simbólico inestimável para os povos quilombolas, sobretudo no limite sul e sudoeste do seu território que centenariamente vem sendo ocupado garantindo a subsistência das comunidades remanescentes de quilombo (ACORQBU,2009).

A ACORQBU (2015) tem sede social própria localizada na Rua Beira, no bairro Castanhal, na Vila de Umarizal, onde funciona a Coordenação Geral, a secretaria, a tesouraria e as coordenadorias de patrimônio; coordenadoria de articulação; coordenadoria de Cultura; coordenadoria de preservação do meio ambiente; coordenadoria de política agrícola; coordenadoria da terceira idade; coordenadoria da Juventude e a coordenadoria de gênero e raça (ver foto 1).

Foto 1 – Sede social da Associação Quilombola - ACORQBU



Fonte: Produzido pelo pesquisador.

Associação também possui o salão quilombola situado na praça Arraial Largo da Trindade, é uma espécie de auditório para realização dos grandes eventos como a Assembleia Geral da associação, plenárias, audiências públicas, seminários, cursos, e também os grandes

festivais, a exemplo do festival quilombola e o festival das fornadas de samba de cacete. Este local pode ser visto na foto 2 abaixo:

Foto 2 – Salão Comunitário Quilombola - Umarizal - Pará



Figura: produzida pelo pesquisador (2021).

Quanto à Educação, o Conselho Escolar de Umarizal, a ACORQBU assumiu e reivindica para si, a tarefa da condução da luta pela alfabetização de adultos, inclusive a escola comunitária de alfabetização de adultos citada por Pinto (1999) e que foi iniciada pela Associação de Mulheres Produtoras de Umarizal. Da mesma forma, estabelece também uma luta pela implantação do ensino regular Infantil, Fundamental e o Ensino Médio, por meio do Sistema Modular de Ensino (SOME). A associação passa, assim, a ser parte ativa do Conselho Escolar e da coordenação da merenda quilombola, que na prática viabilizou a merenda quilombola diferenciada regionalizada tanto no cardápio, como na aquisição dos produtos da agricultura e da pesca familiar, movimentando a economia local. (CEU, 2012).

Na Educação Superior, a ACORQBU, além de ser responsável pela emissão do documento de declaração da identidade quilombola, que habilita os estudantes a usufruir do direito à reserva das cotas, como preconizado pela Lei n. 12.711/2012 - conhecida como “Lei de Cotas,” que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de Educação Superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Também essa associação incentiva o estudante quilombola a ser cotista, disponibilizando estrutura para fazer inscrição nos Processos Seletivos Especiais (PSE) e promovendo palestras e aulas na preparação para o vestibular que dá acesso à universidade.

3.5 GEOGRAFIA SOCIAL E ECONÔMICA DE UMARIZAL

Situada na região do baixo Tocantins, no Estado do Pará, Norte do Brasil e já bem identificada na seção panorâmica das comunidades remanescentes de quilombo deste trabalho, a Vila de Umarizal possui atualmente 14 ruas, 8 Travessas onde estão distribuídas cerca de 347 casas residenciais e mais 17 prédios públicos e comunitários¹. Para uma população estimada em 2500 pessoas. Conforme a figura 2.

As estruturas das casas na sua grande maioria são de alvenaria coberta com telhas de barro, porém há bastante casas de madeira também coberta com telhas de barro e fibrocimento e ainda durante a pesquisa visitei 3 casas em estado rústico de chão de terra batida parede fechada de varas com cobertura de palha.

A maior parte das casas tem fogão a gás e também o fogão a carvão⁹, mas naquelas 3 moradias em estado rústico a alimentação ainda é feita no velho fogão a lenha:

onde um quadrado, espécie de caixote, na cozinha é cheio de terra, tendo sobre estas duas pedras, um de cada lado - as tacuruas - para sustentar a panela. Esse tipo do fogão deixa toda cozinha, paredes e cobertura das casas enegrecidas de fumaça e da foligem desprendida no ato da queima dos galhos de pau seco, que são colocados como lenha. (PINTO, 1999, p. 66).

Ressalta-se que essas casas de alvenaria e também de madeira, com raras exceções, estão ainda em estado inacabado de construção, o que condena o processo de construção em etapas de execução de obra, condicionada a pouca disponibilidade financeira das famílias, suas proprietárias. Observa-se também que boa parte das casas têm banheiro e sanitário internos com esgoto ligado a pequenas fossas sépticas, porém, no decorrer da visita *in locu* foi possível perceber que há moradias com banheiro e sanitário externos às casas, no quintal, às vezes juntos¹⁰, às vezes separados¹¹, sendo o sanitário ou "privada" um cômodo de aproximadamente 1m² fechado com madeira e cobertura de palha, telha de barro etc. e assoalhado com um ou dois furos sobre um buraco na terra de mais ou menos um metro de diâmetro e dois metros de profundidade, que serve de depósito dos dejetos. O banheiro é um cercado de um metro de diâmetro cercado de madeira onde fica uma vasilha para armazenar água. Na mapa abaixo (3) e nos quadros 3 e 4, é possível verificar a estrutura das 347 casas de moradia e dos 17 prédios públicos¹² e comunitários na Vila de Umarizal.

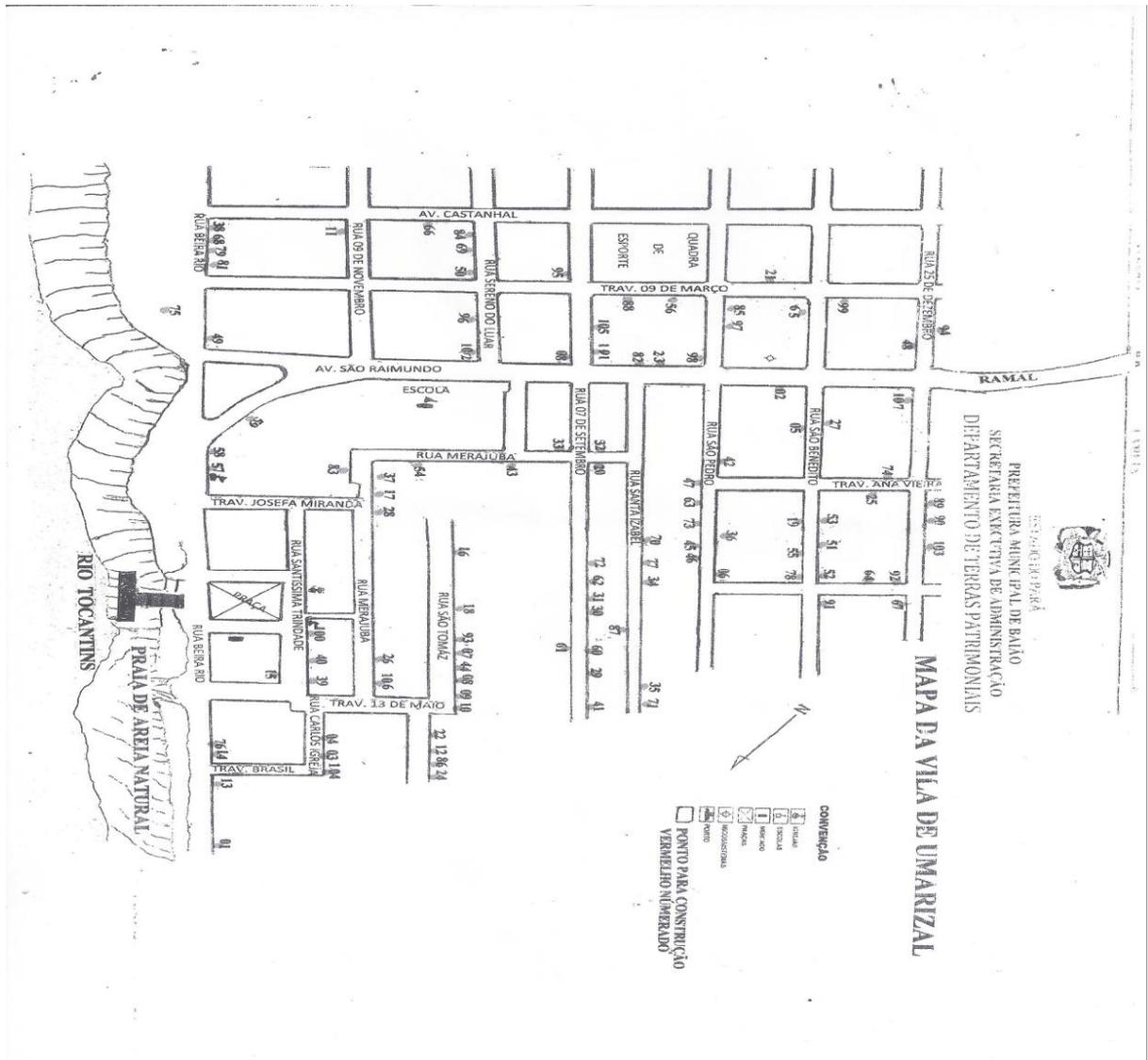
⁹⁹ Um caixote de madeira ou lata cheio de barro com uma estrutura de cerâmica oca onde coloca o carvão e de suporte para as panelas.

¹⁰ Anexado em único comado sanitário e banheiro seja externo ou interno a casa.

¹¹ Quando banheiros e sanitários são construídos em comados separadamente, cada um possui sua porta de entrada e saída, seja externo ou interno a casa.

¹² O que denomino aqui de prédios públicos e comunitários são: três escolas, uma Unidade Básica de Saúde, um antigo posto de saúde, uma Igreja Católica, três Igrejas Evangélicas, uma sede da associação (ACORQBU),

Mapa 3 – Mapa da Vila de Umarizal em perspectiva de planta baixa – 2019



Fonte: Produzido pelo pesquisador – 2021

um Cartório de registo Civil, quatro barracões de festas, uma sede da Coordenadoria da Colônia dos Pescadores e o pequeno mercado distrital. É importante ressaltar, que não estão incluídas aqui as vinte e cinco pequenas casas de farinha ou casas de forno, distribuídas nos terreiros de algumas residências da Vila, a sua maioria concilia o uso privado das famílias e o uso comunitário na forma de aluguel para outras famílias. Nenhuma dessas possuem paredes; algumas tem o piso de cimento, mas a maior parte é chão de terra batida e, são cobertas de palha ou de telha fibrocimento. Nelas ficam o forno de torrar farinha e outros objetos utilizados na feitura da farinha de mandioca.

Quadro 3 – Estruturas das Moradias e Prédios Públicos da Vila de Umarizal

Materiais	Cobertura	Parede	Piso
Palha	03		
Cavaco	-		
Telha de Barro	327		
Casca de Pau			
Lajota			71
Chão Batido			09
Vara		03	
Cimento			238
Alvenaria		207	
Tijolo/Madeira		11	
a			
Madeira		126	29
Telha Fibrocimento	17		

Fonte: Produzido pelo pesquisador - 2021

Quadro 4I: Quantitativo de casas com tipos de banheiros sociais

Tipo	Separado	Junto	Total
Interno	13	179	192
Externo	132	23	155

Fonte: Produzido pelo pesquisador - 2021

Muitas pessoas sobrevivem da agricultura familiar de subsistência, no cultivo da roça de mandioca, arroz e milho, sendo que nos últimos 10 anos a pesca artesanal, que era secundária em relação à agricultura, vem se tornando a principal atividade de ocupação da maioria das pessoas da comunidade de Umarizal. Para Pinto (1999, p. 69), isso é devido à localização da

comunidade às margens do rio Tocantins, o que facilita essa prática a ambos os sexos e a gente de todas as idades. (PINTO 1999, p.69).

Segundo Joana Janete Cruz Serrão, representante local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião, dois outros fatores que também têm contribuído atualmente para que mais pessoas de Umarizal se dediquem à atividade da pesca, é a busca de peixe cada vez mais longe para alimentação diária da família e pelo fato de que a dedicação à pesca dá o direito de acesso ao seguro defeso do pescador. Este seguro remunera com um salário mínimo os pescadores nos quatro meses do período da desova dos peixes (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro) no rio Tocantins. Para minha informante, muitas vezes, é essa a maior receita da família no ano. Tal benefício está preconizado na Lei 10.779/03, em seu artigo art. 1º, a saber:

Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. (BRASIL, 2003).

Ainda é muito comum no Umarizal, os habitantes de ambos os sexos, praticarem a coleta de frutas e sementes silvestres comestíveis, tais como a castanha-do-pará, bacuri, uxi, mari, tucumã, piquiá, bacaba e açaí, cujo o suco é misturado à farinha de mandioca e se torna complemento básico na alimentação da população local e também da região do baixo Tocantins. No que concerne à esta coleta, destaca-se a castanha-do-pará, que vai muito além de ser apenas complementação da alimentação da família, pois desde a chegada dos ex-habitantes do Paxibal em torno de 1920 a 1930, a coleta da castanha tem sido o principal elemento econômico da atividade extrativista praticada pelos quilombolas de Umarizal.

Nas rodas de conversas em que este pesquisador participou estavam presentes dentre tantos moradores, o Professor Doriedison Lopes, o líder comunitário Sr. João Roberto Arnaud, o aposentado Alcides Vilhena, o agricultor José Maria Santos, para os quais é consenso de que a venda da pevide (semente) da castanha-do-pará, torna-se uma significativa fonte de renda e de sustento da maior parte das famílias umarizaenses no período chuvoso de janeiro a abril de cada ano. Citam como exemplo disso o “castanhalzinho,” uma pequena Unidade de Conservação de 360.000 m² (trezentos e sessenta mil metros quadrados) de floresta de castanheiras, onde situa o cemitério local, e que já se consolidou em bairro na extensão sul da Vila do Umarizal.

Em se tratando da Unidade de Conservação e Uso Sustentável Botânico Castanhal (Castanhalzinho), foi feito então, um levantamento nos arquivos da Câmara Municipal de

Vereadores de Baião (CMVBA), ocasião em que foi encontrado o projeto de Lei que instituiu a referida unidade de conservação, aprovado em sessão ordinária de 14 de maio de 2004. Assim transcrito:

A Câmara Municipal de Vereadores de Baião, aprovou e a Prefeita constitucional do Município de Baião, Estado do Pará sanciona e publica a seguinte Lei: Art. 1º - Fica instituída a Unidade de Conservação e Uso Sustentável Reserva Botânica o Castanhal, conforme a Lei federal 9.985 de julho de 2000, com a finalidade de: [...] IV - Garantir a sustentabilidade alimentar e suplementar da renda familiar da população local (BAIÃO, 2004).

Isso corrobora o que foi dito pelos informantes moradores na roda de conserva supracitados. Segundo Benedita Celeste nesta região desde dos antigos habitantes do Paxibal até os moradores da Vila de Umarizal a cultura da mandioca, do milho e do arroz, sempre se fez presente como atividade primordial, com as quais os quilombolas garantiam a sobrevivência e ainda garantem, uma vez retirado o produto para consumo da família, o excedente atualmente é vendido para os marreteiros¹³ que vão até a Vila de Umarizal para efetuar a compra ou na cidade de Baião, de Cametá, de Tucuruí e até mesmo Belém (capital do Estado do Pará). O valor recebido com a venda é uma parte em dinheiro, e outra parte direcionada para compra de vestuário e produtos necessários para alimentação do dia-dia como charque, feijão, sal e etc. Pinto (1999, p. 71) ressalta que:

Na década de 70 e 80 expandiu-se na região tocantina o plantio da pimenta-do-reino; alguns habitantes de Umarizal chegaram a plantar, mas pouco tempo depois os pimentais foram desprezados por causa do preço muito baixo da pimenta no mercado nacional. Atualmente o preço da pimenta está tornando a subir e, os plantadores de pimenta tentam recuperar os velhos pimentais com replantas ou então plantando novamente novas mudas, porém nada comparado a expressão das décadas de 70 e 80.

Durante estadas deste pesquisador em Umarizal foi possível constatar entre os moradores essa retomada ao cultivo da pimenta-do-reino em pequena escala que, segundo informantes (Doriedson Lopes Vieira e Manoel Camilo) só não é maior porque não há mais na região árvores de Acapuzeiro (*Vouacapoua americana* Aublet) e Jaraneira (*Holopyxidium jaranHuber*) como havia no passado, para fornecer as lascas (estações) que servem de bons tutores para as pimenteiras subirem. Nestas visitas verificou-se também, que muitos moradores do Umarizal também começaram o plantio de açaí consorciado na roça de mandioca. Observou-se ainda, a diminuição da área plantada da cultura de arroz e do milho naquela região, sendo

¹³ Também chamado de regatão, é um comerciante ambulante que se desloca por diversas localidades, antes no passado (1970) era de canoa a vela, hoje em dia de lancha, moto e carro, geralmente parte da economia informal, que se caracteriza pelo sistema de venda por cliente. Na viagem de ida vai deixando as mercadorias encomendadas e até valores em dinheiro aos clientes, na viagem de volta vem recebendo das famílias/clientes produtos como farinha de mandioca, arroz, milho e outros como pagamento.

que pelo menos quatro moradores (Agripino Vilhena, Dorvanice Farias Cruz, José Conrado Vieira e Rosiana Bendelak) declararam que antes plantavam mais de quatro tarefas¹⁴ de arroz e de milho, e que à época diminuiram para apenas duas tarefas para o consumo familiar, pois segundo eles, não compensa mais plantar para vender, porque o arroz e o milho mecanizado cultivado fora (centro-oeste) chega por um preço bem mais barato daqueles produzidos braçalmente nesta região.

No modo de produzir, numa abordagem moderna considera-se atividade produtiva do quilombola o ato que compreende o plantio, os tratos culturais, as colheitas até a comercialização do produto. Desta forma, os principais produtos do Quilombo de Umarizal são a mandioca, o arroz, o milho e a pimenta-do-reino. As técnicas utilizadas pelos lavradores quilombolas são rudimentares, aprendidas de geração para geração, de família para família, de pais para filhos. Na preparação da área são obedecidas etapas cronológicas (de junho a dezembro). Assim, no primeiro momento é feito o balizamento, que consiste na delimitação da área através de picos nos limites da área a ser cultivada. Em seguida a broca, que implica roçar desbastando os arbustos, cipós, deixando apenas as árvores de porte maior. Nessa atividade utiliza-se o terçado e a foice ultimamente. A derrubada é a prática de derrubar as árvores maiores do roçado. Utiliza-se para isso o machado e mais recentemente, a motosserra, aumentando os riscos pelas quedas de troncos, galhos, que por si só oferecem possibilidade de acidentes. O aceramento é uma atividade preventiva muito raramente utilizada pelos quilombolas que consiste na limpeza (varrimento) das margens extremas do roçado para facilitar o acesso da pessoa responsável pela queima e evitar a passagem do fogo para floresta vizinha em torno do roçado.

A queima é o processo físico no qual é utilizado fogo para destruir os restos orgânicos entulhados pela derruba e roçagem e ocorre geralmente após 25 dias em média de sol, razão pela qual a queimada é realizada no período de maior estiagem. A cuívara é a prática da retirada dos restos (cuí de vara) dos galhos das árvores maiores e das varas que dificultam a movimentação do produtor nos tratos culturais da futura lavoura. Esses restos de vegetais são amontoados nos lugares onde o fogo não conseguiu consumir os entulhos e são repicados de fogo novamente.

O preparo de área, com exceção do balizamento, muito raramente é realizado de forma individual. Nessa prática dá-se destaque aos mutirões, na base de troca de dias de trabalho na

¹⁴ Unidades de referência quilombola para definição do tamanho do roçado de mandioca, arroz e milho, sendo que uma tarefa corresponde a uma área de 3.025m². Os roçados dos quilombolas são medidos em braças, cada braça equivale 2,2m, cada tarefa são 25 braças por 25 braças.

mesma etapa o que configura a utilização de seu próprio trabalho. Segundo Mocbel e Farias, o lavrador nativo aprendeu ao longo dos tempos adaptar as suas técnicas às variações climáticas da região que se apresentam em dois períodos distintos: o de baixo índice pluviométrico (de junho a dezembro), dedicado à preparação da área, e o de alto índice pluviométrico (de janeiro a maio) no qual o lavrador se dedica ao preparo de solo e ao plantio. (MOCBEL; FARIAS, 1992, p. 20). Na roça dos quilombolas, o preparo do solo é cercado de técnicas simples de conhecimento empírico, sem nenhuma sofisticação moderna. No plantio de mandioca (maniva), as covas minúsculas são feitas com enxadas que minimamente permitem o enterro de parte da haste (estaca) de 20 cm da maniva. O trabalho é executado em mutirão misto, no qual a divisão de trabalho é feita da seguinte maneira: os homens preparam as covas e as mulheres, em seguida, fazem o enterro das hastes. Os lavradores de idade mais avançada, mais experientes, assumem a tarefa de cortar o caule da maniva em estacas de 20 a 25 cm de tamanho, facilitando a propagação por estaquia. Estão muito presentes nesses mutirões a bebida alcoólica e a cantoria como estímulo do trabalho. O arroz e o milho são culturas intercalares na roça de mandioca e são plantados geralmente pelo próprio produtor com instrumento rústico construído por eles mesmo, que chamam de máquina de plantar arroz e milho.

Ressalta-se que o cultivo da roça no Umarizal não obedece a uma orientação técnica científica, até porque o lavrador não recebe assistência técnica por parte dos órgãos oficiais responsáveis, que segundo os moradores dão exclusividade para as grandes empresas rurais que contraem financiamento bancário. Para Mocbel; Farias (1992) a cultura da pimenta-do-reino é uma exceção nesse caso, pelo fato de ser uma cultivaria nova entre os quilombolas nesta região, cuja as técnicas são uma adaptação das utilizadas pelos grandes pipericultores do município de Tomé-açu, divulgadas pelo escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Estes dois Órgãos oficiais atuam na assistência técnica aos plantadores de pimenta-do-reino na região.

Considerando que a produção do quilombola é o resultado da soma daquilo que ele extrai da floresta e do rio (castanha-do-pará, açai, bacaba, bacuri, peixes, camarão, etc.) e do que ele produz na lavoura (mandioca, arroz, milho e pimenta-do-reino), apenas a quota de seu consumo familiar recebe um beneficiamento caseiro sob seu domínio. O restante da produção é vendido “in natura” permitindo o surgimento de intermediários (atravessadores) que detêm maior lucratividade na comercialização ao beneficiar o produto. A mandioca é o único produto quilombola industrializado pelo produtor, que a transforma em farinha d’água, tapioca, tucupi e bejú. Mesmo assim, surge o atravessador no transporte e no retalhamento da farinha. Portanto, na comercialização da produção quilombola, o ator principal é a família quilombola, que vende

individualmente seu produto para um contingente de atravessadores que compram a preço baixo e revendem, obtendo lucros significativos. No atual perfil de Umarizal a roça de mandioca é a atividade que envolve quase a totalidade de seus moradores, com raríssima exceção, mesmo aqueles que se declaram servidores públicos, comerciantes, pescadores e outras profissões também têm sua roça de mandioca. Na roda de conversa com a presença do professor Doriedson Lopes Vieira, a comerciante Áurea Neri, o pescador Joanito Cruz, o carpinteiro Divaldo Vieira, o aposentado Firmino Vieira e outros moradores de Umarizal com quem aprofundi sobre o assunto, foram unânimes em dizer que é pelo fato de que, além da farinha de mandioca ser consumida sozinha na forma de “mão cheia”, mingau, chibé, caribé, carsão, farofa, ela é mistura obrigatória na alimentação dos moradores de Umarizal, que por costume, preferem a de sua própria fabricação. Disse o carpinteiro Divaldo Vieira: “A farinha é que mata a fome desse povo e a minha farinha é a mais gostosa daqui de Umarizal”. Ainda sobre o trabalho na roça, Pinto (2010, p. 97) explica que:

Um dado interessante deste povoado é que grande parte das mulheres é responsável pela chefia do lar. São comuns os casos de mulheres que assumem os filhos sustentando-os com o serviço da roça, enquanto seus companheiros trabalham nas fazendas vizinhas, principalmente do município de Tucuruí. Por outro lado, há várias mulheres que não constituem famílias com homens, criam os filhos sozinhas.

Economicamente em Umarizal, vive uma população pobre, sendo que a maior parte das famílias sobrevive com renda classificada pelo Cad-Único do Governo Federal, como abaixo da linha de pobreza. Neste contexto, Programas, as Políticas Públicas de Transferência de Renda (PPTR) como Bolsa Família, Seguro Defeso para pescador e pescadora, a Bolsa Universitária Quilombola, Aposentadoria Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), adquirem atualmente a dimensão de sustentabilidade local de grande importância. Senão vejamos o levantamento dos beneficiários de tais políticas no quadro (5) abaixo:

Quadro 5 – Dos beneficiários dos programas/PPTR na vila de Umarizal- 2021

Programas/PPTR	Número de Famílias	Número de Pessoas
Bolsa Família	305	
Seguro Defesa Pescador	-	480
Aposentadoria Rural	-	130
Bolsa permanência e alimentação Universitária Estudo Quilombola	-	96
Benefício de Prestação Continuada – BPC	-	12

Fonte: Produção do pesquisador.

Por conta deste cenário de pobreza, há mutirões de solidariedade na comunidade umarizaense, os quais este pesquisador teve a oportunidade de acompanhar várias redes de solidariedade que ajudam a mitigar a vida de pobreza dos quilombolas naquela Vila. Neste sentido, Pinto (1999) afirma que a população de Umarizal traz consigo os princípios de solidariedade e reciprocidade herdados da grande família do Quilombo de Paxibal. É muito comum a troca, a partilha de alimento entre moradores, às vezes ainda cru, muitas vezes já preparado, levado para vizinhos e parentes na hora das refeições em pratos ou em panelas, de sorte que as pessoas tenham um pouco de comida para aliviar a fome.

Vale destacar que a solidariedade se espalha para outras situações, como no caso de doença mais grave que requer um período acima de uma semana de tratamento. Em situação assim, foi possível testemunhar que se formam espontaneamente diversas redes de amparo na comunidade para ajudar a pessoa enferma ou, ainda, no caso de falecimento, a família enlutada. As pessoas se juntam em grupos para arrecadar nas casas doações em dinheiro, farinha e etc. Outras pessoas se dispõem a ajudar com os trabalhos na cozinha e limpeza na casa do doente ou falecido; outras acompanham o doente na viagem para tratamento fora da vila de Umarizal; Há os que organizam mutirões de trabalho para cuidar da roça e fazer a farinha de mandioca do doente ou da família do falecido nos oito primeiros dias de luto, que segundo a tradição quilombola no Umarizal, os parentes de primeiro grau do falecido devem se afastar do trabalho da lavoura. Foi interessante que na observação participante, este pesquisador pôde ver Idê Vieira, Bárbara Santos e outros universitários e alguns formados cotistas quilombolas de Umarizal, engajados na indução dessas atividades de solidariedade, inclusive inovando no uso da internet e redes sociais para coleta de doações.

O serviço de saúde é municipalizado no município de Baião, portanto cabe à Prefeitura Municipal administrá-lo. Na vila de Umarizal há uma Unidade Básica de Saúde (UBS Tia Zinha), inaugurada no ano de 2015, em substituição ao pequeno posto que antes funcionava. Esta UBS que serve toda população local e as localidades vizinhas, é mantida em funcionamento com os materiais fornecidos pela prefeitura, através da Secretaria Municipal de Saúde. Seu atendimento básico gira em torno de 600 a 700 pessoas por mês, sendo que as mesmas utilizam serviços como consultas médicas, pequenas suturas, curativos, serviço de enfermagem, controle de pressão arterial e diabetes, vacinas, prevenção e tratamento de verminose, pré-natal, distribuição de preservativos, aplicação de injetáveis. Quanto aos partos que costumavam ser feitos nas casas por parteira tradicional do lugar, mudaram, pois agora as parturientes estão sendo encaminhadas para hospitais nas cidades de Baião, Tucuruí ou Cametá, assim informou a coordenadora da UBS, Jennifer Lopes Serrão.

Atualmente trabalham nessa UBS um médico, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, cinco Agentes Comunitárias de Saúde, uma nutricionista nomeada coordenadora da UBS, três vigias, duas serventes e uma atendente administrativa. Sendo que, com exceção dos ACSs, de uma técnica de enfermagem e uma servente que são do quadro permanente efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, os demais que trabalham na UBS são contratados temporariamente pela Prefeitura de Baião. Importante ressaltar que a enfermeira e a coordenadora da UBS são filhas do lugar e que acessaram a universidade através das cotas quilombolas. Nisto se observa o retorno bastante positivo das políticas de acesso para os habitantes de Umarizal.

É comum na comunidade de Umarizal os seus habitantes recorrerem às benzedeadas e aos benzedores e às puxadoras e puxadores para tratamento de doenças como mau olhado, dores musculares, dentre outros. Nos casos de doenças graves ou ainda acidentes, os moradores buscam socorro nos hospitais localizados das cidades de Baião, Cametá e Tucuruí, onde existem serviço público de saúde bem mais equipados em relação a Umarizal. Abaixo, elaborou-se um quadro demonstrativo (6);

Quadro 6 – De benzedores e puxadores

Nome	Benzedor/benzedora	Puxador/puxadora
Eugênia		X
Firmino Vieira		X
Justina Lopes de Farias	X	X
Maranhão	X	X
Marciana Garcia		X
Neinaldo Dias Rosa		X
Raimunda Farias da Silva	X	X

Fonte: Produzido pelo pesquisador – 2021.

No setor educacional foi inaugurada em 2011, pela Prefeitura de Baião, em convênio com a Central Elétrica do Norte (ELETRONORTE), uma escola polo na Vila de Umarizal. Trata-se de uma unidade de ensino com infraestrutura grande e moderna, onde no ano de 2021, funciona pela prefeitura de Baião: o Ensino Fundamental regular (297 alunos/alunas matriculados); a Educação para Jovens e Adultos - EJA (119 alunos/alunas matriculados) e funciona também na Escola Polo, o Ensino Médio (128 alunos/alunas) no Sistema Modular de Ensino (SOME), vinculado à Escola Estadual de Ensino Médio Francisca da Costa Nogueira Ramos, com endereço na cidade de Baião. Esta, de responsabilidade do Governo do Estado do Pará. Há também em Umarizal, uma escola de Ensino Infantil, que conta com 82 crianças

matriculadas, e funciona em um prédio antigo da escola Deolindo Melo, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Baião.

É importante ressaltar que já existem 114 estudantes universitários (masculinos, femininos e outros), sendo que no levantamento feito durante a pesquisa, esses estudantes, na sua totalidade, acessaram o Ensino Superior por meio das cotas quilombolas. Na observação participante deu para verificar a existência na Vila de Umarizal, de um conselho escolar bem estruturado, composto por 10 representantes, sendo 02 professores; 02 servidores de apoio; 02 pais de alunos; 02 comunitários e 02 alunos. Esse conselho atua no controle social, no acompanhamento das atividades da escola, sobretudo na aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e da merenda escolar quilombola.

Observou-se também que na Vila de Umarizal, há um serviço comunitário de abastecimento de água gerenciado pela associação quilombola ACORQBU, que fornece diariamente 08 horas de água para o consumo nas residências, sendo que cada casa paga dez reais por mês por esse serviço. No entanto, nas visitas, foi observado que é muito comum os habitantes irem até ao Rio Tocantins para se banhar nas águas e também lavar roupas e louças.

Desde 2009, Umarizal possui energia elétrica que foi implantada pelo programa Luz Para Todos do Governo Federal, sendo contempladas todas as residências daquela Vila quilombola. Quanto ao transporte, a Vila é servida por três pequenos barcos de madeira que fazem uma viagem diária até a cidade de Baião, através do Rio Tocantins. Inaugurada em agosto de 2013, a travessia de balsa sobre o Rio Tocantins que liga à cidade de Baião (na margem direita) ao Porto da Balsa na localidade de Varginha (na margem esquerda) trouxe a partir de então, mais uma opção de transporte para a Vila de Umarizal. A balsa faz duas viagens diárias no sentido Baião - Varginha – Baião, transportando moto, carro, ônibus, caminhão e passageiros, através da estrada BR 422, conhecida também como Transcametá.

Umarizal também é servida por linhas de transporte de ônibus através da rodovia BR 422 (Transcametá) com viagens diárias para Cidade de Cametá e Tucuruí. Ressalta-se que apenas o micro-ônibus do “Saulo” que vai diretamente de Tucuruí até a vila de Umarizal, com viagens nos dias de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira. As demais linhas de ônibus que circulam de Tucuruí - Cametá - Tucuruí, não entram no ramal/estrada até a Vila, passam direto na rodovia, deixando os passageiros numa parada, na boca do ramal a 5 km da Vila de Umarizal.

Já no que se refere à comunicação, a comunidade conta com serviço de telefonia fixa e móvel e de internet, sendo que esses serviços são ainda de baixa qualidade e de pouca segurança. Na cultura, a população sempre foi ativa, assim como no esporte. Na infância que este pesquisador viveu lá e, nas inúmeras estadas em Umarizal, foi possível observar que a

comunidade sempre se mobiliza para fazer acontecer uma espécie de calendário de tradições de eventos esportivos e culturais. Estes são compostos por campeonatos de futebol masculino e feminino dos bairros, que acontecem de janeiro à maio; as festividades da Padroeira Santíssima Trindade dos Inocentes, que acontece no mês de setembro; o festival quilombola de Umarizal que se realiza na última semana do mês de setembro e a fornada do samba de cacete, promovida no mês de novembro. Esses, só para citar alguns dos mais divulgados, são os movimentos que ocorrem na área cultural e esportiva, com destaque para o samba de cacete, que costuma se manifestar nestas ocasiões e espontaneamente no cotidiano na comunidade. Por conta disto, o samba de cacete mereceu especial atenção, conforme segue.

3.6 O SAMBA DE CACETE, MANIFESTAÇÃO

A arte do samba de cacete de Umarizal é a expressão mais viva da força, da resistência e da ancestralidade dos Quilombolas da região. Pinto (1999, p.84) afirma ser o samba de cacete parte importante das ritualizações dos putiruns ou “convidados,” praticados no antigo quilombo de Paxibal. Putiruns estes, que para ela, “significavam a união de várias pessoas como a única e grande família que indistintamente associava trabalho e lazer”. A autora também explica que:

o samba de cacete é uma espécie de batucada com participação de todos os presentes naquele momento; é uma improvisação onde as músicas surgem livremente no momento ou então cantasse as já tradicionais passadas de uma geração para outra. Recebe o nome de samba de cacete porque os únicos instrumentos musicais são os troncos de pau com aproximadamente um metro e meio de comprimento escavado no interior - os tambores - tendo em uma das extremidades um pedaço de couro, e, quatro cacetinhos de madeira. No momento do Samba os batedores ou caceteiros, em número de 04 sentam-se em cima dos tambores, um de costa para o outro; o que fica do lado que tem couro batuca com as mãos e o que fica da outra extremidade bate com os cacetinhos. Os batedores ou caceteiros cantando as estrofes enquanto os dançarinos e as dançarinas, em tons uníssono, fazem o coro (PINTO, 1999, p.85).

A melodia, assim como a dança, começa em ritmo lento e vai evoluindo até tornar-se alucinante. A dança é solta, as mulheres geralmente giram em torno de si mesmas, gestualizando conforme a letra da música, se esquivando para que os cavalheiros não consigam tocá-las. Estes, por sua vez, gingando ao ritmo da música, tentam, sem sucesso, tocar os pés das damas. O samba de cacete também é conhecido na região do Tocantins como “siriá,” devido ao fato de sua música mais “tradicional” intitular-se “siriá.” (PINTO, 1999, p.85).

Não há uma rigidez de padrão, no que tange a vestuários e indumentárias usados pelos brincantes durante a dança do samba de cacete. Assim Pinto (1999, p. 85 – 86) continua descrevendo o samba de cacete de Umarizal:

O traje dos dançarinos são roupas comuns, usadas no seu cotidiano e inspiradas nas roupas simples dos escravos do eito no Brasil pré-abolição. As mulheres vestem, de preferência, saias franzidas, bem rodadas para facilitar os gingados, com estampas floridas de cores quentes e vibrantes, blusas de cores mais suaves, soltas com grandes decotes deixando à mostra o colo; os homens vestem camisas estampadas como as saias das damas, presa na frente só por um nó, que faz a junção da camisa, na espécie de abotoamento e, calça sem opção alguma de cor, enrolada até a metade da perna, tipo pescador. É bastante comum se dançar o samba de cacete na região do Tocantins descalço e embalados por muita cachaça, “a pinga”, responsável, quanto mais à noite avança rumo a madrugada, pela animação em forma de cantoria, risos e gritos eufóricos na sala. Uma espécie de alucinação coletiva, que faz extravasar, dores, tristezas, preocupações, cansaços físico e espiritual (PINTO, 1999, p.85-86).

Para Pinto (1999), o samba de cacete que no passado era, acima de tudo, uma saudação ao trabalho coletivo nos putiruns ou “convidados”, de ocorrência antes e depois de cada tarefa do roçado de mandioca, por exemplo o plantio. Era também uma saudação à alegria e à vida de homens e mulheres cujo cotidiano tem sido uma eterna luta pela sobrevivência. Na observação participante verificou-se que nos últimos vinte anos em Umarizal se organiza um grupo de homens e mulheres, adultos e crianças, que se identificam como “grupo de animadores do samba Recordação.” Tal grupo promove o samba de cacete a convite durante os eventos de formação e de luta, tais como seminários, cursos, exposições, festivais; etc., mas, sobretudo, promove o samba espontaneamente na comunidade, após os mutirões de trabalho e das frequentes rodadas de conversa do grupo. Portanto, o samba não é mais apenas uma dança de saudações e sim uma clara manifestação que recorda a ancestralidade e promove a cultura quilombola da região como forma de sustentabilidade da comunidade de Umarizal e comunidades vizinhas, enquanto remanescentes de quilombos.

Por ocasião da observação participante, foi possível acompanhar algumas ações do grupo, e constatar que “os animadores do Samba,” (Foto 3) é um grupo aberto para quem da comunidade quiser participar, já que não há escrito, nenhum regimento interno. Porém, as regras combinadas são seguidas por todos os seus integrantes. Atualmente o grupo, é composto por 144 pessoas, sendo 63 mulheres; 42 homens e 39 crianças e tem como metas imediatas, a conclusão do seu salão próprio do samba de cacete, obra que já vem sendo construída em mutirão há 3 anos, num terreno junto à reserva botânica “Castanhalzinho.” Neste lugar, pretendem implantar a primeira escola de samba de cacete da comunidade, a outra meta imediata do grupo. Segundo informantes (Francinaldo Vieira Cruz e Doriedson Lopes Vieira), lá serão realizados cursos e oficinas para ensinamento do samba de cacete e da história local, tudo aquilo que aprenderam com seus ancestrais e desta forma, não deixar o “samba morrer,” como também incentivar a luta pela sustentabilidade e pela cidadania no Quilombo de Umarizal.

Foto 3 – Mestre Manoel Camilo e crianças aprendizes do Samba de cacete



Fonte: produzida pelo pesquisador – 2021.

4 A POLÍTICA DE COTAS NO CONTEXTO DO QUILOMBO DE UMARIZAL

A luta para vencer a invisibilidade do povo negro vem de muito longe no Brasil. A história da formação da identidade positiva desta gente pode ser lida em quatro longas fases (PEREIRA, 2018). Sendo a primeira, do início da exploração econômica do território brasileiro, através da mão de obra escrava do povo negro, foram mais de três séculos de lutas deste povo pela Abolição tendo na centralidade objetiva, o reconhecimento pela sociedade de suas qualidades humanas de existir.

Na segunda, passo seguinte, mais algumas décadas após assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que pôs fim, oficialmente, à escravidão, o movimento negro amplia a sua pauta reivindicatória incluindo, a valorização do povo negro como objetivo legítimo a ser conquistado. Neste momento, segundo Oliveira (2013), acontece a Semana de Arte Moderna, que propôs um distanciamento da cultura tradicional europeia e se firmou como movimento de construção positiva do negro. Várias obras de arte foram feitas, valorizando o negro naquela ocasião. A terceira fase é marcada pelo surgimento de conflitos internos da chamada Frente Negra Brasileira, que culminou com sua precoce decadência.

Por fim, o quarto momento é marcado pela unificação do movimento negro para lutar pela plena cidadania, pelas políticas públicas afirmativas, dentre as quais, a política de reserva de cotas no Ensino Superior para negro quilombolas e indígenas, que já consta como uma das conquistas resultantes da persistente luta contra a escravidão e suas marcas recaídas sobre os descendentes dos escravos. Ao mesmo tempo, tal fato indica a evolução qualitativa de pauta complementar à abolição, e do próprio movimento negro unificado no Brasil, saindo da condição de cunho apenas biológico, para uma causa política brasileira pela cidadania.

De fato, nos anos de 1970 era crescente a mobilização nacional pela democracia do Brasil, que vivia sob regime de ditadura desde o golpe militar de 1964, sendo que na década seguinte, 1980, o movimento pela democratização se legitimou culminando na realização do Congresso Nacional Constituinte que resultou na promulgação da nova Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã.” Dessa forma, na esteira da redemocratização do país, Oliveira (2013, p.11) diz que o movimento negro converge para importantes mudanças no panorama nacional no tocante às políticas para os negros. É após a promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT que estes movimentos reforçam a ideia de reparação da abolição da escravatura como um processo inacabado e que perdura como uma dívida a ser paga.

É lúcido o que observa Moehlecke (*apud* Oliveira, 2013, p.11), quando afirma que os movimentos sociais passam a exigir uma postura mais ativa do governo perante as questões que envolvem raça, gênero e etnia para que ele crie medidas específicas para construir caminhos mais tolerantes e que convirjam para soluções. Neste sentido, surgem do engajamento político dos movimentos sociais as primeiras políticas de ações afirmativas no Brasil. Tais políticas públicas tem como foco reparar a longa relação injusta com os negros escravos e seus descendentes, o que culminou em uma enorme desigualdade na estrutura social e econômica que marca a sociedade brasileira. É o que se observa no trecho do citado autor:

Temos, a partir de então, a introdução de políticas de ação afirmativa no país com intuito primordial de reparar injustiças pretéritas para com a população negra. Em 1996, em Brasília, pelo Governo Federal, pela primeira vez se propõe a discutir políticas públicas focadas na ascensão do negro no Brasil. (MOEHLECKE *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 11).

Segundo Moehlecke (2002) o termo “ação afirmativa” chega ao Brasil eivado de sentidos diversificados, adquiridos na trajetória passada por inúmeros países onde estas políticas foram implementadas. Para Oliveira (2013, p. 12), as políticas de ação afirmativa:

Foram aplicadas com o objetivo de oferecer aos afrodescendentes a chance de participar mais ativamente da dinâmica e mobilidade social (MUNANGA,2003). Neste viés, estas políticas estariam, segundo Contins e Sant' Ana (1996, p. 2), estreitamente ligadas à luta pela "segregação e pela reivindicação da extensão dos direitos civis aos negros."

É esse entendimento de oportunidades, que traz munição para que seja analisada a política pública de cotas quilombolas de acesso às universidades no contexto do Quilombo de Umarizal. Busca-se compreender desta maneira, a interferência desta ação afirmativa no desenvolvimento e na sustentabilidade local.

4.1 ALGUMAS CONCEPÇÕES DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A primeira vez que a expressão “ações afirmativas” foi proferida na história já o foi para significar a necessidade de favorecimento de alguns grupos sociais inferiorizados culturalmente e em situação de desigualdade, em termos jurídicos, resultado dos preconceitos históricos. É certo que muitos autores relatam que o uso do termo teria ocorrido em 1965, no discurso do então presidente Lyndon Johnson, na *Howard University*. No entanto, Gomes (*apud* Haas; Linhares, 2012, p.842), destaca que houve tentativa de presidentes anteriores na implementação de medidas com objetivo da inclusão dos negros e indígenas na sociedade, assim ressalta que:

Embora a maioria dos autores cita o famoso discurso proferido pelo Presidente Lyndon Johnson, na *Howard University*, em 1965, como sendo a primeira vez que a ação afirmativa teria aparecido no léxico oficial americano, a verdade é que o instituto resulta das diversas tentativas de inserção jurídica dos negros na sociedade, levada a efeito desde a guerra civil. Vários presidentes tomaram iniciativas de medidas visando à integração dos negros, de Franklin Roosevelt a John Kennedy, tendo este último, inclusive, editado a Executive Order nº 10.925, de 6 de março de 1963, que cunhou a expressão “affirmative action”. Por outro lado, o próprio Estatuto dos Direitos Civis, que data de 1964, na sua Seção 706 (g), faz alusão ao tema (HAAS; LINHARES, 2012, p. 842).

Gomes, *apud* Haas; Linhares (2012, p.839), também deixa claro que a História acabou levando negros e pobres a uma educação de qualidade inferior, quando comparada com a educação do povo branco, pois o Brasil terminou “dedicando recursos materiais, humanos e financeiros voltados à educação de todos os brasileiros a um pequeno contingente da população que detêm a hegemonia política e socioeconômica do País – a elite branca.”

Assim, o conceito moderno de ação afirmativa recai sobre o entendimento que existe a necessidade de remediar uma situação indesejável socialmente. Moehleck (2002, p. 202) traz Janes Jones Jr. para explicar que a questão não é formulada em termos da identificação individual de culpados e vítimas; ela relaciona-se, antes, à conformação de um problema social existente. Desta forma, nessas breves notas introdutórias, é possível observar o alvorecer de um movimento que se refletiu em todo Brasil, um olhar para as ações afirmativas em favor dos

menos favorecidos, em especial os negros. Nesse prisma, no Brasil surgiu a discussão sobre o tema em tela, em princípio nas Universidades, depois ecoando para toda sociedade. Assim, Haas; Linhares (2012, p. 843) abordam a chegada desse movimento no Brasil afirmando que “embora a ação afirmativa seja desconhecida da grande maioria da sociedade, o assunto começa ser explorado no campo acadêmico, cujo debate em torno da temática tende a se intensificar.”

Corroborando com a discussão proposta, recorre-se à Santos (*apud* MOEHLECKE, 2002, p. 204), regressando para os anos de 1968, quando o Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho determinaram percentagem para negros no âmbito do trabalho, momento no qual:

Manifestaram-se favoráveis à criação de uma Lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda), como única solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho. (MOEHLECKE, 2002, p.204)

Assim, em um país como Brasil, etnicamente distinto, é um assunto que reflete nas rodas de discussões tanto na sociedade quanto na formação das Leis. Para reforçar o movimento por igualdade há que considerar que a Constituição Federal de 1988, considerada uma constituição cidadã, abarcou princípios fundamentais em seu texto, como da Dignidade da Pessoa Humana e da Igualdade. Nesse sentido, em seu artigo 5º estabelece que: Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Logo, é de se notar que, nesse momento, a lei maior acaba tendo um outro olhar sobre a sociedade, buscando a igualdade na sociedade. Pode-se entender, portanto, que o discurso ganha um espaço, pois:

um primeiro aspecto importante é com relação ao princípio de igualdade, como aquele que tem servido de base de todas as sociedades democráticas, como aquele que tem servido de base a todas as sociedades democráticas ou em vias de democratização. (SILVÉRIO, 2002, p. 220).

Para Haas; Linhares (2012), a consolidação do princípio constitucional da igualdade “apresenta-se para o poder público como objetivo que deve ser consolidado a partir de dois enfoques: proibição da discriminação e adoção de medidas concretas que reduzam a desigualdade.” Em outra linha de argumento, a autora Moehlecke (2002, p.205), enlaçada pela promulgação da citada constituição veio firmar o entendimento de que é preciso acrescentar discussões sobre “a proteção ao mercado de trabalho da mulher, como parte dos direitos sociais, e a reserva percentual de cargo e empregos públicos para deficientes.”

No Brasil, surgiram algumas formas de mitigar as desigualdades sociais vividas pelos negros, entre elas estão as políticas afirmativas, ou também chamadas de cotas raciais nas Universidades. Para Haas; Linhares (2012), as ações afirmativas constituem instrumentos de concretização da igualdade material. Neste sentido são, portanto, políticas públicas que dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à Educação e ao mercado de trabalho. Silva (2003), de modo complementar, disserta que a ação afirmativa é uma iniciativa essencial de promoção da igualdade para as pessoas negras de combater o racismo e efeitos duradouros de ordem psicológicas.

O exposto anterior ganha forma na obra de Jones (*apud* SILVÉRIO, 2002, p. 231), a qual menciona como ações afirmativas no sentido de “ações públicas ou privadas, ou programas que provêm ou buscam prover oportunidade ou outros benefícios para pessoas, com base, entre outras coisas, em sua pertença a um ou mais grupos específicos”. Há que se mencionar que o surgimento do movimento Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, ocorrido em 20 de novembro de 1995, teve um papel importante na narrativa das ações afirmativas no Brasil. Moehlecke (2002, p. 205), acentua que:

representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais à empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial.

Nesse sentido, os primeiros diálogos jurídicos acerca das ações afirmativas, aparecem na legislação trabalhista de 1935 (*The 1935 National Labor Relations Act*), como fundamento semelhante. Para Silvério (2002, p. 231), “elas podem e devem ser empregadas para a promoção de maior diversidade social, uma vez que essas políticas podem propiciar a ascensão e o fortalecimento de grupos sub-representados nas principais posições da sociedade.”

As abordagens apresentadas sobre ações afirmativas, passaram pelo legislativo com foco de eternizar no ordenamento jurídico, com objetivos e finalidades, na busca pela igualdade entre raças, no que concerne ao acesso à Universidade, efetivando o princípio da igualdade. Portanto, as ações afirmativas assim como definidas acima, ajustam-se perfeitamente como reparação histórica, diante da realidade brasileira de discriminação racial e de desigualdades socioeconômicas, resultantes do longo sistema de escravidão a que os afrodescendentes foram submetidos neste País. Diante disso, Haas; Linhares (2012, p. 844), salientam que as ações afirmativas devem seguir objetivos que põem os bastidores de sua criação, assim enumerados:

Necessidade de se combater a discriminação que ocorre em certos espaços da sociedade; Necessidade de se reduzir a desigualdade que ocorre em certos espaços da sociedade; Transformação social; Finalidade de acesso à escola e ao mercado de trabalho; Finalidade da busca da integração dos diferentes grupos sociais em espaços sociais existentes, mediante a valorização da diversidade cultural que formariam.

Destaca-se, ainda, o entendimento Taylor (*apud* MOEHLECKE, 2002, p. 201), que corroboram com o exposto anteriormente, ao ressaltarem que as ações afirmativas não estão relacionadas, especificamente, à políticas compensatórias redistributivas, já que exigem “que a carência socioeconômica dos indivíduos seja identificada como consequência da discriminação racial, étnica ou sexual, seu problema central.” Desta maneira, é possível observar que diversas ações afirmativas foram elaboradas ao longo da história do Brasil, para aqueles considerados desiguais como negro, idoso, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros.

Argumentação semelhante verifica-se em Silvério (2002, p. 232), o qual contribui dizendo que “na primeira perspectiva, a ação afirmativa reparatória (compensatória) teria a função de ressarcir os danos causados, tanto pelo poder público quanto por pessoas físicas ou jurídicas, a grupos sociais identificados ou identificáveis.” O citado autor ainda ressalta que as chamadas discriminações reversas, ou seja, uma discriminação que parte de uma minoria para maioria, cooperam com assunto em tela, no sentido de que, a penalidade deve ser voltada somente para aqueles responsáveis, ao passo que as vítimas reais, identificadas especificamente, sejam total ou parcialmente ressarcidas, a fim de evitar o descrito como discriminação reversa.

Diante do exposto, as ações afirmativas são medidas tomadas para colocar em condição de equanimidade, pessoas ou grupos sociais marginalizados da sociedade, em um contexto de desigualdade social, econômica e política. Esses tipos de ações, no Brasil, têm ocorrido em diversos setores, como resultado de longas lutas do movimento social. Algumas já consignadas em Lei, tais como: a Lei 9504/97, que garante reserva de cotas de 30% das vagas para candidatas mulheres em cada eleição proporcional, visando aumentar representação da mulher nas casas legislativas; a Lei trabalhista 8.112/90 e a 12.990/2014, que estabelecem percentual de 20% vagas em concurso público para portadores de deficiência e para negros, visando aumentar a presença dessas pessoas em cargos do serviço público, e na Educação, a Lei 12.711/2012 que reserva cotas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas portadoras de deficiência nas universidades federais.

Outras ações afirmativas são ainda interpretativas da Lei, como é o caso da política de reserva de cotas universitárias para quilombolas, que apesar de não estar explícito o termo quilombola na lei 12.711, as universidades assim interpretam, e com fulcro na autonomia que a

Constituição Federal de 1988 lhes resguarda, vêm adotando como política inclusiva, compensatória e reparadora nas comunidades quilombolas, permitindo ingresso na universidade de pessoas dessas comunidades, através dos Processos Seletivos Especiais para indígenas e quilombolas - PSE. No Pará, no que tange aos povos quilombolas, a Universidade Federal do Pará – UFPA, pressionada pelo movimento negro paraense urbano, sob a liderança do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA, realizou em 2013 o PSE, 2013.1 (Campos, 2016, p.79). Em seu primeiro vestibular especial para esse público, a instituição deu início à implantação desta ação afirmativa, que foi seguida nos anos posteriores pelas demais instituições: Instituto Federal do Pará – IFPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, e Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Nota-se, portanto, que esta Ação afirmativa teve grande repercussão nas comunidades tradicionais, entre elas, as comunidades que pertencem ao Quilombo de Umarizal. Haas; Linhares (2012, p. 845) reforçam o entendimento da importância da política de cotas quando afirmam que a adoção do sistema de cotas pelas instituições reforça a “possibilidade concreta de inclusão de grupos, seja por critérios socioeconômicos ou étnicos.”

Neste contexto, os povos quilombolas de Umarizal fizeram da política de cotas de acesso às universidades, entre as ações afirmativas, a mais demandada por eles, razão pela qual desperta a curiosidade deste pesquisador para entender a interferência desta política no desenvolvimento e na sustentabilidade da Comunidade remanescente de quilombo.

4.2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA POLÍTICA DE COTAS DE RESERVA DE VAGAS

É sabido que os negros e indígenas sofreram (e ainda sofrem) as consequências com o processo de colonização no Brasil, e que durante muitos anos foram escravizados e excluídos da sociedade, visto apenas como objetos de trabalho, sem direito de participar do coletivo, quiçá gozar dos direitos civis. A condição da população negra encontra-se enraizada na questão histórica que, perpassados por diversos momentos de escravidão deixaram sequelas de desigualdade social para os povos antes dominados, os quais por muitos anos foram excluídos das políticas públicas, vivendo às margens da sociedade.

Nesse viés, Haas; Linhares (2012), destacam que as ações afirmativas com enfoque nas questões de acesso ao ensino, como as cotas nas universidades surgiram como intuito de mitigar o abismo social existente entre negros e brancos. Algumas Universidades, entre elas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade de Brasília - UNB, com

objetivo de promover a inserção de políticas de igualdade sob prisma racial no Ensino Superior, encabeçaram projetos de implantação de cotas para negros, visando garantir a igualdade.

O alegado ganha forma no discurso de Moehlecke (2002), que realça o sentido afirmado anteriormente quando estatiza que “o mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual ou não, e de forma mais ou menos flexível.” Haas; Linhares (2012, p. 850) apontam que após o resultado do vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, em 2003, cresceu o debate em torno da implantação das cotas para negros, e como destacam os autores:

apesar de todas as iniciativas de políticas de ações afirmativas direcionadas para a questão do acesso ao ensino superior público brasileiro terem alimentado o debate sobre a utilização do sistema de cotas, foi apenas em 2003, ao ser publicado o resultado do vestibular da UERJ, que a polêmica sobre a adoção ou não de cotas nas universidades públicas brasileiras tomou nova dimensão.

Neste seguimento, alguns Estados como o Rio de Janeiro sancionaram Leis para implementação das ações afirmativas de cotas raciais, a título de exemplo, destaca-se as Leis Estaduais n. 3.524/00 e n. 3.708/02, utilizadas de forma unilateral pelos Estados. Segundo Haas; Linhares (2012), são dessas legislações as primeiras iniciativas para criação do sistema de reserva de vagas por cotas no Ensino Superior brasileiro, que assim estavam textualizadas:

Para candidatos pertencentes à população negra e parda, para portadores de deficiência física e para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, reservando-se o percentual de 40% das vagas gratuitas da Uerj e da Uenf a pessoas integrantes dos referidos grupos. (HAAS; LINHARES, 2012, p. 850).

Os autores nos lembram também que, foi durante a revisão das Leis acima mencionadas que se acrescentou o critério de carência econômica para que afrodescendentes pudessem usufruir das cotas para ingresso na UERJ e na UENF. Fato este, que levou ao debate, inicialmente entre os educadores e hoje já presente no movimento negro, sobre a questão da permanência do aluno cotista nas universidades brasileiras. Outro ponto importante é que essas instituições de ensino precisaram enfrentar o problema da falta de condições para que o aluno cotista se mantivesse financeiramente e de outros recursos que necessitam para acompanhar o seu curso e permanecer na universidade. Como Haas; Linhares (2012, p. 852) destacam:

A criação de condições de acesso por via de políticas de ações afirmativas para que determinados grupos sociais e/ou raciais ingressem nas universidades, seja mediante a implantação de um sistema de cotas, seja por meio de outras modalidades, deve vir acompanhada de um programa sistemático de apoio acadêmico. O debate interno torna-se imprescindível às universidades públicas promotoras de ações inclusivas, com vista adotar condições efetivas de permanência para que os estudantes beneficiados não engrossam sem as estatísticas de evasão do ensino superior brasileiro.

Os critérios que foram utilizados para filtrar os candidatos se tornaram também um dos elementos centrais no debate de implantação da política de cotas. A autodeclaração baseada no tom da cor da pele, não seria um critério suficiente para acessar as cotas universitárias, pelo que argumenta Carvalho (*apud* HAAS; LINHARES, 2012, p. 854), já que “pardo é um termo que carrega ambiguidade, pois muitas pessoas de pele morena, não discriminadas racialmente, podem declarar-se pardas”. Diante da atitude de implantação das ações explanadas acima, na modalidade sistema de cotas para negro, abarca uma grande discussão sobre que critérios seriam utilizados para filtrar os candidatos em relação aos negros, brancos e pardos, haja vista que o Brasil é um país miscigenado. É notório nesse impasse que a forma utilizada de autodeclaração como acima dito, seria um método frágil, o qual poderia ser facilmente burlado. Vale destacar que tal método é hoje adotado pelas Universidades, tendo em vista, previsão legal (art. 5 da Lei 13.409/16).

Há que se ressaltar que há autores brasileiros que não coadunam com a política de cotas raciais, entendendo-a como forma de discriminação. Contudo, concorda-se com Tragtenberg (*apud* HAAS; LINHARES, 2012, p. 847) que “a política de ação afirmativa não deve ser entendida como medida contra brancos, mas como remédio transitório e paliativo enquanto durar o racismo brasileiro que gera disparidades socioeconômicas.” Para Haas; Linhares (2012, p. 849) os defensores desta política concordam que:

As ações afirmativas simbolizaram medidas compensatórias destinadas a aliviar o peso de um passado discriminatório; Ação afirmativa refere-se à própria exigência de uma educação voltada para valores e para promoção da diversidade étnico-racial, considerando-se que o objetivo maior do processo educacional é o pleno desenvolvimento da personalidade humana, guiado pelo valor da cidadania, do respeito, da tolerância e da pluralidade, afirmando-se como legítimo o interesse da universidade em promover a diversidade étnico-racial. Pela ordem político-social, em se pretendendo uma sociedade mais democrática, com a transformação de organização políticas e institucionais, o título universitário ainda remanesce como um passaporte para ascensão social e para a democratização das esferas de poder, com o “empoderamento” dos grupos historicamente excluídos; assim, para ampliar o número de afrodescendentes juízes, advogados, procuradores, médicos, entre outras categorias profissionais, o título universitário é essencial.

Ao passo que os opositores das cotas raciais nas universidades, fundamentam suas discussões nos seguintes argumentos destacados abaixo:

É possível promover ações afirmativas sem instaurar sistemas de cotas injustos; em vez de compensar as dificuldades sociais por privilégios (vagas reservadas) é melhor insistir sobre critérios para avaliar corretamente o mérito dos alunos; por exemplo, os que conseguissem se destacar como os melhores alunos do secundário público teriam direito a uma consideração especial, pois os resultados sendo equivalentes, é provável que seus méritos fossem superiores aos de alunos favorecidos socialmente. Os programas de ações afirmativas são paliativos e não alteram a justiça distributiva na sociedade brasileira; o modelo norte-americano não seria a solução para o contexto

político brasileiro, já que poderia provocar uma discriminação ‘reversa’. Haveria a queda do padrão de qualidade das universidades públicas em decorrência do ingresso de estudantes com formação educacional deficiente, com possibilidade de marginalização e segregação dentro da própria instituição, com a formação de grupos de alunos inseridos e excluídos.

Versão que ganha força na obra de Guimarães (*apud* SILVÉRIO, 2002, p. 237), que sublinha três direções, semelhantes ao alegado acima:

As ações afirmativas significam o reconhecimento de diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros, o que contraria o credo nacional de que somos um só povo, uma só raça. Há aqueles que veem em discriminações positivas um repúdio aos princípios universalista e individualista do mérito que orienta a vida pública brasileira e tem sido a principal arma contra o particularismo. Para outros, simplesmente, não existem possibilidades reais de implementação dessas políticas no Brasil.

Para Silvério (2002), no primeiro caso a negativa de reconhecer a existência formal da discriminação racial, quando ela é denunciada e comprovada, transmuta-se na afirmação de que ela não pode existir porque não somos brancos, porque somos todos mestiços. Percebe-se, com isso, que são muitos os argumentos levantados pelos que são avessos às cotas raciais nas universidades, destacando argumentos relevantes para esse trabalho. Desse modo, argumentam a questão dos “privilégios,” ao se referirem às reservas, no entendimento que não seria uma forma de compensação da lacuna existente entre negros e brancos, quanto ao acesso as universidades. Ao explorar esse argumento, percebe-se que o fato do merecimento do aluno considerado excelente no Ensino Médio passa despercebido, pois para esses esforços não possui reservas nas universidades, demonstrando que apenas a cor é o que conta.

Entretanto, ao elaborar as cotas raciais para acesso à universidade, como já explanado acima, se buscou minimizar um cenário de desigualdade no ensino, devido a questão racial, à medida que a maioria dos negros e pardos não possuem as mesmas oportunidades de introdução ao ensino dos que são declarados brancos. Assim, nas breves notas acima, frisou-se o argumento de que as reservas de cotas raciais seriam medidas sem eficácia para solucionar problemas históricos com a questão da compensação dos anos de segregação sofrida pelos negros escravos, o alegado não é confirmado quando se observa os argumentos dos que defendem as cotas raciais, no sentido que menciona ser este um meio de negros e pardos terem a possibilidade de obter uma profissão antes dominados por brancos.

Conforme pesquisa realizada pela Universidade de Brasília, sobre alunos cotistas e não-cotistas e seus rendimentos nos estudos, de forma sucinta, observou-se que não há uma grande disparidade de desempenho no que se refere à vida acadêmica, pois os cotistas apresentaram desempenho acadêmico percentualmente alto.

Compreende-se que os objetivos da reserva de cotas raciais nas universidades, se compõem sobre o fato de ser uma ação afirmativa de compensação de séculos de escravidão, que refletem nos dias de hoje e que seriam estas medidas temporárias para tentar igualar a questão do acesso às universidades por todas as raças sem distinção. Neste sentido, Haas; Linhares (2012, p.855), abordam o seguinte: “Além disso, tem o mérito do estabelecimento de uma meta temporal que, uma vez alcançada, poderá fundamentar reavaliações, ajustes e demais ações corretivas”. Essa situação provisória seria fundamentada, enquanto persistir o racismo, todavia, é sabido que isso está longe de acabar, na medida que, observamos o racismo enraizado na sociedade.

Desta forma, as universidades no Brasil, antes da Lei 12.711/12, como já mencionado anteriormente, já utilizavam as reservas de cotas raciais no ingresso dos estudantes nos seus cursos. Para Haas; Linhares (2012), isto constitui um marco das ações afirmativas de cunho racial no Brasil, pois:

quanto às políticas de promoção e implantação da igualdade sob o recorte exclusivamente racial no Ensino Superior, levadas a termo por várias universidades em razão da definição de cotas para negros, há casos em que se desenvolvem projetos isolados de acesso e permanência de estudantes negros, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Uerj, a UnB e a Universidade de São Paulo (USP). Como aponta Silva (2003, p. 28), desde o segundo semestre do ano de 2002, as universidades estaduais do Rio de Janeiro, Uerj e Uenf, e a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) vêm adotando importantes iniciativas na área específica de cotas para estudantes negros.

Vale destacar aqui que foi promulgada a Lei 12.711/12, em agosto de 2012, em seu texto previa a reserva de 50 % das vagas por curso nas diversas universidades federais e institutos federais, proveniente de Ensino Médio Integral em escolas públicas. A citada Lei assim é textualizada:

Art. 1º As instituições federais de Educação Superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Brasil, 2002).

Vê-se, pois, que em 2016, houve uma modificação na Lei ao norte, pela Lei n. 13.409/16, que institui que:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016).

Ademais, quando foi consolidada a autodeclaração como forma de diferenciação de raças, a Lei assim preconiza:

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. BRASIL, 2016)

Ao par destas premissas, é possível identificar que, ao longo do tempo, mesmo com diversos grupos de estudiosos que são contra o sistema de cotas, no ordenamento jurídico tal política ganha cada vez mais força, com o aumento de previsão legal em favor das cotas raciais nas universidades, em busca da efetivação e concretude da tão chamada igualdade.

Nesse contexto é de se notar que a previsão legal, assim como o princípio da igualdade perfaz um entendimento que devem tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, a vista que, assim pode-se abarcar a igualdade total. Assim, para aqueles que são a favor desse contexto, à medida que procura corrigir uma situação real de discriminação, a Lei e sua aplicação tratam a todos igualmente, sem levar em conta distinções (MOEHLECKE, 2002, p. 212).

4.3 OS ESTUDANTES COTISTAS DO QUILOMBO DE UMARIZAL

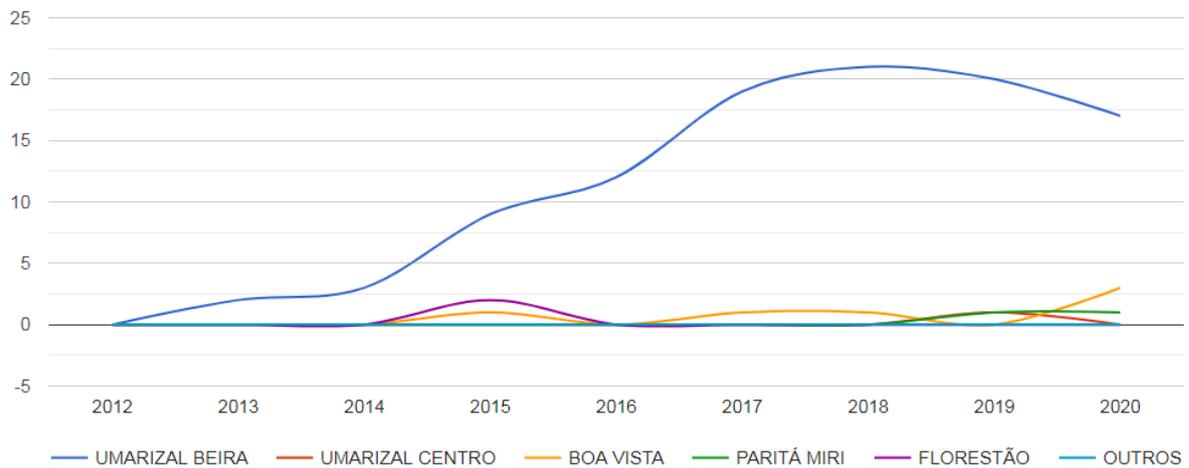
Na pesquisa de campo fez-se um levantamento e mapeamento dos estudantes universitários das comunidades remanescentes de Quilombo do Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri, Florestão e outros residentes, que compõe ACORQBU. O objetivo era coletar dados sobre ao quantitativo de ingressos no Ensino Superior por meio dos processos seletivos especiais para quilombolas, no período de 2013-2020. É possível verificar o universo de alunos quilombolas universitários do Quilombo do Umarizal e estabelecer a amostragem desta pesquisa. O quadro 4 e o gráfico 1 mostram o resultado deste levantamento:

Quadro 7: Ingresso em curso superior de estudantes cotistas quilombolas do Quilombo de Umarizal - 2013 a 2020

COMUNIDADE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UMARIZAL BEIRA	-	2	3	9	12	19	21	20	17	103
UMARIZAL CENTRO								1		1
BOA VISTA				1	-	1	1	-	3	6
PARITÁ MIRI					-	-	-	1	1	2
FLORESTÃO				2	-	-	-	-		2
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL										114

Fonte: Produzido pelo pesquisador – 2021

Gráfico 2 - Ingresso na universidade de estudantes cotistas quilombolas do quilombo de Umarizal (2012-2020)

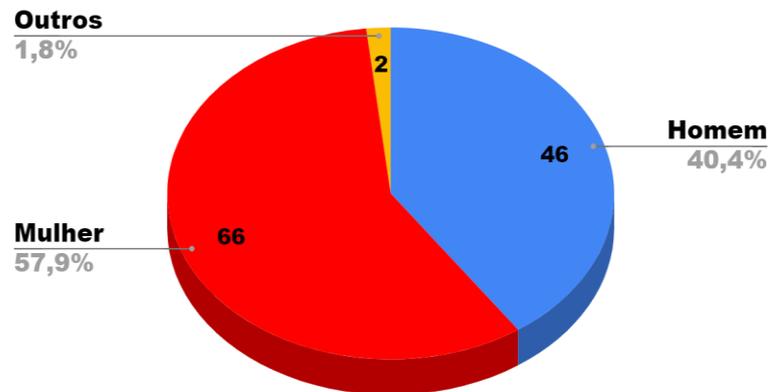


Fonte: Produzido pelo pesquisador - 2021

Observando os dados expostos no gráfico 1 acima é possível compreender que as políticas afirmativas de cotas se iniciaram no ano de 2013, com o número reduzido de ingressantes, mas que ao longo dos anos apresentou um significativo avanço, mesmo com a vigência da Lei nº 12.711/12. Apenas um ano depois o Quilombo do Umarizal começou a usufruir com ingresso de estudantes nas políticas positivas de cotas quilombolas das Universidades Públicas.

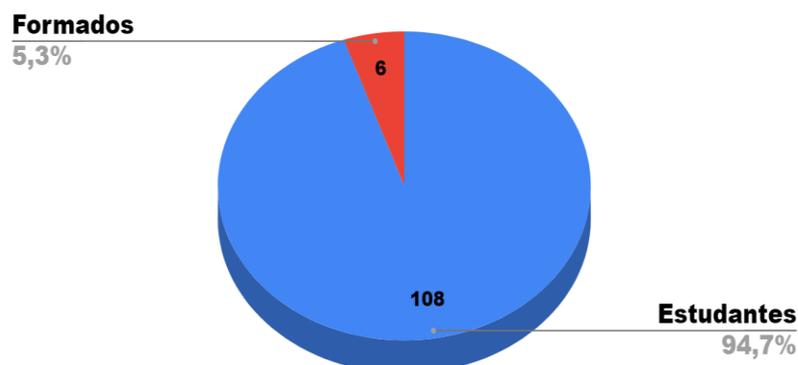
Nesse compasso, depois do acesso aos primeiros estudantes nas cotas quilombolas das universidades e com o acréscimo de ingresso dos quilombolas do Umarizal, no que concerne ao quesito gênero os dados foram organizados conforme o gráfico 2 a seguir:

Gráfico 3 - Ingresso na universidade de estudantes cotistas quilombolas do Quilombo de Umarizal- (2012-2020), por gênero



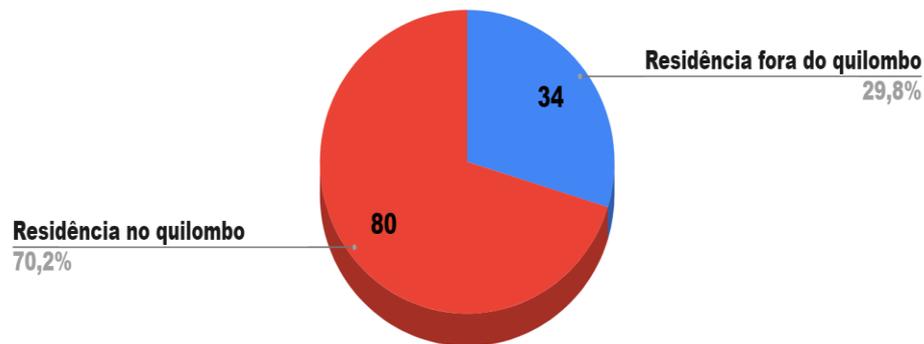
Conforme o gráfico 2 acima, frisa-se que 46 cotistas são homens, 66 mulheres e 2 outros (sem definição de gênero). Assim, é notório que existe uma grande diferença quantitativa entre os gêneros, sendo o gênero feminino expressivamente maior, pautado no contexto que os homens possuem uma cultura forçada de logo cedo ir para o trabalho braçal nas fazendas circunvizinhas ao quilombo, tal situação acaba se refletindo no número menor de homens cotistas. Nesse cenário, com o passar dos anos e com a conclusão do curso superior dos primeiros estudantes do Quilombo do Umarizal ingressantes da universidade através das cotas, assim, foi possível representar os dados por meio do gráfico 3 a seguir:

Gráfico 4 - Estudantes universitários e estudantes formados, cotistas do Quilombo de Umarizal (2013-2020)



Verifica-se que até o momento apenas 06 dos cotistas concluíram nível superior e 108 ainda são estudantes, parcela significativa no contexto geral. Assim, com ênfase nas informações acima, não menos importante, destacamos que do grupo de estudantes cotistas do quilombo do Umarizal, existem alguns estudantes que não são mais residentes e domiciliados no quilombo, nesse sentido destacamos o gráfico 4 abaixo:

Gráfico 5 - Estudantes Universitários cotistas quilombolas do Quilombo De Umarizal por residência (2013-2020)



No quadro 8 é possível verificar os cursistas de Umarizal, bem como os cursos e instituições:

Quadro 8 - Universitários cotistas Quilombolas já Formados do Quilombo de Umarizal (2013 – 2020)

NOME	CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Ana Paula Pinto Cardoso	Língua Portuguesa	UFPA
Aurione Miranda da Costa	Enfermagem	UFPA
Daniela Farias Cruz	Psicologia	UFPA
Daryane da Cruz Machado	Medicina	UFPA
Jhennefer Lopes Serrão	Nutrição	UNIFESSPA
Paula Menezes Baia	Direito	UNIFESSPA

Fonte: Produzido pelo pesquisador - 2021

De acordo com os dados quantitativos dos estudantes cotistas do quilombo do Umarizal, como demonstrado acima, o número maior de estudantes cotistas reside dentro do quilombo. Ressalta-se que um pouco mais de um terço dos ingressantes cotistas estão residindo fora do quilombo e, segundo os informantes dessa pesquisa, isso se justifica pelo forte êxodo rural que ocorreu nas décadas 1980 e 1990, quando várias famílias saíram de Umarizal para cidades como Baião, Cametá, Tucuruí e Belém, motivados pela busca de escolas para seus filhos darem continuidade aos estudos.

Na evolução dos efeitos das cotas quilombolas nos demonstrativos acima, é nítido que o número, gênero e formados já demonstram, o que também foi visto na observação participante, um efeito positivo na comunidade em relação à oportunidade de ter uma formação, ou até mesmo uma perspectiva de conclusão de um nível superior. Neste cenário de grande demanda, a interferência da política de cotas universitárias no Quilombo de Umarizal, do ponto de vista quantitativo individual das pessoas já representa uma conquista extraordinária. Porém, o que se vê em termos qualitativos de vida coletiva na comunidade local, ainda é uma incógnita de um problema a ser entendido com objetividade. Daí o porquê desta pesquisa ter estabelecido como objetivo geral, analisar como a política pública de cotas para negros quilombolas nas universidades interferem no desenvolvimento e na sustentabilidade do Quilombo de Umarizal e nos seus territórios na zona rural. Desta maneira, procurou-se entender o problema, que tipos de avanços ocorrem e como ocorreram, a partir da política pública de cotas para negros nas universidades no quilombo de Umarizal no município de Baião/PA, no período de 2013 a 2020. Esta política, trata-se de um programa educacional especial que nas comunidades tradicionais historicamente excluídas como Umarizal, vai além do que permitir ingresso de estudantes nas universidades, mas pode refletir-se positivamente na qualidade de vida das comunidades quilombolas, no desenvolvimento e na sustentabilidade local.

5 A POLÍTICA DE COTAS PARA ALÉM DO ACESSO DOS QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE: FOMENTO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE LOCAL NO QUILOMBO DE UMARIZAL

Como conquista de muitas lutas do movimento negro brasileiro, destaca-se a Lei 12711/12 que instituiu a política pública de cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, com vista permitir acesso a esse nível acadêmico. É uma conquista porque muitos segmentos sociais que historicamente foram/estiveram excluídos pela política educacional brasileira convencional, como os indígenas e os afrodescendentes, cujo seus ancestrais foram submetidos há mais de 380 anos de escravidão no Brasil, puderam ter reconhecido o direito ao acesso à Educação Superior. A referida Lei trata-se, portanto, de uma ação afirmativa como se expressa no seguinte artigo:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016)

Neste cenário de tamanha desigualdade, a política pública de cotas tem se mostrado eficiente no sentido de oportunizar o acesso à universidade de inúmeros indivíduos pertencentes a segmentos historicamente excluídos da sociedade brasileira, como é o caso das comunidades quilombolas. Esta seção busca, por isso, verificar como a política de cotas vem se refletindo no quilombo de Umarizal.

5.1 A CONEXÃO DA POLÍTICA DE COTAS COM O DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE LOCAL DOS QUILOMBOS: PERCEPÇÃO, PARTICIPAÇÃO E VIVÊNCIA

A população de Umarizal experimenta os avanços de desenvolvimento local que perpassa pelo fortalecimento da identidade, da ancestralidade e do grupo étnico quilombola. Para os seus habitantes, está mais forte a percepção de avanço trazido pela política de cotas universitárias quilombola para aquele Quilombo. Avanço importante capaz de enfrentar a dura realidade da pobreza e do preconceito racial e de origem, que historicamente foi imposto aos seus moradores, os quais até mesmo sentiram acanhamento e vergonha em ser quilombola, tal como relata o senhor Domingo Vilhena:

Essa cota para estudante quilombola na universidade veio desavergonhar a gente preta daqui do Umarizal, desse pedaço de torrão, dessa comunidade. Meu nobre, antigamente por aqui a gente tinha era medo, tinha raiva, tinha muita vergonha de ser chamado de preto do quilombo. Acho que por conta de tanto sofrimento que era [...] agora não mais, até branco já gosta de ser quilombola eu imagino que seja por causa da universidade que veio pra essa terra da santíssima Trindade do Inocentes nossa padroeira e de todo esse povo. Eu já tenho três netos na Universidade graças a Deus as coisas estão melhorando aqui no Umarizal. (DOMINGO MACHADO VILHENA, 26-09-2019).

No levantamento feito no quadro de sócios da ACORQBU, de 1999 (ano de sua fundação) até 2013 o número de inscritos chegou ao número de 306 associados, apesar dos “esforços de busca ativa aplicados pelos diretores,” conforme afirmou Hélio Vieira, atual Secretário da entidade. De 2014 a 2021, o número de sócios inscritos mais que quintuplicou, chegando a 1.730 associados, o que indica forte interesse por parte dos moradores de pertencimento à identidade quilombola. Segundo Hélio Vieira (2021), o aumento de demanda está “diretamente conectado a chegada” no quilombo de Umarizal da política educacional de cotas quilombolas de acesso à universidade.

Os estudantes cotistas e líderes quilombolas que participaram da pesquisa refletem o sentimento comunitário com a percepção de avanço no fortalecimento de vínculo identitário quilombola conectado ao ingresso de estudantes de Umarizal na universidade. Avanços foram

percebidos em outros setores como na saúde, educação, desenvolvimento, na organização da associação quilombola, bem como na produção de alimentos e renda. Para os informantes, estes avanços são classificados como melhorias que já ocorreram no quilombo de Umarizal e estão umbilicalmente conectados ao ingresso de estudantes de Umarizal nas universidades, através das cotas quilombolas como apresentado no quadro 9 abaixo, que apresenta uma síntese das principais percepções de avanço/melhorias promovida pelas cotas universitárias quilombolas no Quilombo de Umarizal, no período de 2013 a 2020.

Quadro 9 - Principais percepções de avanço/melhorias

GRUPOS	PERCEPÇÃO	AVANÇOS
Grupo 1	Unanimidade dos 40 participantes da pesquisa	Fortalecimento de vínculo de identidade quilombola.
Grupo 2	(Doriedson Lopes Viera 52 anos, Mateus Vilhena Rodrigues 22 anos, Matheus da Silva Costa 24 anos e Idê Maria Vieira Cruz 32 anos)	Perceberam também avanços e melhorias na saúde e na educação.
Grupo 3	(Assis dos Santos Meireles 37anos, Divaldo Vieira 52 anos, José Fabio Farias de Souza 31anos)	Melhoria no desenvolvimento local, na preservação do meio ambiente e na produção de alimentos e renda.
Grupo 4	(Hélio Souza Vieira 47anos, Calistro Renivaldo A. dos Santos 66 anos, Eulaia Serrão Cruz 66 anos, Honorina Farias de Souza 60 anos e Amadeus Vieira Cruz 69 anos)	Considera ainda cedo, mas têm certeza que à medida que mais estudantes concluírem os estudos, outros avanços irão aparecer na comunidade, além do fortalecimento identitário que já apareceu em Umarizal

Fonte: Produzido pelo pesquisador

Pode-se notar que, do universo de 40 participantes da pesquisa, a totalidade, tiveram a mesma percepção de que o fortalecimento identitário foi o mais forte avanço provocado pelas cotas universitárias ocorrido no período deste estudo. Quando perguntados se a entrada dos estudantes quilombolas de Umarizal nas universidades, por meio das cotas, já havia trazido avanços em melhorias para o quilombo de Umarizal, os entrevistados foram unânimes em responder que sim, especialmente na “aceitação de ser quilombola e na conquista de mais direitos para os quilombolas.” Isso demonstra, portanto, o avanço no fortalecimento da identidade quilombola. Não obstante a percepção geral de avanço seja clara em torno do fortalecimento identitário, 4 entrevistados (Doriedson Lopes Vieira 52 anos, Mateus Vilhena

Rodrigues 22 anos, Mateus da Silva Costa 24 anos e Idê Maria Vieira Cruz, 32 anos) responderam que também perceberam avanços e melhorias na saúde e na educação. Sendo assim relatado por Doriedson Lopes Vieira:

Percebo também que houve melhoria na educação quando muita gente daqui estão se formando nível superior, isso estimula nossos jovens estudar no ensino fundamental e no ensino médio, porque eles vejam a possibilidade de entrar na universidade através das Cotas universitárias quilombolas, a evasão escolar praticamente zerou [...] Na saúde melhorou muito com o retorno da Aurione Miranda enfermeira já formada, filha da terra, que está fazendo bom trabalho no atendimento da saúde do nosso povo na UBS Tiazinha, até no final de semana que antes não tinha porque os profissionais técnicos voltam pra cidade.

Nesta toada, informaram os entrevistados (Assis dos Santos Meireles 37 anos, Divaldo Vieira 52 anos, José Fabio Farias de Souza 31 anos) que perceberam avanços muito fortes no fortalecimento da identidade quilombola, mas também indicaram ocorrência de melhoria no desenvolvimento local, na preservação do meio ambiente e na produção de alimentos e renda. Ressalta-se também que as estadas deste pesquisador na Comunidade, tornaram possível verificar que o avanço na produção de alimentação e renda está relacionado a iniciativa de um grupo de universitários cotistas, que estudam na cidade de Tucuruí. Estes estudantes criaram a Comissão de Preservação de Pescado das Comunidades Umarizal, Boa Vista e Florestão.

Esta comissão, depois de construir um “acordo de pesca,” envolvendo aquelas comunidades, os poderes Legislativo e Executivo Municipais, a Comarca de Baião e Colônia de Pescadores Z34 de Baião, atua voluntariamente na fiscalização e na orientação das práticas de pesca nos lagos, igarapés e nos rios, evitando assim atividade predatória, tendo como resultado o aumento na quantidade e no tamanho do pescado dentro do território quilombola. Assim, Francisco de Assis e Divaldo Vieira revelam o seguinte:

nós que estudamos na universidade em Tucuruí que ajudamos as comunidades a criar a comissão de preservação do pescado, pensar na trabalhadeira que deu, falar com vereadores, prefeito, Colônia de pescadores e até com Juiz da Comarca de Baião. Foram muitas palestras nas comunidades sobre pesca predatória até chegar a um acordo [...] com esse acordo de pesca voltou o peixe graúdo em grande quantidade nos lagos e até no rio grande. Olha vou te dizer, esse pescado tem gerado renda para os pescadores e sustentado alimentação de todo nós nestas comunidades quilombolas aqui de perto (ASSIS e DIVALDO, Umarizal, 2021)

Ressalta-se que há um quarto grupo de entendimento de avanço (Hélio Souza Vieira 47 anos, Calistro Renivaldo A. dos Santos 66 anos, Eulaia Serrão Cruz 66 anos, Honorina Farias de Souza 60 anos e Amadeus Vieira Cruz 69 anos), o qual analisa que as melhorias no quilombo ocorridas em função das Cotas universitárias quilombolas, tem sido ainda apenas no

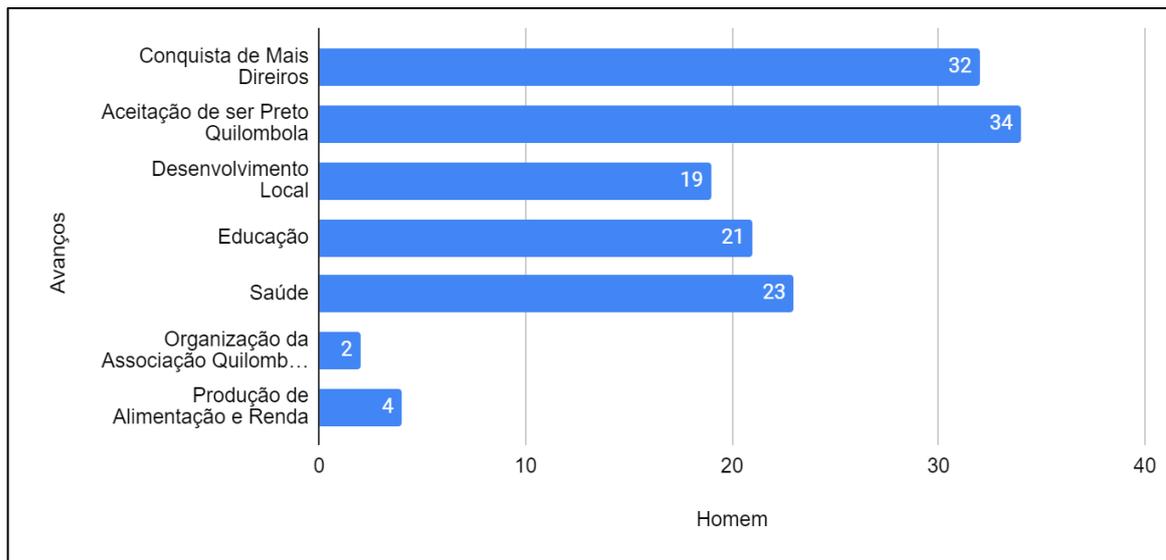
fortalecimento da identidade, mas o avanço no desenvolvimento geral do lugar virá à medida que a maior parte dos estudantes forem se formando nível superior. Até porque, segundo Hélio Souza Vieira:

Tá muito cedo ainda para outra melhoria, então o que dá para perceber mesmo de avanço após a entrada dos estudantes quilombola na universidade, é o forte interesse de ser quilombola, antes era difícil, agora é muita gente que procura para se inscrever na nossa associação. Mas como já disse é cedo ainda, porém tenho certeza quando já tiver mais gente profissional formado de nível superior aí vem o desenvolvimento completo do lugar, aqui vai ficar muito melhor para si viver. (HÉLIO VIEIRA, 2021).

Na busca de alcançar os objetivos traçados, decidiu-se pela aplicação de 110 questionários que foram distribuídos aleatoriamente na comunidade, exceto para aqueles participantes desta investigação na condição de entrevistados, com questões objetivas sobre as percepções de avanços acima indicados no quadro 9 pelos sujeitos desta pesquisa.

Neste trabalho de contraprova, contou-se com a colaboração dos moradores Ermiraci Lopes da Silva, Dorvanice Farias da Cruz e Gustavo Lopes Arnoud, que se empenharam na primeira semana de setembro de 2021, para levar e recolher os questionários nas casas das comunidades pertencentes ao quilombo de Umarizal. O resultado dos questionários é apresentado nos gráficos a seguir:

Gráfico 6 - Avanços percebidos por quilombolas de Umarizal, provocados pelas cotas universitárias para quilombolas, no período 2012 a 2020 separados por sexo



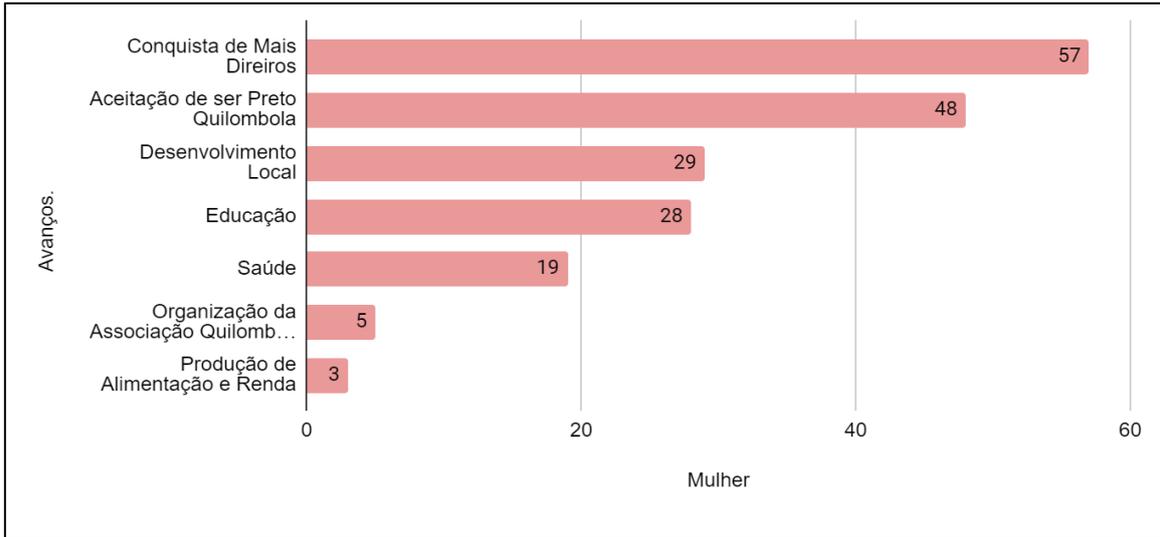


Gráfico 7 - Por faixa etária de 18 a 30 anos

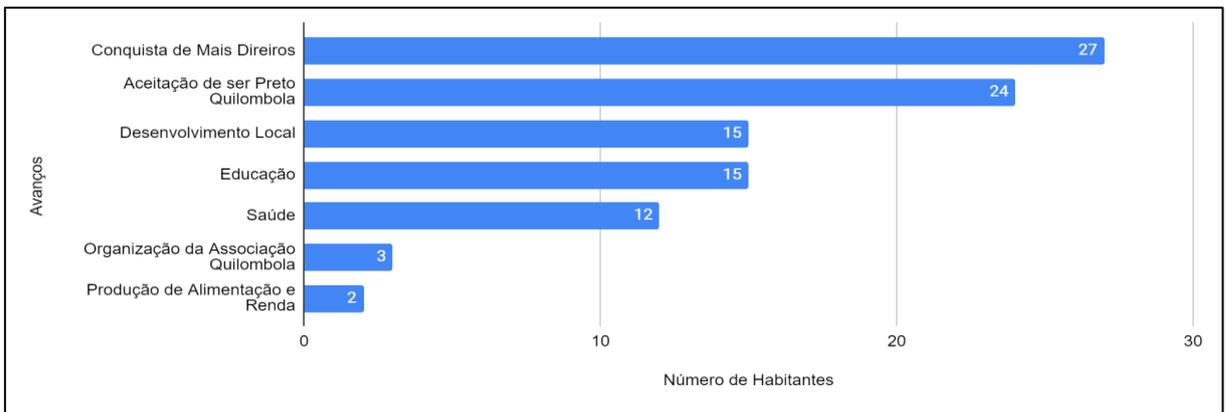


Gráfico 8 - Por faixa etária de 31 a 43 anos

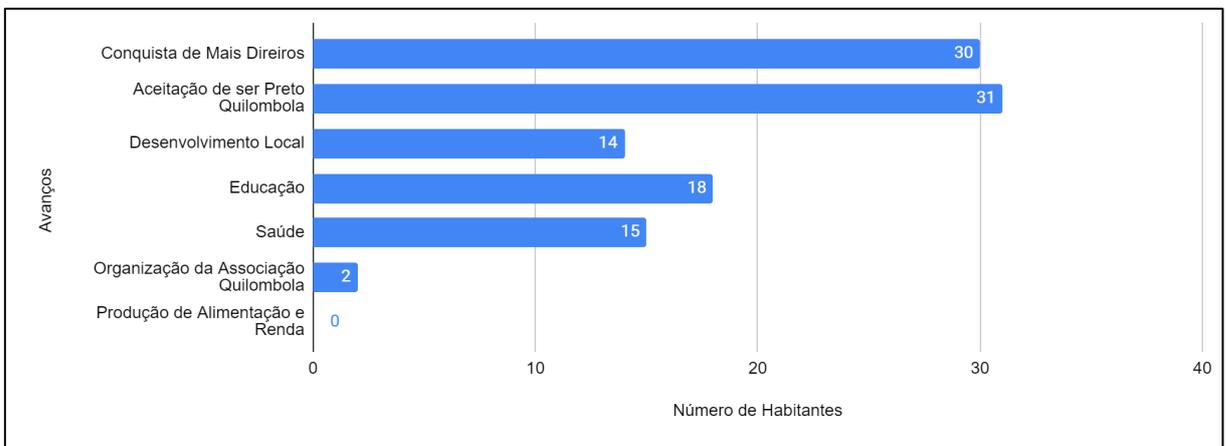


Gráfico 9 - Por faixa etária de 44 a 56 anos

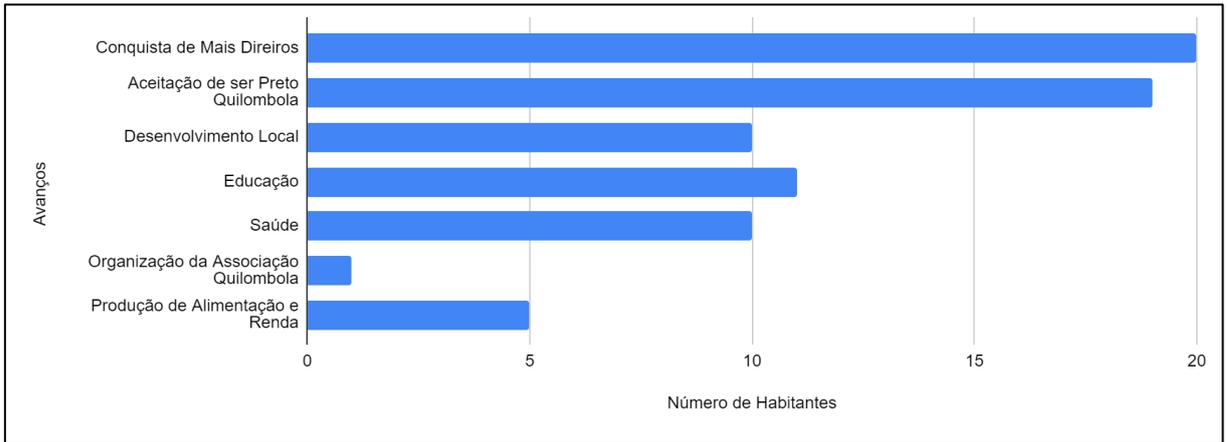


Gráfico 10 - Por faixa etária de 57 a 69 anos

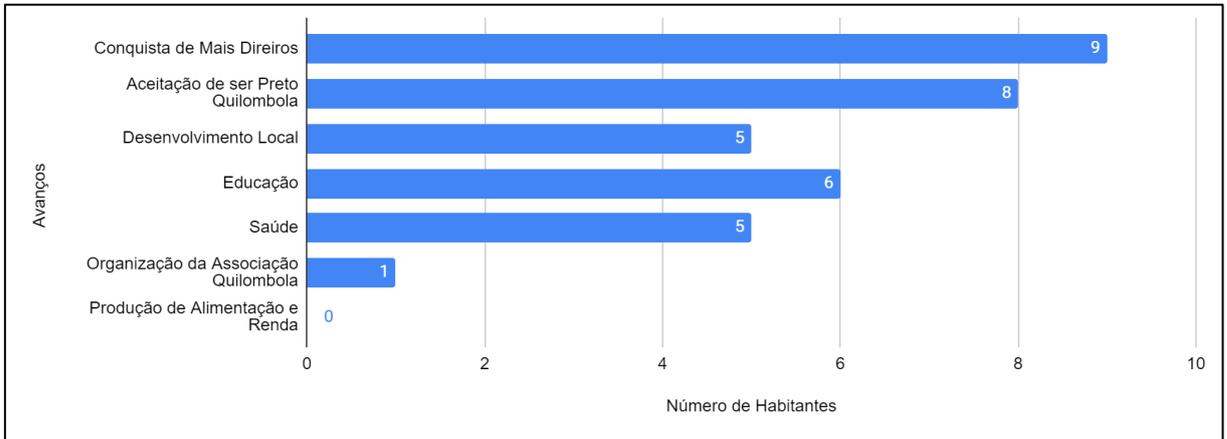
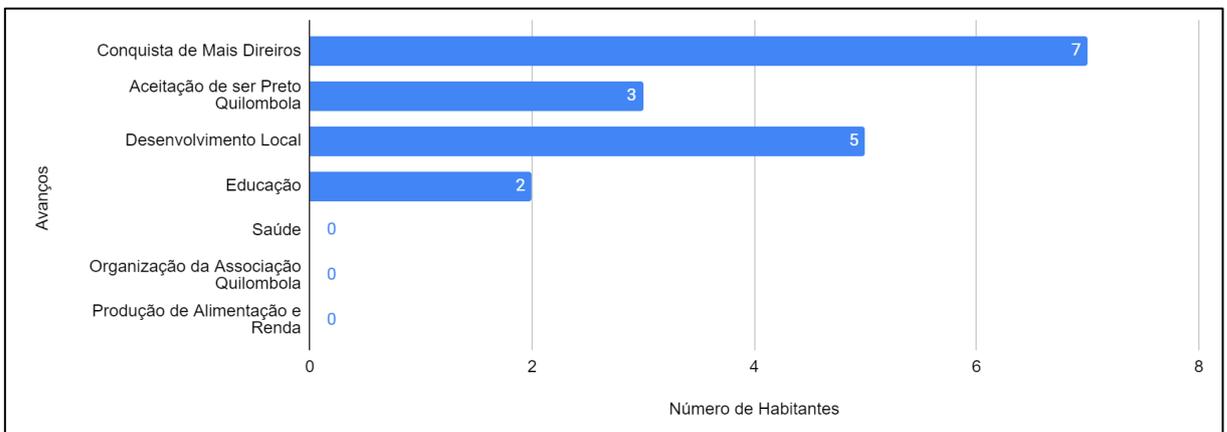


Gráfico 11 - Por faixa etária acima de 69 anos



Observa-se nos dados levantados, apresentados nos gráficos acima, resultados alcançados em pouco tempo pelas cotas universitárias, até mesmo em questões mais sensíveis

da comunidade como a inversão de valores e da negação para o fortalecimento da identidade e da aceitabilidade quilombola. São dados interessantes porque, como foi apresentado anteriormente neste trabalho, essa questão de raça e de identidade quilombola tem sido motivo de tensão na comunidade desde a chegada dos ex-habitantes do Quilombo do Paxibal nesses territórios. Era comum não querer ser negro “tuíra” do cabelo seco, ou seja, os habitantes de Umarizal mesmo sendo, não se aceitavam como pretos. Não só os discursos e falas do cotidiano, revelavam isso, mas também com atitudes de buscar misturar as raças para clarear a família era um propósito rotineiro entre os negros. Antes das cotas, os méritos estudantis do indivíduo preto eram atribuídos a sua “alma branca” como dito ao Saci¹⁵ e ao casal de pretos Izaura Vilhena e Pedro Farias, os primeiros professores pretos da comunidade. Naquela época (1990), os muitos traços trazidos do quilombo Paxibal eram de certa forma escondidos. Somente o samba de cacete, dança típica dos negros, “era o legado quilombola mais carimbado e aceito pelos habitantes de Umarizal”, assim relata o estudante de História na UFPA, Sandoval Dias Lameira.

Observa-se também que os dados apresentados nos gráficos confirmam e expressam que o cenário de negação da identidade negra muda à medida que as cotas negras nas universidades ganham avanço no Quilombo do Umarizal. A percepção que identifiquei ao entrevistar os sujeitos desta pesquisa, é que alguns também relatam já perceber avanços nas políticas públicas universais como, na saúde (na melhoria do serviço na UBS-Tia Zinha); na educação (na redução da evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio) e no meio ambiente (nos acordos de preservação do pescado e fim da pesca predatória).

Sendo assim, é que se justifica que as políticas públicas de cotas universitárias têm refletido positivamente, além de permitir o acesso dos quilombolas de Umarizal para estudarem no nível superior. Nas ocasiões de observação participante, observou-se que esta política educacional, ao induzir os avanços aqui apresentados, também fomenta o desenvolvimento e a sustentabilidade local. Assim, analisando os dados desta pesquisa identificou-se que os tipos de avanços com maior incidência (conquista de mais direitos a exemplo da prioridade na vacinação contra a covid-19 e cestas básicas de alimentos para quilombolas, e aceitação de ser preto quilombola) foram os mais citados pelos que responderam os questionários. Considerando-se que os dois tipos de avanços mais indicados nos questionários são correlatos, se somam para constituir o resultado que é apresentado nesta pesquisa como avanço no fortalecimento de

¹⁵ Apelido atribuído ao Sr. Nilton Lopes de Farias, nascido no Quilombo do Umarizal, um dos primeiros moradores que conluiou o nível médio e superior, que também foi Vereador, vice-prefeito e prefeito.

vínculo da identidade quilombola, tendo relação de causalidade as cotas quilombola de acesso à universidade no Quilombo de Umarizal.

5.2 DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

As estudiosas Barros; Matos (2019), ressaltam que as condições ambientais e culturais das comunidades, com perfil essencialmente rural, são de vital importância para a manutenção do modo de vida de seus habitantes, haja vista que está intrinsecamente relacionada ao plantio da economia local, mas principalmente a uma ligação profunda com seu território, pois não se trata de qualquer território, mas aquele que simboliza a luta contra a dominação. Desta maneira, a permanência no território original é fator único não só para afirmação dessas comunidades, mas também para a própria preservação étnica e ancestral.

Com esta consciência, na observação participante notou-se dedicação quase que exclusiva dos líderes comunitários nas lutas pela defesa da terra e pela titulação do seu território no tamanho mais próximo de que tradicionalmente fora ocupado pelos seus ancestrais quilombolas. Estas lutas têm absorvido enorme energia, capital e tempo em audiências, manifestações de protestos, documentação, viagens, reuniões dentro e fora do quilombo e etc. Isto tudo para atender a burocracia tanto dos seis processos judiciais de desocupação que tramitam na Vara Agrária de Castanhal/PA, como no processo pela titulação do território que se arrasta há mais de duas décadas e ainda está sem previsão de término, com a emissão do título de propriedade coletiva no Instituto de Terras do Pará – ITERPA. Essa absorção na luta fundiária, somada à morosidade judicial se refletem na dificuldade das lideranças quilombolas umarizaense em adotar planos e estratégias, em especial para a política de cotas universitárias no dia a dia da luta pelos espaços de sobrevivência e reprodução social das comunidades quilombolas. Avançar cada vez mais na política de cotas é mediar os impactos da vulnerabilidade histórica na comunidade e também ampliar o alcance desta política educacional como fomento ao desenvolvimento sustentável local. Tal preocupação pode ser vista no depoimento de Hélio Vieira, atual secretário da ACORQBU:

Essa luta pela terra consome tudo o que a gente arruma, ocupa todo o nosso tempo e o pior é que até agora nada do título, a gente não tem tempo para outra coisa aqui na diretoria, nem para acompanhar melhor esses estudantes universitários que vêm requerer certidão de quilombola. Porque, lhe digo, se a gente articular bem esse pessoal que estão estudando na Universidade, daí vem muita mais coisa boa para nós da comunidade quilombolas.

No mais, é importante ressaltar que as mudanças administrativas trazidas pelo Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, como a medida provisória 870/19 desarticulou e

enfraqueceu órgãos de proteção e promoção de direitos sociais. Ressaltando que órgãos como a Funai e o Incra tiveram suas atribuições de titulação de terras indígenas e demarcação de terras quilombolas, respectivamente deslocadas para o Ministério da Agricultura, numa demonstração clara de preferência do atual Governo pelo agronegócio, em detrimento às pautas sociais.

Outro fato político a se destacar é a nomeação para presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁶ de Sérgio Nascimento de Camargo, jornalista de cor preta, mas com posicionamento contrário ao movimento negro, colocando em controvérsia as narrativas e as políticas públicas já conquistadas pelos povos negros quilombolas. Estas mudanças no cenário político, segundo os informantes, no caso específico da política de cotas universitárias, se refletem na redução da oferta de vagas de dois (2) para um (1) cotista por curso no Processo Seletivo Especial (PSE) para indígenas e quilombolas no ano de 2021, na UFPA. Vê-se também, nos repetidos atrasos na liberação das bolsas para permanência dos estudantes quilombolas na universidade, dificultando a sobrevivência e a continuidade dos quilombolas nos seus estudos de nível superior. Quando questionado sobre o futuro da política de cotas no atual contexto, Matheus da Costa respondeu:

atualmente a mudança de governo trouxe ameaças e algumas controvérsias. Assim já estão reduzindo o número de vagas para quilombolas e também ultimamente tem acontecido muitos atrasos na liberação das bolsas que que tem dificultado a nossa vida para estudar [...] mas com muita luta nós vamos vencer e concluir o curso para melhorar a vida na comunidade. (MATHEUS, Umarizal, 2021).

Percebe-se no exposto, a consciência quanto às dificuldades, mas o desejo e a esperança de que a política que possibilitou o ingresso de tantos grupos sociais invisibilizados, possa continuar fazendo seu papel de inclusão. Vale destacar também as falas de Sandoval Dias Lameira, estudante de História e apresentador na rádio “Lógica FM 109,4 MHz” do Programa semanal de combate ao racismo intitulado “Negro San, resgatando raízes,” na cidade de Baião/PA:

[...] com a mudança no Governo Federal tem atrasado o pagamento das bolsas quilombola e aí já viu, isso atrapalha muito, porque esses estudantes... somos de famílias pobres sem essa bolsa não tem como permanecer nos estudos [...] olha a gente não está parado... para quilombola... pra conseguir as coisas é com muita luta, muita mobilização e consciência de raça. Lá na UFPA nós já temos uma associação de estudantes quilombolas, também a MALUNGO e o CONAQ que apoia e a gente vai pra cima, na luta e na resistência pelos nossos direitos de cidadania. (SANDOVAL, Umarizal, 2020).

¹⁶ É a representação no Estado brasileiro, que, por força da Lei nº 7668/88, tem como missão a promoção e a preservação da cultura negra e afro-brasileira.

Outro depoimento que corrobora com a preocupação e consciência dos estudantes quanto ao caminho enveredado pelas políticas de cotas, bem como por todas as questões que envolvem a luta pelo direito à Educação e ao reconhecimento da sociedade, vem de Idê Vieira, que assim se pronuncia:

[...] Acho que importante passo a gente já deu, que foi conquistar a cota quilombola para entrar na universidade para estudar [...] agora estamos mais fortes para resistir e lutar porque , isso vai fortalecendo ainda mais a comunidade quilombola para lutar até conquistar mais direitos na saúde, na educação, na moradia, na agricultura e outras coisas mais, para melhorar a vida da nossa gente [...] veja o que aconteceu nesta pandemia de covid-19, a gente se uniu numa comissão comunitária de prevenção e combate a covid-19, todos os estudantes universitários ajudaram, mesmo aqueles que não estudam na área da saúde, fizemos um trabalho muito porreta de orientação e prevenção contra essa doença terrível, bacana mesmo de casa em casa e barreiras na comunidade. Resultado? Aqui no Umarizal essa doença não se alastrou tanto, ocorreu apenas um caso de morte até agora, fomos pra cima conseguimos vacina e cestas básicas [...] Assim eu imagino que vai acontecer, temos que nos unir para fazer lutas para conseguir segurar as que já existem e conquistar novas políticas públicas de sustentabilidade do nosso quilombo (Idê Vieira, Umarizal, 2021).

Conforme se observa nos depoimentos, a entrada na universidade gerou para os estudantes não somente o acesso à educação Superior, mas uma maior conscientização sobre a própria identidade e a força que tem para alterar a realidade difícil do povo quilombola. Como bem ressaltou Idê Vieira em “a gente daqui de Umarizal não tem mais aquele acanhamento que tinha antes de ser preto quilombola,” a valorização da própria identidade que os faz compreender que a luta é árdua, mas é de todos e totalmente possível de se avançar e conseguir novas políticas públicas inclusivas. De fato, apesar das dificuldades acima indicadas, a ampla maioria dos entrevistados convergem com a perspectiva de que a força do movimento social se faz necessária e que vai intensificar a luta pelo aprimoramento das poucas vagas existentes e conquistar novas políticas públicas que promovam a prosperidade, o desenvolvimento e sustentabilidade no Quilombo de Umarizal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou, à luz dos debates teóricos, assuntos pertinentes às políticas públicas especiais de acesso de quilombolas à universidade, no caso específico da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal. Buscou-se trazer uma discussão analítica sobre a interferência dessas políticas no fomento ao desenvolvimento e sustentabilidade local, mas também no território de pertencimento da Comunidade.

Neste contexto, concorda-se com Soares de Souza (2018, p.95), quando afirma que apoderar-se desse território é, para a comunidade de Umarizal, a consolidação de uma tradição

que marca o grupo desses remanescentes como quilombola, em um contexto de territorialidade, no qual o grupo é identificado culturalmente pela demarcação identitária, carregada de aspectos tradicionais, como cultura, religião e costumes, em que os saberes se configuram na transmissão de geração em geração, sem o risco de serem extintos pelas novidades da globalização.

É importante frisar que esta investigação constatou que apesar das evidências sustentarem o direito ao território como estabelece o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e também do artigo 322 da atual Constituição Estadual do Estado do Pará, e mesmo mediante de tantas mobilizações e repercussões na sociedade, os embates burocrático-administrativos postergam a efetivação do reconhecimento jurídico-formal das terras tradicionalmente ocupadas. Este percurso de tramitação do processo de titulação de terras se arrasta por mais de 20 anos, o que tem motivado preocupação e dedicação, quase exclusiva daquele povo, refletindo-se na dificuldade de as lideranças quilombolas dedicarem-se à luta pelo aprimoramento de ações afirmativas em favor do desenvolvimento sustentável do Quilombo de Umarizal.

Ainda assim, apesar de ser recente (2012), a institucionalização da política especial de cotas que tem propiciado reserva de vagas nas universidades para quilombolas, já provocou transformações significativas no espaço quilombola de Umarizal, à medida que a participação desta política de cotas universitárias é associada ao fortalecimento da identidade quilombola, bem como na melhoria dos serviços de Saúde e Educação. Verifica-se com isso, avanços no desenvolvimento local e no acréscimo na produção de alimentação e renda. Atribui-se também a esta inserção dos estudantes quilombolas no mundo acadêmico, impactos positivos nas práticas culturais genuínas da comunidade, a exemplo do desfile de beleza no festival quilombola e o projeto de implantação de uma escola de dança do samba de cacete.

Sendo a política de repercussão geral na comunidade, deve ser da iniciativa da Associação – ACORQBU, a elaboração de um planejamento de uso estratégico e aprimoramento da política de cotas universitárias quilombolas no alcance de mitigação à situação de vulnerabilidade que persiste nas comunidades que pertencem ao Quilombo de Umarizal. Neste sentido, sugere-se que a busca de tal instrumento de planejamento, perpassa pela realização sistemática de eventos de discussão sobre este tema, tais como seminários e fóruns, envolvendo de forma participativa e democrática, as comunidades, os estudantes cotistas e outros interessados. E para dar o ponto de partida, essa questão será incluída na pauta do seminário devolutivo desta pesquisa, previsto a ser realizado na primeira semana do mês de março de 2022, na Vila de Umarizal.

No percurso da pesquisa foi possível verificar a justeza que tem sido a política de cotas Universitária, enquanto ação afirmativa no Quilombo do Umarizal. Após a chegada das cotas, já se percebe avanços na comunidade de Umarizal, as pessoas passaram a se aceitar mais como negros quilombolas, a buscar esse vínculo identitário de pertencimento e a reconhecer o movimento negro como meio para conquistar mais direitos na Saúde, na Educação e em outras políticas públicas. Portanto, além de possibilitar a entrada de estudantes quilombolas na universidade, hoje já são dezenas de estudantes de Umarizal e alguns já formados em nível superior nesta condição. O ingressar desses universitários têm provocado impactos positivos, inclusive naquilo que é mais relevante para a sustentabilidade desse grupo étnico de ancestralidade comum que, é o fortalecimento da identidade e o da ancestralidade quilombola.

Vale destacar que as políticas públicas são resultado da capacidade de mobilização social e nesse sentido, o fortalecimento identitário deve refletir-se na unicidade desses povos quilombolas, para assim, elevar o nível de consciência e aumentar a disposição de lutar por mais políticas públicas capazes de reverter a situação de vulnerabilidade. Assim, concorda-se com Treccani (2006, p. 8) quando afirma que “passaram-se outros cem anos para que a Constituição Federal de 1988, devolvesse aos descendentes dos antigos quilombos a propriedade dos territórios que lhes vai permitir ter acesso à cidadania plena”.

Sobre a inserção dos alunos na universidade, não foi possível, pelas restrições em tempo de pandemia da COVID-19, um maior aprofundamento na questão. Mas as falas dos estudantes cotistas entrevistados deixaram transparecer que o preconceito e o racismo estão muito presentes no espaço universitário, sendo produto de uma prática de meritocracia, que sempre privilegia uma cultura dominante, resultado de um acúmulo cultural que legitima essa ideologia.

Os universitários quilombolas de Umarizal afirmam que a importância das políticas de ação afirmativas para ingressar no Ensino Superior surgem como um avanço no reconhecimento dos grupos sociais excluídos. Até porque, as trajetórias desses estudantes desde a Educação Básica na comunidade até o ingresso e a permanência na universidade, demonstram que as condições de educação e trabalho não lhes foram nem um pouco favoráveis para que pudessem ter acesso àquele nível acadêmico. Isso só foi possível mediante a luta do movimento negro para que as políticas de ações afirmativas na Educação, tal como as cotas universitárias, pudessem permitir esse ingresso.

Verificou-se ainda, que os estudantes do quilombo do Umarizal, em suas trajetórias escolares, enfrentaram muitas dificuldades em relação ao ensino, já que as condições educacionais nas escolas eram precárias e o Ensino Fundamental e Médio nem existiam. Desta forma, alguns tiveram que sair da comunidade para estudar em escolas nas cidades de Baião e

outros municípios, provocando o êxodo rural das famílias que mudaram do Quilombo para a cidade, o que tem justificado a existência de cerca 30% dos estudantes universitários de Umarizal, residindo fora do território quilombola.

Observa-se também, que entre os estudantes cotistas e associação- ACORQBU, há dois momentos de relacionamento: o primeiro, se dá formalmente no momento em que as pessoas procuram a associação para se inscreverem no Processo Seletivo Especial, pois buscam a Declaração de Pertencimento de identidade quilombola, documento obrigatório para efetivar a inscrição na instituição de Ensino Superior pretendida. O segundo momento, é durante o decorrer do curso, quando essa relação se torna apenas voluntária, esporádica e escassa de contatos entre os universitários e a coordenação da Associação quilombola. O diálogo exíguo é reclamação de ambas as partes, e acredita-se que isso ocorra por falta de um acompanhamento mais sistemático, pois nos relatos dos sujeitos verificou-se que isto favoreceria maior intercâmbio entre a comunidade e a Universidade. Intercâmbio este, necessário para que haja a complementaridade e reciprocidade dos saberes tradicionais das Comunidades e os conhecimentos científicos produzidos pelas universidades, com foco a melhoramento na qualidade de vida nos Quilombos.

Assim, suscitar o debate da gestão estratégica participativa no processo de organização do espaço quilombola, foi um dos objetivos específicos desta pesquisa, uma vez que da observação participante clareia a situação de pobreza das comunidades quilombolas que vêm de um passado histórico de exclusão e um presente de desigualdades sociais e econômica persistentes. E certamente buscar estratégias para enfrentar a dureza desta realidade no dia a dia e delinear o futuro, constitui um importante desafio para as comunidades quilombolas.

Durante a investigação na comunidade realizou-se reuniões, organizou-se rodadas de conversas sobre pensar o presente e futuro do quilombo, sua sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica, pensar a organização, como enfrentar o avanço do latifúndio e do agronegócio e seus modelos desenvolvimento predatório que visa apenas o lucro, que já cercam seus territórios. Concluída a pesquisa, compreende-se ser quase que obrigação que sejam suscitadas algumas orientações e sugestões.

Na sustentabilidade social: incentivar organizações a nível de grupo de jovens, reerguer a associação das mulheres, retomada de programas educacionais como exemplo, lutar pela conclusão da creche inacabada e pela volta merenda escolar quilombola regionalizada adquirida diretamente do produtor na própria comunidade; fortalecer o grupo do samba de cacete na implantação da primeira escola comunitária de samba de cacete já iniciada na comunidade; programas de habitação popular.

Na sustentabilidade econômica, acredita-se que seja necessário incentivar a formação de cooperativas e reativação de associações como: Associação Mini e Pequenos Produtores Rurais do Umarizal- AMPRU, Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal- AMPU. Dessa forma, inspirados na agricultura familiar, será possível coordenar o processo de organização da produção e comercialização na pequena agropecuária e na pesca local, mais dirigida à garantia da alimentação da comunidade e para torna-se fonte de renda das famílias pescadoras. Quanto à sustentabilidade ambiental, sugere-se aqui a reativação da União dos Estudantes da Região Tocantins – UNERT, através dos jovens estudantes secundaristas do sistema modular, para dar continuidade ao projeto da Unidade de Conservação “Castanhal,” Programa de coleta e armazenamento adequado do lixo doméstico, bem como o Projeto Campanha de Saneamento Básico na Comunidade para evitar “sentinas”¹⁷ no entorno da Vila e ainda, o Programa de preservação de florestas e repovoação das áreas já em capoeira, com replantio de mudas de árvores florestais nativa, inclusive com projeto de implantação do primeiro viveiro comunitário de mudas de essenciais florestais, a partir de coleta de sementes de árvores regionais, no município de Baião/PA.

No que concerne à sustentabilidade tecnológica, acredita-se que a partir das mudas de árvores produzidas no viveiro comunitário, será possível incentivar a técnica de consociar plantio de árvores nativas no meio da roça tradicional de mandioca, adotando novas técnicas, boas práticas e novas narrativas de preservação da floresta em pé, para enfrentar as dos madeireiros clandestinos de derrubá-la, o que ameaça a floresta e o território da comunidade. Já na sustentabilidade organizativa, a sugestão é que a Associação quilombola, como gestora, precisa voltar à sistemática de realizar anualmente o Encontro de Planejamento, evento de repercussão geral no território, prescindido de mini plenárias realizadas em cada uma das cinco comunidades (Umarizal beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá miri e Florestão) que pertencem ao território quilombola de Umarizal. Poder-se-ia assim, avaliar a situação, planejar e atualizar as estratégias e táticas, ou seja, elaborar um planejamento estratégico dentro do processo participativo, com metas claras, a curto, médio e longo prazo. Serviria, por isso, de balizamento para suas ações, lutas e ao mesmo tempo, para apontar soluções para os problemas de vulnerabilidade econômica e social, nas linhas de desenvolvimentos sustentável local, dentre as características enquanto Comunidades Quilombolas.

Destaca-se que as sugestões propostas advêm da observação participante, na qual foi possível fazer um diagnóstico social da Comunidade e cujas informações mostraram que é

¹⁷ Sanitários rústicos a céu aberto.

imperativo a adoção de atitudes que minimizem a problemática atual de sustentabilidade enfrentada por essa comunidade, tanto do ponto de vista econômico, social, ambiental, como do tecnológico. Porém, cabe destacar que é fundamental a busca de uma compreensão para além da materialidade, valorizando as representações do mundo natural, ou seja, a cultura tradicional daquela população, e sempre que for possível, adotar suas representações comunitárias culturais na organização social e na transformação de suas relações com a natureza. A pesquisa também possibilitou verificar que a política de cotas universitárias no Quilombo de Umarizal, objeto desta pesquisa, possibilitou, principalmente, o fortalecimento identitário, a aceitação de ser negro quilombola. Mais pessoas do lugar passaram a buscar esse pertencimento, mesmo os que antes se opunha a essa identidade, ou aqueles que não mais residem no território, agora vem ao resgate de tal vínculo de pertencimento às comunidades remanescentes que compõem aquele quilombos.

As cotas também interferem na forma de reconhecimento da organização quilombola, ao passo que a chegada delas na comunidade, é associada à conquista de mais direitos na saúde, na educação, e em outros setores, também à medida que mais pessoas procuram se inscrever na associação quilombola. Observou-se durante a pesquisa que as cotas universitárias além de já terem provocado verdadeira revolução, permitindo o acesso de dezenas de pessoas de Umarizal à uma qualificação em nível superior (o que antes era inimaginável), também tem servido de estímulo na comunidade para outros níveis de estudos, como no Ensino Fundamental e Médio. Ambos tiveram o acréscimo de duas novas turmas na Educação de Jovens e Adultos- EJA, o que torna ainda mais perceptível tal estímulo.

Corroborar com esta afirmação os dados levantados nos relatórios anuais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Baião, sobre taxa de evasão escolar no período de 2012 - 2019. Em 2019, a taxa de evasão escolar nas duas modalidades em Umarizal era de 3% e 5% bem menor do que em 2012, taxa 9% e 14% respectivamente, contrastando com os índices de evasão escolar no sistema Municipal de Ensino Fundamental do município de Baião que aumentou de 11% para 19%, assim como também diferencia dos índices de evasão escolar no sistema estadual de Ensino Médio do Estado do Pará que chegou a 19% no mesmo período de 2019.

Constatou-se também, na investigação, que as cotas universitárias interferiram também na melhoria no serviço de saúde, com retorno à Vila de Umarizal de Dariane Cruz Machado, médica formada que está estagiando na comunidade, e ainda de Auriane Miranda, enfermeira e Jennifer Lopez Serrão, nutricionista. Todas estão trabalhando na Unidade Básica de Saúde (UBS) “Tia Zinha,” contratadas pela Prefeitura Municipal de Baião, em substituição aos

profissionais que antes trabalhavam de segunda à sexta-feira, vindo da cidade de Baião. Desta maneira, foi possível ampliar o horário de atendimento ao público na referida UBS que passou a atender em todos os dias da semana, e ainda, a oferecer atendimento de sobreaviso nos casos de emergências, uma vez que sendo estas profissionais membros da comunidade, residentes e domiciliadas na vila de Umarizal, se dispuseram a essa escala de serviço. O reforço das citadas profissionais foi muito aplaudido pela comunidade.

Ainda na área da saúde, verificou-se na pesquisa que no combate à pandemia da covid-19, o engajamento dos universitários cotistas, através da criação de uma comissão de voluntários, tem sido elemento o diferencial, sobretudo, nas primeiras ondas do contágio. O trabalho de conscientização e atitudes deste estudantes foram fundamentais para que a comunidade seguisse os protocolos científicos de prevenção indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tais como barreiras de controle sanitárias nas entradas e saídas da Vila Umarizal, evitar aglomeração, isolamento e distanciamento social, e ainda, fabricação e uso de máscara e as lutas pela vacina e campanha de vacinação. O resultado de tais ações foi o baixo índice de contaminados pela covid-19, com apenas uma morte na comunidade. Assim como também conquistaram doses suficientes de vacinas e houve a vacinação em massa, com as duas doses aplicadas nas pessoas acima de 17 anos de idade, já no mês de julho de 2021, na Comunidade.

Detectou-se no percurso da pesquisa que foi da Universidade Federal do Pará, Campus Tucuruí, que um grupo de alunos cotistas de Umarizal trouxeram conhecimento que possibilitou a celebração de acordos comunitários de preservação do pescado (acordo de pesca), que colocou freio na pesca predatória nos lagos e rios dentro do território quilombola, refletindo no aumento, no tamanho e na quantidade do pescado para alimentação e venda de peixe, importante na segurança alimentar e mais uma fonte de renda para os pescadores no Quilombo de Umarizal.

Então, quanto aos objetivos alcançados nesta pesquisa, identificou-se que as cotas universitárias quilombolas já representa uma grande conquista na vida dos Estudantes que utilizaram as cotas Para viabilizar seu ingresso na universidade mas também representa para comunidade quilombola uma enorme conquista para o desenvolvimento e sua sustentabilidade local, o que as universidades precisam agora, é criar mecanismo que trabalhem esta questão, Porém sabemos que isso não será motivado pelas instituições, até porque a conquista dessa política de cotas ocorreu por um processo longo de luta do movimento negro brasileiro, nos três níveis de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) e também nas estâncias universitárias.

No percurso da pesquisa observou-se que das formas de seleção para o ingresso na universidade, apenas o Processo Seletivo Especial para Indígena e Quilombolas (PSE), que tem

sido demandado no Quilombo de Umarizal. Verificou-se que a divulgação na comunidade dos processos seletivos tem sido principalmente através dos alunos veteranos da UFPA, da UNIFESSPA e IFPA, isso segundo os informantes da pesquisa, explica o porquê essas instituições são as que mais receberam alunos umarizaense que ingressaram através das Cotas na Universidade.

A escolha do curso tem sido de forma aleatória alguns alunos até relataram que não sabiam quase nada sobre o seu curso antes. Ressalta-se que só a política de acesso não garante aos alunos quilombolas, o ingresso imediato e a permanência no curso até a sua conclusão.

Questões como o preparo, o suporte para o ingresso na universidade, a concessão de bolsa permanência e alimentação e outras formas de assistências estudantis, precisam estar presentes na vida desses universitários. O que associação- ACORQBU precisa para o momento, é criar meios de acompanhamento e instrumentos que trabalhem essas questões, até porque já há enorme demanda reprimida, e este estudo já comprovou que as cotas universitárias quilombolas interferem, tem potencial para contribuir. Portanto, as lideranças quilombolas devem adotá-las na estratégica do fortalecimento identitária, do fomento ao desenvolvimento e na sustentabilidade local.

Isso não parece ser uma tarefa simples, como não foi simples aprovar a lei 12.711, que institui as cotas universitárias, como não foi simples a conquista do direito à propriedade da terra, assim como não está sendo simples a regularização jurídica da propriedade do território.

Entretanto, problematizar deve ser o nosso papel enquanto pesquisador e estudioso da educação e da temática étnico-racial nesse país. Até porque só assim estaremos fugindo daquele discurso competente¹⁸ que tem resultado na longevidade desta situação opressão e desigualdade, em que grupos como os quilombolas têm sido excluídos e remetidos à situação de vulnerabilidade social, econômica e política nesse país.

Ressalta-se que a política de cotas universitárias, no contexto de sua importância para o desenvolvimento e na sustentabilidade dos quilombos e seus territórios, são questões cuja discussão não se esgotará neste estudo. Nesse sentido, é importante evidenciar que a pretensão foi de suscitar cada vez mais o debate acadêmico acerca dessa temática, já que a política de cotas no Brasil, ainda está em caráter experimental cuja avaliação revisória já prevista para ano que vem 2022 ano em que a lei 12.711/2012 completará dez anos de vigência.

¹⁸ Marilena Chauí (2006, p. 4) Cultura e Democracia: O ‘discurso Competente,’ entendido como ‘aquele que pode ser dito, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...]. É previamente estabelecida a forma, o conteúdo do discurso, a autoridade de quem transmite o discurso para quem o escuta.’

Portanto, acredita-se que a política de cotas universitárias quilombola, diante das evidências apresentadas neste trabalho, deve ter sua vigência legal ampliada, se não, torná-la duradoura, permanente na estratégia de promover nas comunidades quilombolas, a cidadania, o desenvolvimento, a sustentabilidade respeitando suas tradições e transformando a sociedade brasileira mais igual e mais justa.

REFERÊNCIAS

- ACORQBU – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal. **Estatuto Social**. Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão. Estatuto Social, Baião, 1999.
- ACORQBU – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal **Estatuto Social**. Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão. Estatuto Social Reformulado, Baião, 2015.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: PROJETO Vida de Negro (org.). **Frechal** – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN, 1996.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997). In: **BIB**, n. 45, 1º. semestre de 1998. Rio de Janeiro, 1998.
- AMARAL, Marcio Douglas Brito e SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. Fragmentação do Espaço e Reordenamento Territorial no Estado do Pará: **Algumas considerações iniciais**. Belém, PROMED/GUIA DOCENTE/SEDUC-PA, 2006.
- ANDRADE NETO, João Augusto de. **O tempo da greve**: o caso da comunidade quilombola Pitoró dos Pretos. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/595#preview-link0>
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: **Perspectivas Antropológicas**. Osmundo Pinho (Org.). São Paulo: Ed. Unicamp, 2008.
- BAIÃO. Câmara Municipal. **Lei n. 001/93**, de 23 de abril de 1993. Cria o distrito de Umarizal. Baião: Câmara Municipal, [1993].
- BAIÃO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n. 001/2004**, de 23 de abril de 1993. Cria o distrito de Umarizal Institui a Unidade de Conservação e Uso Sustentável Botânico Castanhal. Baião: Câmara Municipal, [2004].
- BARROS, Valdira; MATOS, Luana da Paixão. Estratégias quilombolas: notas sobre os processos de territorialização e fortalecimento da ancestralidade. In: IX jornada Internacional de Políticas. São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- BRASIL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Pará**. Belém: Assembleia Legislativa/imprensa oficial, 1989. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/228>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] União, Seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez.1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12. 711**, de 29 de agosto de 2002. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Seção 1, Brasília, DF, Diário Oficial da União, 30 ag. 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 4.847**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.779**, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília: DF, 25 de nov. 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Resolução n. 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13. 409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de Nível Médio e Superior das Instituições Federais de Ensino. Diário Oficial [da] União, Seção 1, Brasília, DF, Diário Oficial da União, 29 dez. 2016.

CAMPOS, Laís Rodrigues. **Do Quilombo à Universidade**: trajetória, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/LaIs.pdf>

CHAUÍ, Marilena. O Discurso competente. In: **Cultura e democracia**: O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade? In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan. / abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xZvK8WKS5zkC7mznzGbTSXk/?format=pdf&lang=pt>

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendentes**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Flick, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Flavio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos do Brasil (séc. XVII-XIX)**. São Paulo: Campinas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lima. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. In: **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, Brasília, set./dez. 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos quilombos. In: **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**/Alfredo Wagner Berno de Almeida (Org.). [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições.

LIMA, Ivaldo Marciano de França Lima; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cultura afrodescendente no Recife: maracatus, valentes e catimbós**. Recife: Bagaço, 2007.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. (2009) Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP, n. 1, v. 5, p. 99-118, 2009.

LOSEKANN, Milton Luiz. **Qualidade de vida em quilombos Estudo de Caso: Quilombo de Palmas – Santa Maria – RS**. 2009. 66 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geomática, 2009. Disponível em: [Bhttps://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2462/Losekann_Milton_Luiz.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2462/Losekann_Milton_Luiz.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

MAIA, Joseane. **Herança quilombola maranhense: história e estória**. São Paulo: Paulinas (Coleção educação em foco. Série educação, História e Cultura), 2012.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné**. Melanésia. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOCBEL, Edson Luiz Martins; FARIAS, Nilton Lopes de. **O Pequeno Lavrador Nativo**. Cameté - Pará, CFCH/UFPA, 1992.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. In: **Caderno de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov., 2002.

OLIVEIRA, Jucilene Belo de. **Território e Políticas de Ação Afirmativa para Remanescentes Quilombolas na Amazônia**: Programa Raízes e Pará Quilombola nas Comunidades de Itacoã-Miri e Guajará-Miri. Belém, FGC-PGG/UFPA, 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7º ed. Revista e atualizada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PEREIRA, Italo Jardim de; OLIVEIRA, Neusa Maria. **A voz e o lugar de uma intelectual negra na resistência do Jornal Versus**. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/aparecidas/monografias-dissertacoes-e-teses/>

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. 1999. **NAS VEREDAS DA SOBREVIVÊNCIA: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas**. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, PUC/SÃO PAULO, 1999.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina** – Belém: Açai, 2010.

RAMOS, Antonio Fernando (Coordenador e redator). **Baião**: Bicentenário de Fundação. Belém/Pará: Gráfica Salesiano do Trabalho, 1979.

RAMOS, Manuel Maria Pinto da Rocha. (2020) **A importância da educação em comunidades quilombolas do território afro na área de fronteira dos municípios de Baião e Oeiras do Pará: as relações entre escola, comunidade e cultura afrodescendente**. Tese (Doutorado) – Ciências da Educação da Universidade de San Lorenzo/PY - Faculdade de Educação e Humanidades, 2020.

RIBEIRO, Darcy. (2015). **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global.

RICHARDSON, Roberto *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Niel. **A Educação Quilombola e a Reprodução Cultural Afrodescendente**: o papel da escola como espaço educativo da identidade cultural quilombola. Maringá: Viseu, 2018.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob regime da escravidão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações e Univ. Federal do Pará, 1971.

SANTOS, Jocélio Teles (2005). **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil** [online]. Salvador: EDUFBA, 2005. 264 p. ISBN 85-232-0355-9. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Cidinha da. **Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas.** **Ações afirmativas em educação:** experiência brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. p. 17-38.

SILVÉRIO, Valter Roberto, Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil. In: **cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 219-296, novembro de 2002.

SOARES DE SOUZA, Joatan. Saberes Tradicionais dos Remanescentes de Quilombolas da **Comunidades Umarizal** (Baião/PA). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raizes, 2006.

TURATTI, M. C. M. (2003). **Relatório Técnico- Científico Sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Capivari.** Capivari SP, 2003.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento na Escola: Um Desafio ao Educador.** São Paulo: EPU, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
- TCLE

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FLACSO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da pesquisa: AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS DE ACESSO DE
QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES: CASO DA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO DE UMARIZAL**

Nome do responsável: NILTON LOPES DE FARIAS

Número do CAAE: 42087220.1.0000.0018

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como as Políticas Públicas de Cotas para negros-quilombolas nas universidades interferem no desenvolvimento e sustentabilidade do Quilombo de Umarizal e nos seus territórios na zona rural. Para tanto apropria-se das questões norteadoras sobre avanços e perspectivas que as políticas públicas de cotas para negros quilombolas nas universidades proporcionaram para o quilombo de Umarizal do município de Baião no Pará, no período de 2012 a 2020. Busca-se compreender a relação das políticas de cotas de acesso à universidade com desenvolvimento e a sustentabilidade local, buscando também observar a percepção coletiva de equidade promovida por esta política no seio da Comunidade quilombola, visa também induzir reflexões sobre o como as Cotas universitárias quilombolas podem influenciar proativamente na reparação social para o bem-estar da coletividade em geral nos quilombos, além do que preconiza a lei 12711/2012. Por tanto de relevância para novas perspectivas de desenvolvimento e sustentabilidade no quilombo de Umarizal e nas comunidades remanescentes de quilombos em geral.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: fazer gravação de entrevista em áudio ou vídeo, semiestruturada com 16 a 30 perguntas, com uma duração estimada entre 48 e 90 minutos, sendo que se estima em três minutos o tempo necessário para cada resposta. Informa-se que a entrevista será uma única vez gravada, logo após seja feita a transcrição e analisada será deletada.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se (informar critérios de exclusão como, por exemplo, condições médicas que tragam riscos adicionais, alergias alimentares ou às substâncias administradas, impossibilidade de seguir as orientações do pesquisador etc.)

Considerando o que define a Resolução do Conselho Nacional de Saúde sobre risco da pesquisa: “possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural

ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente” e por se tratar de entrevista, a pesquisa não apresenta previsão de desconforto e riscos para sua realização.

Na prevenção. Informar-se que tomaremos todas as providências e cautelas adotáveis frente aos possíveis riscos e danos.

Benefícios:

A pesquisa contribuirá para o conhecimento do como as Políticas Públicas de Cotas para negros-quilombolas nas universidades fomentam o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades remanescentes de quilombo, tendo como base o quilombo de Umarizal, onde aplicação desta política de cota de reserva de vagas nas universidades tende alcançar repercussão geral para as milhares de comunidades remanescentes de quilombo espalhadas em todo território nacional, cuja responsabilidade são das Instituições de Ensino Superior: UFPA, UNIFESSPA, IFPA e UEPA, que realizam suas ações através do Processo Seletivo Especial - PSE.

Esse Estudo de Caso proposto contribuirá para o desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre a política em estudo, posto que oferece elementos contribuidores para identificação dos fatores, representação, conexão, percepção, desafios, perspectivas e estímulo ao fomento no desenvolvimento e sustentabilidade local, e ainda desnudará a trajetória que a política de reserva de cotas para quilombolas nas universidades seguiu em tal sentido, no contexto de vulnerabilidade socioeconômico das comunidades quilombolas do período proposto para o estudo, além de proporcionar o entendimento de variáveis no percurso, que tenham conduzido para importantes transformações, que representem continuidades ou descontinuidades, do objeto fim desta política.

Aos universitários participantes, destaca-se diretamente beneficiários com a relevância deste trabalho, no acesso aos procedimentos e uso da coleta e a sistematização de dados de características qualitativas e quantitativas nos seus trabalhos acadêmicos, e que servirá de referência para outros estudos sobre o tema em questão, contribuindo assim, para a produção de novos conhecimentos nos diversos ramos das ciências sociais e com a Ciência.

Para Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá miri e Florestão – ACORQBU, além do retorno social, as relevâncias desse trabalho, o fato dele colocar na pauta de discussão cotidiana a gestão quilombola, que vai desencadear importantes reflexões sobre a gestão/organização no território quilombola, teoria e prática e da Gestão de uma maneira geral, possibilitando o aprimoramento na gestão quilombola.

acompanhamento e assistência:

No caso dos comunitários Líderes e Gestores quilombolas da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal beira, Umarizal centro, Boa vista, Paritá miri e Florestão, o resultado da pesquisa será disponibilizado por meio eletrônico e uma cópia impressa para Diretoria da referida associação, que receberá autorização, por escrito, para disponibilizá-lo na Base de dados de seu sistema de informação, arquivo e no seu portal institucional na internet .

Em relação aos estudantes cotistas, o resultado será disponibilizado, por meio eletrônico, que será enviado por e-mail de cada participante da pesquisa, que ao utilizá-los, em parte ou no todo, fica obrigada a citar a fonte em respeito ao direito autoral.

Caso seja de interesse das Universidades envolvidas ou outras Instituições de Ensino Superior e pesquisa ou ainda a comunidade de Umarizal, qualquer Órgão Público, entidade de quilombola e sindical, este pesquisador se compromete em participar de evento público ou direcionado aos servidores e associados e aos povos quilombolas em geral para apresentação dos resultados da presente pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Aos participantes desta pesquisa, fica assegurado que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas sem sua autorização por escrito. Assim como na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

Considerando que a entrevista para o presente estudo será feita durante o seu horário de trabalho ou de estudo, priorizando os intervalos, não há previsão de ressarcimento de despesas. No entanto, caso venha ter gastos para participar da pesquisa fora da rotina aqui combinada, ele será ressarcido integralmente por este pesquisador.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador Nilton Lopes de Farias, Travessa Mogno, Casa 11, Bairro Cidade Nova Baião – Pará, telefone (91) 987286084, e-mail: nlfarias13@yahoo.com.br

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

No que diz respeito a ética, essa pesquisa tem avaliação e acompanhamento do CEP/ICS/UFPA - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ ICS - Sala 13 - Campus Universitário do Guamá, nº 01, Guamá – CEP: 66075- 110 - Belém-Pará. Tel./Fax. 3201-7735 E-mail: cepccs@ufpa.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

Data:

____/____/____.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

_____ Data: ____/____/____

(Assinatura do pesquisador)

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas

FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO
Roteiro de entrevistas

Sujeito: Estudantes e formados de Umarizal que acessaram a universidade por meio das cotas

A pesquisa “As políticas especiais de acesso de quilombolas às universidades/institutos técnicos superiores: Caso do Quilombo de Umarizal” é sobre como a política de cota nas universidades fomentaram o desenvolvimento e a sustentabilidade local no quilombo de Umarizal e você, como um dos estudantes que ingressou no curso superior pela política de cotas para negro/quilombolas, sendo você originário do Quilombo de Umarizal foi convidado a participar.

Nome: _____

Idade: _____ anos. Sexo: Masculino () Feminino () Outros ()

Curso: _____

Ano que ingressou na universidade: _____/_____/_____

Povoado que pertence no quilombo de Umarizal

- () Umarizal beira
- () Umarizal Centro
- () Boa Vista
- () Florestão
- () Paritá-Miri
- () Outros

Do Quilombo/Política de cotas à Universidade: trajetória, conexão e representação

- 1- Conte sobre a sua vida no quilombo de Umarizal?
- 2- Como foi a sua trajetória na educação básica?
- 3- Antes de entrar na universidade, qual a contribuição você imaginava que o curso superior/universitário poderia trazer para melhorar a vida no quilombo de Umarizal?
- 4- Você exercia alguma atividade antes de ingressar na universidade? Caso sim, qual?
- 5- Você sabia que existia um processo seletivo com reserva de vagas para quilombolas? Como ficou sabendo?

6- Como foi a sua preparação para o vestibular processo seletivo?

7- A Associação quilombola de Umarizal contribuiu na sua preparação para o vestibular? Caso sim, qual tipo de contribuição?

8- Como fez a inscrição para vestibular? A Associação quilombola de Umarizal contribuiu para sua inscrição no vestibular? Se sim, que tipo de contribuição?

9- Qual o motivo para escolha do seu curso?

10- Como o curso escolhido pode contribuir no desenvolvimento e a sustentabilidade no Quilombo de Umarizal?

Universidade e o Quilombo: conexão, desafios e perspectivas

11- Como foi e em que ano você ingressou na universidade?

12- Qual é a sua universidade/instituição superior que você estuda? Informe o endereço completo a localização?

13- O seu curso já realizou alguma atividade sobre gestão, desenvolvimento e sustentabilidade nos quilombos? Se sim, qual?

14- No seu período de estudante universitário, a universidade já promoveu atividade sobre quilombos? Caso sim, qual?

15- Você já participou de eventos, tipo seminário e simpósio, sobre o quilombo ou quilombolas na universidade? Se sim, qual?

16- Você já promoveu atividade, tipo reunião e seminário, para discutir sobre a situação da gestão, desenvolvimento e sustentabilidade local no Quilombo? Se sim, qual?

16- Você participa de alguma organização na universidade que debate sobre a vida no quilombo? Se sim, qual?

17- Você sabe de outros estudantes de Umarizal nesta universidade que ingressaram através da política de cotas? Caso sim, cite os.

18- Você se reúne com os outros estudantes de Umarizal que ingressaram nesta universidade, através da política de cotas, para debater sobre desenvolvimento e sustentabilidade local no quilombo de Umarizal? Se sim, qual a frequência?

19- Você se encontra com outros de Umarizal, estudantes em outras instituições superiores que acessaram à universidade por meio da política das cotas, para conversar sobre desenvolvimento e sustentabilidade local no quilômetro Umarizal? Se sim, qual a regularidade?

20- Você já convidou professores da universidade para realizar projeto de pesquisa ou outras atividades sobre gestão, desenvolvimento e sustentabilidade no Quilombo de Umarizal? Se sim qual?

No quilombo de Umarizal: Percepções Avanços experiências/vivência e estratégias

21- Depois do ingresso na universidade de estudante cotista quilombola de Umarizal, você percebeu se houve avanços no sentido do desenvolvimento local e na sustentabilidade no território no Quilombo de Umarizal? Se sim, que tipo?

23- Você acha que o fato de você ter ingressado na universidade teve alguma influência no avanço que ocorreu na comunidade de Umarizal? Se sim, qual?

24- Que tipo de contribuição os estudantes universitários deram para que ocorresse esses avanços na comunidade de Umarizal? E se não fossem estudantes universitário, não teriam condição de dar esse tipo de contribuição que deram? Se sim, porque?

25- Você já foi convidado, enquanto universitário cotista, para participar de eventos institucionais, como assembleia, reunião da diretoria, reunião de planejamento e conselho fiscal da associação quilombola de Umarizal? Se sim, qual?

26- Você já foi convidado para realizar atividades tipo palestra projeto de pesquisa registro de imagem ou outros? Se sim, qual?

27- No intervalo das aulas, você visita à comunidade de Umarizal? Se sim, costuma visitar os gestores da associação quilombola e sede da associação?

28- Como você pensa fazer para que a sua formação superior venha contribuir efetivamente na gestão, no desenvolvimento e na sustentabilidade no Quilombo de Umarizal?

29- Qual será o futuro da política de cotas/reserva de vagas para quilombolas nas universidades?

30- Como você enxerga o futuro do Quilombo de Umarizal?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas

FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO**Roteiro de entrevista**

Sujeito: Ex-gestores, Gestores da associação quilombola e Líderes comunitários/moradores no Quilombo de Umarizal.

A pesquisa “As políticas especiais de acesso de quilombolas às universidades/institutos técnicos superiores: Caso do Quilombo de Umarizal” é sobre como a política de cota nas universidades fomentaram o desenvolvimento e a sustentabilidade local no quilombo de Umarizal e você, como diretor(a) da associação quilombola/líder comunitário morador(a) no Quilombo de Umarizal foi convidado(a) a participar.

Nome: _____

Idade: _____ anos

Sexo: Masculino () Feminino () Outros ()

Escolaridade: Primeiro grau incompleto () Primeiro grau completo ()

Segundo grau incompleto () Segundo grau completo ()

Superior incompleto () Superior completo ()

Especialização () Mestrado () Doutorado () Outros ()

Cargo que ocupou/ocupa na diretoria da associação/comunidade quilombola:

Período do mandato: _____

Onde você reside:

() Umarizal-beira

() Umarizal-centro

() Boa Vista

() Florestão

() Paritá-Miri

() Outros _____

Universidade/política de cotas e o Quilombo de Umarizal: conexão e representação

1- Conte sobre a sua vida no quilombo de Umarizal?

2- Como foi a sua trajetória na organização Comunitária e da associação quilombola de Umarizal?

3- Qual a imagem que você tem sobre a formação superior na universidade para sua comunidade?

4- Você tem conhecimento da lei, que dá o direito a reserva de vagas para os quilombolas estudarem na universidade? Se sim, como ficou sabendo?

5- Você conhece algum estudante desta comunidade que ingressou na universidade através da política de cotas quilombola? Se sim, faça uma lista de nomes:

6- Existe uma relação/entrosamento dos estudantes de Umarizal que ingressaram na universidade pela política de cotas, com a diretoria da associação quilombola? Se sim, que o tipo?

7- Para você a entrada nas universidades desses estudantes de Umarizal, através das cotas, já trouxe melhorias para o Quilombo de Umarizal? Se sim, qual?

8- Para você que tipo de contribuição o ingresso desses estudantes cotistas de Umarizal, deu para que ocorresse essas melhorias no Quilombo de Umarizal?

No quilombo: Percepção/vivência/experiência /estratégia

9- Conte sobre como era a vida no quilombo de Umarizal, antes e depois dos primeiros estudantes de Umarizal ingressarem no curso superior, através das cotas para negro/quilombola?

10- Depois do ingresso na universidade de estudante cotista de Umarizal, você percebeu se houve avanços no sentido do desenvolvimento e sustentabilidade no território local no Quilombo de Umarizal? Se sim, que tipo?

11- Que tipo de contribuição os estudantes universitários deram para que ocorresse esses avanços na comunidade?

12- Associação quilombola já promoveu eventos, tipo encontros e seminários, convidando os estudantes cotistas para debater sobre gestão desenvolvimento e sustentabilidade local? Se sim qual?

13- Associação quilombola já convidou os estudantes cotistas, para participar das atividades, tipo reunião de planejamento, assembleia geral, reunião de diretoria? Se sim qual?

14- Associação quilombola já promoveu eventos abertos, tipo seminário e simpósio, convidando a universidades, para debater sobre a política de cotas, o desenvolvimento e a sustentabilidade dos quilombos?

15- Para você, qual será o futuro do Quilombo de Umarizal?

16- Como você enxerga o futuro da política de cotas/reserva de vagas para quilombolas nas universidades?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre as políticas públicas especiais de acesso de quilombolas às universidades: o caso da comunidade remanescente de Quilombo de Umarizal.

Responsável: Nilton Lopes de Farias

QUESTIONÁRIO

1-Idade:

- 18 - 30 anos
- 31 - 43 anos
- 44 - 56 anos
- 57 - 69 anos
- Acima de 70 anos.

2- Sexo

- Masculino
- Feminino
- Outros

3-Você tem conhecimento das cotas quilombolas para estudar nas universidades?

Sim () Não ()

4-Para você o que melhorou na comunidade, depois que entraram esses estudantes quilombolas na universidade?

- Saúde
- Educação
- Desenvolvimento local
- Organização da associação quilombola
- Aceitação de ser preto quilombola
- Produção de alimentação e renda
- Conquista de mais direitos

5-Como você pensa o futuro das cotas para estudantes quilombolas na universidade?

- Vai acabar (não vai continuar por muito tempo)
- Vai continuar por muito tempo.
- Vai ampliar as vagas

6- Como você enxerga o futuro no Quilombo?

- Mesma coisa de hoje.
- Mais sofrido e pior para viver.
- Mais prosperidade e melhor para viver.

ANEXOS

ANEXO A

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS DE ACESSO DE QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES: CASO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE UMARIZAL.

Pesquisador: NILTON LOPES DE FARIAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 42087220.1.0000.0018

Instituição Proponente: FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.559.965

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como as Políticas Públicas de Cotas para negros-quilombolas nas universidades interferem no desenvolvimento e sustentabilidade do Quilombo de Umarizal e nos seus territórios na zona rural. Para tanto apropria-se das questões norteadoras sobre avanços e perspectivas que as políticas públicas de cotas para negros quilombolas nas universidades proporcionaram para o quilombo de Umarizal do município de Baião no Pará, no período de 2012 a 2020. Busca-se compreender a relação das políticas de cotas de acesso à universidade com desenvolvimento e a sustentabilidade local, buscando também observar a percepção coletiva de equidade promovida por esta política no seio da Comunidade quilombola, visa também induzir reflexões sobre o como as Cotas universitárias quilombolas podem influenciar proativamente na reparação social para o bem-estar da coletividade em geral nos quilombos, além do que preconiza a lei 12711/2012. Como metodologia, será aplicado o estudo de caso tendo como referência o quilombo de Umarizal no qual o foco serão os próprios estudantes cotistas deste quilombo, assim como a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá-miri e Florestão – ACORQBU, que tem tido um papel fundamental nas ações dentro da Comunidade quilombola.

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

ANEXO B

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 4.559.965

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar como as Políticas Públicas de Cotas para negros-quilombolas nas universidades interferem no desenvolvimento e sustentabilidade do Quilombo do Umarizal e nos seus territórios na zona rural.

Objetivo Secundário: - Pensar como a entrada através da política de cotas contribui para a organização política e gerencial das associações quilombolas. - Analisar as questões mais relevantes para a melhor condução da organização do espaço quilombola local. - Analisar as relações entre cotistas e a associação quilombola de modo a prover reflexões e interações das partes. - Suscitar o debate da gestão estratégica participativa no processo de organização do espaço quilombola. - Apresentar orientações e sugestões visando a melhoria na organização nos seus territórios, com reflexo na qualidade devida dessas comunidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Considerando o que define a Resolução do Conselho Nacional de Saúde sobre risco da pesquisa: "possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente" e por se tratar de entrevista, a pesquisa não apresenta previsão de desconforto e riscos para sua realização. **SIGILO E PRIVACIDADE** Aos participantes desta pesquisa, fica assegurado que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas sem sua autorização por escrito. Assim como na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Benefícios: A pesquisa contribuirá para o conhecimento do como as Políticas Públicas de Cotas para negros-quilombolas nas universidades interferem no desenvolvimento e sustentabilidade das comunidades remanescentes de quilombo, tendo como base o quilombo de Umarizal, onde aplicação desta política de cota de reserva de vagas tende alcançar repercussão geral na região, cuja responsabilidade são das Instituições de Ensino Superior: UFPA, UNIFESSPA, IFPA e UEPA, que realizam suas ações através do Processo Seletivo Especial - PSE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo encaminhado dispõe de metodologia e critérios definidos conforme resolução 466/12 do CNS/MS. Trata ainda em resolver pendências citadas no parecer nº 4.535.553, que depois de analisado por este colegiado entende-se como satisfatoriamente resolvidos as pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados, nesta versão, contemplam os sugeridos pelo sistema CEP/CONEP.

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 4.559.965

Recomendações:

1- Inserir no TCLE o endereço e contatos deste CEP/ICS/UFPA como sendo: Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ ICS - Sala 13 - Campus Universitário do Guamá, nº 01, Guamá – CEP: 66075-110 - Belém-Pará. Tel./Fax. 3201-7735 E-mail: cepccs@ufpa.br

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.
Devendo o pesquisador responsável atender as recomendações constantes neste parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1620489.pdf	23/02/2021 11:55:32		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	19/02/2021 19:46:39	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESQUISA.docx	14/01/2021 00:48:10	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Outros	Declaracao.docx	07/09/2020 09:55:46	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Declaração de concordância	Aceite_orientadora.pdf	07/09/2020 09:54:02	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Outros	Autorizacao_instituicao.docx	07/09/2020 09:48:43	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_do_pesquisador.docx	07/09/2020 09:45:53	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Outros	ENTREVISTA1.docx	06/09/2020 20:39:12	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Outros	Roteiroentrevista.docx	06/09/2020 20:37:32	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Nilton_Farias.pdf	06/09/2020 20:17:57	NILTON LOPES DE FARIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 4.559.965

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELEM, 25 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

ANEXO C

		Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Agricultura Instituto de Terras do Pará			
ESPELHO DO PROCESSO					
Número: 2000/43824		T. Processo: Manifestação		Documento: 02/2000	
Município: BAIÃO		Objeto: RECONHECIMENTO DE DOMINIO COLETIVO			
Assunto:		T.Documento:			
Interessado: Associação das Comunidade dos Remanescentes de Quilombos de Umarizal Centro					
Apensado / Juntado ao Processo:					
Entrada	Situação do processo	Saída	Setor	Despacho	
19/06/07 14:26		19/06/07 15:12	CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais		
19/06/07 15:12		20/06/07 09:10	GAC - Gerência de Atendimento e Controle		
20/06/07 09:10		20/06/07 09:11	SPA - Sub-Procuradoria Administrativa (Procuradores SPA)		
20/06/07 09:11		24/07/07 14:11	Procurador		
24/07/07 14:11		31/07/07 10:47	CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais		
31/07/07 10:47		01/08/07 12:49	GAC - Gerência de Atendimento e Controle		
01/08/07 12:49		04/09/07 14:36	CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais		
04/09/07 14:36		27/09/07 12:47	GAC - Gerência de Atendimento e Controle		
27/09/07 12:47		15/10/07 14:24	CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais		
15/10/07 14:24		16/10/07 10:04	GAC - Gerência de Atendimento e Controle		
16/10/07 10:04		17/10/07 10:24	S3 - Secretaria Jurídico		
17/10/07 10:24		17/10/07 10:24	SPA - Sub-Procuradoria Administrativa (Procuradores SPA)		
17/10/07 10:24		23/10/07 13:57	Procurador		
23/10/07 13:57		05/12/07 13:16	S4 - Secretaria DEAF		
05/12/07 13:16		05/12/07 15:13	S3 - Secretaria Jurídico		
05/12/07 15:13		05/12/07 15:13	SPA - Sub-Procuradoria Administrativa (Procuradores SPA)		

ANEXO D



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

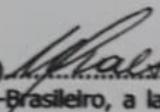
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

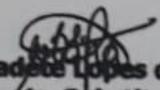
O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 322 da Constituição do Estado do Pará e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Boa Vista**, localizada no município de Baião, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 913, fl. 27, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

PROCESSO Nº 01420.003446/2006-10

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass.) , Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

O referido é verdade e dou fé


Maria Bernadete Lopes da Silva
 Presidenta-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmars.gov.br <http://www.palmars.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

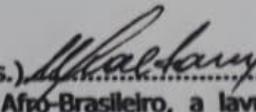
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 322 da Constituição do Estado do Pará e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Paritá Miri**, localizada no município de Baião, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 08, Registro n. 845, fl. 57, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

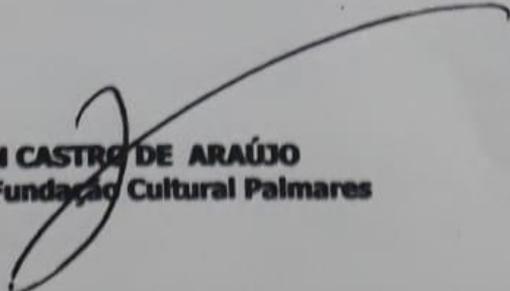
Declarante(s):

Processo nº 01420.003370/2006-14

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira** (Ass.) , Diretora Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 20 de dezembro de 2006.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares



SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0108 (0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3328-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 322 da Constituição do Estado do Pará, e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Umarizal**, localizada no município de Baião, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 007, Registro n. 703, fl. 14, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Deumetila de Farias da Silva Vilhena
 Presidente da Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal
 CNPJ n. 01.611.662/0001-60

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira** (Ass. *Miriam Caetana de Souza Ferreira*),
 Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a laval e a
 extraí. Brasília, DF, **03 de outubro de 2006.**

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3328-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

ANEXO E

Ata da Assembleia geral extra ordinária do novo estatuto da Associação Quilombola de Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá-Miri e Florestão. ACORQBU.

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e quinze, às dez e meia da manhã (10:30 hs), local sede comunitária de Umarizal, endereço, Rua Santíssima Trindade S/Nº. No começo da discussão o senhor Narciso Vieira Ramos Coordenador Geral, deu inicio, chamando as pessoas para compor a mesa: A qual fizeram parte da mesa a senhora Maria Trindade, Tales Miranda, Pastor Antonio, Clodoaldo Menezes, Juscelino Balieiro, Narciso Vieira Ramos e Pastor Manoel Maria. Depois de composta a mesa foi lido o edital de convocação o qual constava o único ponto de pauta, alteração e ampliação do estatuto social. O senhor Narciso começou a leitura do novo estatuto, onde as pessoas no momento concordaram com as alterações do mesmo. O senhor Assunção fez uma pergunta sobre os moradores do Florestão, se estão de acordo ser Quilombola, onde foi explicado que sim. Em seguida encaminhado à votação que foi aprovada a proposta de alteração do estatuto por unanimidade, o coordenador geral agradeceu todos os presentes e para encerrar a assembleia passou a palavra para o Dr. Tales Miranda que parabenizou as pessoas presente e ainda explicou a importância do novo estatuto. E sem mais nada no momento eu, Maria Trindade Lopes lavrei esta ata que vai datada e assinada por mim e pelo coordenador geral.

Umarizal- Baião - Pará, 22 de março de 2015

PAR. AMAIGU SANTOS
UNICO OFICIO

Maria Trindade Lopes

Maria Trindade Lopes
secretaria

PAR. AMAIGU SANTOS
UNICO OFICIO

Narciso Vieira Ramos

Narciso Vieira Ramos
coordenador geral

PAR. AMAIGU SANTOS
UNICO OFICIO